

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

ALANO JOSÉ SOARES SANDES

MEMÓRIA DE JOVENS RURAIS UNIVERSITÁRIOS SOBRE EXPERIÊNCIA DE
VIDA E TRABALHO

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MARÇO DE 2021

ALANO JOSÉ SOARES SANDES

**MEMÓRIA DE JOVENS RURAIS UNIVERSITÁRIOS SOBRE EXPERIÊNCIA DE
VIDA E TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Projeto Temático: Memória, Trabalho e Educação.

Orientador: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

MARÇO DE 2021

S198m

Sandes, Alano José Soares.

Memória de jovens rurais universitários sobre experiência de vida e trabalho. / Alano José Soares Sandes – Vitória da Conquista, 2021.
103f.

Orientadora: Ana Elizabeth Santos Alves.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.
Inclui referência F. 95 - 102

1. Educação Superior – Juventude rural. 2. Memória coletiva\social. 3. Jovens rurais universitários. I. Alves, Ana Elizabeth Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 378.98142

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Memory of rural young university students on the experience of life and work.

Palavras-chaves em inglês: Rural Youth; Collective/Social Memory; Higher Education.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca examinadora: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (presidente); Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (titular); Profa. Dra. Maria de Assunção Lima de Paulo (titular).

Data da defesa: 31 de março de 2021.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALANO JOSÉ SOARES SANDES

MEMÓRIA DE JOVENS RURAIS UNIVERSITÁRIOS SOBRE EXPERIÊNCIA DE VIDA E TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Vitória da Conquista, 31 de março de 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: Ana Elizabeth S. Alves

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos
Instituição: UESB

Ass.: João Diógenes Ferreira dos Santos

Prof. Dr. Maria de Assunção Lima Paulo
Instituição: UFCG

Ass.: Maria de Assunção Lima Paulo

DEDICATÓRIA

À Fernanda e Theo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB por ter ajudado na construção de quem sou hoje como pessoa e profissional, desde os tempos do meu curso de graduação, de quando trabalhei como técnico-administrativo, e agora no curso de mestrado.

Ao programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade pelo ingresso no curso e a oportunidade de conviver num ambiente tão rico em conhecimento e vivências com os colegas e professores.

À CAPES pelos recursos indispensáveis à pesquisa no nosso país.

À professora Ana Elisabeth pelos inestimáveis conhecimentos transmitidos durante a orientação do trabalho, pela forma cordial e serena de guiar pelos caminhos da pesquisa, pela compreensão diante dos percalços atravessados neste processo e, principalmente, pela dedicação ao ensino universitário público e gratuito.

Ao Prof. João Diógenes e à Profa. Maria de Assunção Lima, componentes da banca de qualificação, pelas importantes contribuições ao trabalho, aprimorando o meu olhar sobre o mundo rural e a condução da pesquisa.

Aos estudantes universitários participantes desta pesquisa pela disponibilidade de tempo, pela compreensão da importância do tema tratado e, especialmente, por me proporcionarem o acesso a histórias tão bonitas de vida.

Aos meus pais, Maria e Adelino, às minhas irmãs, Carla e Cássia, e ao meu irmão Marco, por estarem sempre ao meu lado ao longo dessa caminhada da vida.

Por fim, aos meus grandes amores, minha esposa Fernanda e meu filho Theo, que me fazem lutar hoje e sempre.

...sou um jovem sonhador
e na luta quero seguir
para ser um vencedor
quero sempre progredir
não sou filho de doutor
mas tenho sangue de agricultor
e jamais vou desistir...

Cordel Juventude Nordestina (Gilmar Ramos, 2013)

A memória não é sonho, é trabalho.

Ecléa Bosi

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo analisar quais as memórias coletivas estão presentes nos depoimentos de jovens universitários provenientes do campo a respeito das suas experiências de vida no mundo rural e de suas relações com o trabalho, a educação e o ingresso na universidade. A análise dos dados ocorreu com 09 (nove) estudantes de graduação de origem rural e vinculados a uma Instituição de Ensino Superior pública de Vitória da Conquista. Houve aprovação do comitê de ética para o estudo. A coleta foi conduzida através de entrevista realizada remotamente, com interação entre pesquisador e participante através de tecnologia de áudio e vídeo. Os depoimentos obtidos foram separados em categorias analíticas orientadas pelos temas abordados. O texto foi estruturado em seis seções, após a Introdução e Procedimentos Metodológicos. O desenvolvimento do estudo buscou a teoria e empiria, formando a espinha dorsal do trabalho. A primeira seção apresentou as considerações sobre o conceito de memória coletiva proposto por Halbwachs (2006) e as concepções de memória social fundamentadas em Aróstegui (2004), Jelin (2012) e Fentress & Wickham (1992). A seção seguinte abordou a questão da juventude rural a partir da noção de experiência em Thompson (2011). A terceira seção ocupou-se da análise do conceito de trabalho e de educação mediante uma visão crítica e comprometida com a sociologia e a história. A quarta seção tratou do Ensino Superior Público e aspectos da reforma universitária, interiorização e democratização do acesso. A quinta seção apresentou uma síntese histórica sobre os problemas fundiários no Brasil. A sexta e última seção buscou articular o referencial teórico com os dados empíricos. As memórias dos jovens rurais entrevistados possibilitaram a construção de eixos temáticos a respeito da vida no campo, do trabalho e das experiências na Universidade. Os depoimentos foram separados nas seguintes categorias analíticas: A Educação Básica Ofertada Ao Jovem Rural; Aspectos Adversos do Trabalho no Campo; A Questão de Gênero para As Jovens Rurais; Elementos de Atração da Cidade no Processo de Migração do Campo; Vínculo, Afeto e Permanência do Jovem no Campo; As Políticas Públicas para o Campo na Avaliação de Jovens Rurais; Protagonismo Juvenil e a Universidade Como Ferramenta Para Permanência ou Retorno ao Campo; O Ingresso na Universidade Como Meio de Saída do Campo; Incertezas do Jovem do Campo Sobre o Futuro Profissional e Subsistência. Houve diferença entre os entrevistados em relação ao desejo de voltar para a vida do campo ou se estabelecer em zona urbana, bem como em relação a lembranças do passado, vínculo afetivo com o lugar de origem e desejo de militar pela causa rural. A divergência em alguns pensamentos e aspirações dos jovens entrevistados não é incompatível com a teoria da memória coletiva/social. Esta caracteriza-se por ser plástica e móvel, definida por um caldeirão de crenças, condutas e percepções individuais em estreita relação com a coletividade. A memória coletiva não exige um grupo homogêneo, em total homeostase e equilíbrio. A partir dos resultados, com ciência da realidade e das demandas dos jovens camponeses entrevistados, políticas públicas para este grupo social podem ser empreendidas dentro e fora da universidade. Novas agendas de pesquisa podem ser úteis para generalizar os achados desse estudo.

Palavras-chave: Juventude Rural; Memória Coletiva/Social; Educação Superior.

ABSTRACT

This master's thesis aimed to analyze which collective memories are present in the testimonies of young university students from the countryside regarding their life experiences in the rural world and their relationship with work, education and admission to the university. Data analysis was carried out with 09 (nine) undergraduate students from rural area and linked to a public Higher Education Institution in Vitória da Conquista. There was approval from the ethics committee for the study. The collection was conducted through an interview conducted remotely, with interaction between researcher and participant through audio and video technology. The testimonies obtained were separated into analytical categories guided by the topics covered. The text was structured in six sections, after the Introduction and Methodological Procedures. The development of the study sought theory and empiricism, forming the backbone of the work. The first section is presented as considerations about the concept of collective memory proposed by Halbwachs (2006) and as conceptions of social memory based on Aróstegui (2004), Jelin (2012) and Fentress & Wickham (1992). The next section addressed the issue of rural youth from Thompson's (2011) notion about experience. The third section dealt with the analysis of the concept of work and education through a critical view and committed to sociology and history. The fourth section dealt with Public Higher Education and aspects of university reform, internalization and democratization of access. The fifth section presented a historical synthesis on land problems in Brazil. The sixth and final section sought to articulate the theoretical framework with the empirical data. The memories of the rural youth interviewed enabled the construction of thematic axes regarding life in the countryside, work and experiences at the University. The testimonies were separated into the following analytical categories: Basic Education Offered to the Rural Young Person; Adverse Aspects of Work in the Countryside; The Gender Issue for Young Rural Women; Elements of Attraction of the City in the Migration Process of the Countryside; Bond, Affection and Permanence of the Youth in the Countryside; Public Policies for the Countryside in the Evaluation of Rural Young People; Youth Protagonism and the University as a Tool for Permanence or Return to the Countryside; Admission to the University as a Means of Leaving the Countryside; Uncertainties of the Young People from Countryside about the Professional Future and Subsistence. There was a difference between the interviewees in relation to the desire to return to rural life or to establish themselves in an urban area, as well as in relation to memories of the past, affective bond with the place of origin and the desire to strive for the rural cause. The divergence in some thoughts and aspirations of the young people interviewed is not incompatible with the theory of collective / social memory. That is characterized by being plastic and mobile, defined by a melting pot of beliefs, behaviors and individual perceptions in close relationship with the community. Collective memory does not require a homogeneous group, in total homeostasis and balance. Based on the results, with awareness of the reality and the demands of the young peasants interviewed, public policies for this social group can be undertaken inside and outside the university. New research agendas can be useful to generalize the findings of this study.

Keywords: Rural Youth; Collective/Social Memory; Higher Education.

LISTA DE SIGLAS

GETAT – Grupo Especial de Trabalho da Agricultura e Terras

IES – Instituições de Ensino Superior

IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

IMS – Instituto Multidisciplinar em Saúde

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SUS – Sistema Único de Saúde

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Mesorregião Geográfica Centro Sul Baiano	23
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Estrutura da dissertação	17
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
2.1 Sujeitos da pesquisa	20
2.2 Instrumento	29
2.3 Procedimento de coleta de dados	30
2.4 Procedimento de análise de dados	31
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS BASES SOCIAIS DA MEMÓRIA	33
3.1 A Memória coletiva em Halbwachs	34
3.2 Considerações sobre o conceito de memória social	36
4 JUVENTUDE RURAL UNIVERSITÁRIA A PARTIR DO CONCEITO DE EXPERIÊNCIA DE THOMPSON	42
5 CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO	45
5.1 Trabalho-Educação Como Unidade Semântica	46
6 A UNIVERSIDADE PÚBLICA: DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE PARA JOVENS RURAIS	50
7 SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE OS PROBLEMAS FUNDIÁRIOS NO BRASIL	57
8 CATEGORIAS ANALÍTICAS TRAÇADAS POR MEMÓRIAS DE JOVENS RURAIS UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO EMPÍRICO	62
8.1 A educação básica ofertada ao jovem rural	64
8.2 Aspectos adversos do trabalho no campo	67
8.3 A questão de gênero para as jovens rurais	69
8.4 Elementos de atração da cidade no processo de migração do campo	71
8.5 Vínculo, afeto e permanência do jovem no campo	74
8.6 As políticas públicas para o campo na avaliação de jovens rurais	77
8.7 Protagonismo juvenil e a universidade como ferramenta para permanência ou retorno ao campo	81
8.8 O ingresso na universidade como meio de saída do campo	85
8.9 Incertezas do jovem do campo sobre o futuro profissional e subsistência	88
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93
Apêndice A - Roteiro de entrevista semiestruturada	101
Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido	103

1 INTRODUÇÃO

O mundo rural brasileiro é multifacetado. Num país continental e socialmente diverso como o Brasil, inúmeros são os grupos sociais que fazem uso da terra com os mais variados objetivos, desde a agricultura de subsistência até a exploração capitalista da terra e do trabalho. Neste contexto, este estudo trata sobre a forma social do campesinato. A agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar, tendo em vista que se baseia na relação entre propriedade, trabalho e família. Porém, ela tem características particulares que a isolam no conjunto maior da agricultura familiar, em relação aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 1999).

A especificidade camponesa decorre da interdependência e combinação variável entre quatro características básicas encontradas em diferentes contextos histórico-geográficos mundiais e não se reduz a nenhuma delas: o cultivo da terra; a unidade de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição como classe mais baixa da sociedade. Porém, o cerne ou raiz de suas características determinantes está na natureza e dinâmica da unidade de produção rural familiar (SHANIN, 1980).

Importante a abordagem política que permeará também este trabalho a respeito do termo camponês, conforme descreve Martins (1981, p. 23):

Essas novas palavras, *camponês e latifundiário*, são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

Ao analisar-se a legislação voltada para a agricultura familiar da qual faz parte nosso público alvo neste estudo, verificou-se que no ano de 2006 entrou em vigor a lei federal nº 11.326/2006, que estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). A referida legislação teve como objetivo definir ações e critérios para favorecer e fortalecer as iniciativas dos pequenos produtores do campo, de modo a garantir a sobrevivência desse modelo de produção agrícola. No Brasil, a unidade rural produtiva familiar é uma importante fonte de riqueza para o país,

influenciando de forma representativa não só o setor agropecuário, mas toda a economia nacional, ao demonstrar fator de impacto sobre o PIB (Produto Interno Bruto), (GUILHOTO et al., 2007).

A importância dos sistemas agrícolas familiares vai além do valor econômico, sendo responsáveis por mais de três quartos de todas as ocupações existentes no mundo rural brasileiro, estando também mais associados ao fortalecimento do mercado interno, à preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, além da conservação do patrimônio e das manifestações culturais do campo. Favorecem, ainda, a manutenção da diversidade territorial e de alimentos, beneficiando as comunidades em seu entorno, diferentemente das monoculturas dos grandes latifúndios (MATTEI, 2014).

Diante da relevância social e econômica do campo, definir um aparato legislativo que ofereça suporte à agricultura familiar é uma pauta necessária, para o qual a lei federal nº 11.326/2006 foi um importante marco nesse sentido. No entanto, em que pese os benefícios decorrentes dessa peça legislativa, a mesma não faz referência ao jovem camponês.

O jovem rural normalmente tem o acesso às iniciativas pedagógicas dificultado pela condição de hipossuficiência econômica, pela restrição na disponibilidade de livros e tecnologias, além de pouco tempo disponível para dedicação aos estudos em função do trabalho precoce e o abandono da escola. Paulo (2018), em pesquisa realizada com estudantes universitários provenientes do meio rural, em campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco, na cidade Serra Talhada – PE, constatou também a dificuldade de acesso à educação e a políticas públicas específicas por esse público, uma vez que o meio rural desta região específica do Nordeste apresenta uma precariedade de recursos como estradas e transporte, realidade não muito distante da encontrada na região deste estudo.

Apesar disso, políticas governamentais de ampliação regional e democratização do acesso ao ensino superior¹ têm possibilitado o ingresso de grupos historicamente excluídos das universidades, o que permitiu que uma parcela de jovens proveniente do campo passasse a frequentar o ambiente acadêmico (REDIN, 2017). Essa nova realidade favoreceu o processo

¹ O Governo do estado da Bahia deu início a esse processo na década de 1960 com a criação das faculdades de formação de professores espalhadas por algumas cidades do interior que, nas décadas seguintes, transformaram-se nas universidades estaduais. Já no âmbito do Governo Federal foi implantada a Universidade Federal da Bahia em Salvador no ano de 1946. Além disso, houve a criação de novas Instituições de Ensino Superior pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni/ Decreto nº 6.096 de 2007) / Programa Universidade para Todos (Prouni /2004) / Lei nº 12.711 que dispõe sobre cotas nas universidades públicas (2012).

migratório do campo para a cidade em busca de formação profissional especializada e possibilidades de garantia de direitos a uma vida digna.

As Instituições de Ensino Superior (IES) públicas que recebem estes jovens precisam se ocupar da tarefa não somente de prepará-los para o atual mercado de trabalho, mas também para assumir o compromisso com a comunidade local e com propostas contra hegemônicas ao favorecer o debate e a crítica social. Nesse sentido, Santos e Almeida Filho (2008) defendem que as universidades trabalhem para superar os modelos tradicionais de ensino e ofereçam aos seus alunos conhecimentos capazes de transformar a sociedade e de fortalecer as possibilidades de emancipação política e econômica dos estudantes, favorecendo a manutenção do vínculo com o território do qual fazem parte.

A universidade precisa estar preparada para atender as demandas do público que forma e compreender os desafios específicos deste perfil de alunado. Os jovens provenientes do campo precisam lidar com as desigualdades de vivências que se localizam na relação rural-urbano, quando passam pelo processo de transição para a cidade e para modos de vida que impõem outros valores divergentes das experiências até então habituais (LOPES, 2018).

Tendo como realidade a relação da juventude rural com o intrincado jogo de forças que envolvem as vivências no campo e a experiência acadêmica, é possível formular a seguinte questão de pesquisa: Quais as memórias de jovens universitários provenientes do campo sobre as experiências de vida e de trabalho construídas no mundo rural? Como a educação superior ressignifica essas memórias?

A partir dessa questão de pesquisa, consolida-se a finalidade desse trabalho científico, estabelecendo como objetivo geral analisar quais as memórias coletivas estão presentes nos depoimentos de jovens universitários provenientes do campo a respeito das suas experiências de vida no mundo rural e de suas relações com o trabalho, a educação e o ingresso na universidade. Os objetivos específicos complementam a investigação, conforme apresentados a seguir:

1. Identificar as experiências de vida e de trabalho dos estudantes universitários (modo de vida) construídas no mundo rural;
2. Identificar quais experiências de vida e de trabalho estão sendo elaboradas na frequência à educação superior;
3. Analisar a relação entre as memórias dos estudantes sobre trabalho, educação e vida rural com as memórias coletivas em circulação nos contextos os quais pertencem;
4. Investigar o que esperam fazer em posse do diploma superior, qual tipo de trabalho desejam exercer;

5. Compreender como percebem a sua função social e um possível protagonismo da juventude rural universitária nas políticas públicas que envolvem o campo.

Para operacionalização dos objetivos, o estudo teve por foco acessar as memórias de alguns jovens universitários, provenientes de zonas rurais baianas e estudantes do Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia Pública, localizado na cidade de Vitória da Conquista – Ba, a respeito da vida no campo, quais suas experiências obtidas a partir dessa origem, bem como buscou compreender possíveis contradições, interlocuções, divergências e aproximações com a experiência universitária.

Ao se debruçar sobre a juventude enquanto tema de pesquisa, nota-se uma priorização por estudos que envolvem o jovem urbano (CASTRO, 2009). No entanto, os dados mais atuais disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE, 2010) apontam que, na época do último censo, o Brasil já contava com uma população de 29 milhões e 830 mil pessoas residentes no campo, dentre as quais, 8 milhões de jovens rurais na faixa etária de 15 a 29 anos, o que justificou o interesse desse empreendimento científico direcionado a este público.

Para avaliar a relevância dos objetivos definidos nesta pesquisa, foi realizada revisão sistemática para compreender o estado atual das investigações nacionais orientadas ao jovem rural, de modo a delimitar o panorama atual de pesquisa sobre o tema. O método foi conduzido em artigos brasileiros publicados em periódicos científicos entre os anos de 2009 e 2019. Optou-se por adotar o critério de coleta de estudos que passaram pela revisão por pares de pareceristas e duplo-cego², de modo a assegurar a qualidade, consistência e confiabilidade do conteúdo avaliado. Assim, a investigação ocorreu apenas em indexadores e buscadores bem consolidados, a saber: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Portal de Periódicos Capes e *Google Scholar*.

Para a coleta, utilizou-se os descritores *juventude rural*, *jovem rural*, *juventude do campo* e *jovem do campo*. Cada entrada foi obtida individualmente sem cruzamento de descritores, sendo recrutados todos os artigos que trouxessem a expressão no título, palavras-chave ou resumo. Utilizou-se o operador booleano “and” para selecionar as publicações em que constassem as palavras pesquisadas, ainda que não aparecessem juntas. O trabalho de coleta resultou numa amostra total de 60 publicações que atendiam os critérios para análise.

² A avaliação duplo-cego, conhecida também por “double blind review”, é considerada a forma mais eficaz de se avaliar trabalhos científicos, uma vez que tanto os autores como os avaliadores têm a identidade omitida.

Verificou-se que as principais temáticas tratadas nesse período se referem ao dilema dos jovens rurais camponeses em relação a sua permanência ou saída do campo, educação no campo e extensão rural. Notou-se uma escassez de investigações na área de interesse desta dissertação, que tem por foco o estudante universitário proveniente da zona rural, o que justifica o esforço nesse sentido. Outro fato relevante para a definição do estudo foi a concentração da produção de pesquisas empíricas na região sul e sudeste do país, com lacunas em diversos estados do norte, nordeste e centro-oeste. Essas são, inclusive, as regiões mais vulneráveis, em que se aglutinam maiores problemas sociais e menores investimentos governamentais.

A pesquisa acadêmica e as possibilidades de intervenção dela proveniente são uma importante ferramenta de mudança dessa realidade, o que indica uma urgente necessidade de atenção da ciência para estudos ruralistas nessas áreas. Não foi encontrada, por exemplo, nenhuma pesquisa nos bancos de dados selecionados na Bahia, Paraíba, Maranhão, entre outros estados brasileiros, reforçando a relevância dessa investigação com estudantes de uma universidade pública baiana.

A escolha desse tema de estudo se ancora, ainda, nas motivações do pesquisador, vinculado à educação superior pública de Vitória da Conquista na carreira de administrador, através de concurso, desde o ano 2000. Iniciou essa trajetória na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), continuada no Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (IMS/UFBA) a partir de 2006. Ao longo desses anos, foi testemunha de alterações significativas na universidade pública, que se mostrou mais democrática e acessível. Passou a notar que no campus circulava em maior número um perfil de aluno diferente do que estava habituado no tempo de graduação e início da vida profissional. O ingresso desses estudantes, social e economicamente vulneráveis, exigiu uma mudança na gestão universitária e nas políticas educacionais, de modo a melhor atender à nova composição discente. Administrador por formação, o campo de estudo do trabalho e mercado profissional sempre foi um atrativo. Assim, convergiu seu interesse para as atividades formativas integradas pela Instituição de Ensino Superior, local familiar ao pesquisador. Este espaço também aberto ao debate para uma perspectiva crítica sobre o papel e condução da universidade, principalmente a partir da existência de um novo perfil de aluno e do desejo de ser parte de um movimento acadêmico mais justo e socialmente relevante. Nascido em uma família proveniente de zona rural e com memórias muito fortes e afetivas das muitas visitas ao campo na infância, a decisão pelo mestrado foi encorajada pela

existência da linha de pesquisa sobre educação, trabalho e juventude rural, convergindo três áreas de interesse do pesquisador e culminando no objeto de estudo sob análise.

1.1 Estrutura da dissertação

Para alcançar os objetivos mencionados, este texto está estruturado em seções: Introdução; 01 (uma) seção de Procedimentos Metodológicos; 05 (cinco) seções teóricas que trazem conceitos importantes para a análise empírica; 01 (uma) seção empírica, que aborda as categorias analíticas traçadas pelas memórias dos entrevistados; Considerações Finais; Referências e Apêndice.

Esta seção introdutória contemplou a questão da agricultura familiar e camponesa, jovem do campo, sua vivência no meio rural e o ingresso e desafio da universidade. Ainda como parte desse tópico inicial, foi delimitado o problema de pesquisa e os objetivos estabelecidos para esse estudo, com breve detalhamento sobre o escopo de interesse da investigação. Em sequência, foram apresentados elementos que oferecem evidências sobre a relevância do tema e as lacunas na literatura científica que justificam esforços de pesquisa. Por último, como subseção, está disponível a estrutura da dissertação e os elementos teóricos centrais tratados em cada etapa.

A seção seguinte se ocupa dos procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa, apresentando informações sobre a natureza da pesquisa (qualitativa), os requisitos éticos do estudo, o local da investigação (universidade pública em Vitória da Conquista – Ba), a amostra (estudantes universitários provenientes do campo), o instrumento (roteiro de entrevista semiestruturado), o procedimento de coleta de dados (processos adotados antes e durante as entrevistas) e o procedimento de análise de dados (categorias analíticas orientadas pelos temas abordados nos depoimentos).

Na sequência, estão disponíveis as 05 (cinco) seções teóricas-empíricas, importantes para a compreensão da pesquisa, na medida em que estrutura uma espinha dorsal para o trabalho.

A primeira delas trata da *memória coletiva e social*. É sob essa base que as experiências de jovens do campo são investigadas. Esta etapa se dedica principalmente a proposta de Halbwachs (2006) sobre memória coletiva e às concepções sobre memória social (ARÓSTEGUI, 2004; FENTRESS & WICKHAM, 1992; JELIN, 2012), cujas teorias abordam o papel comunitário na formação subjetiva do indivíduo. Halbwachs contribuiu vigorosamente com os estudos da teoria social ao propor a formação de uma memória forjada nos aspectos coletivos da sociedade. O autor discute que o suporte de toda recordação

individual é o tecido social mais amplo em que uma determinada lembrança foi formulada. Este conceito ancora a vertente principal sob a qual as memórias de jovens universitários de origem camponesa são interpretadas e discutidas. A centralidade da memória para o objeto desse estudo decorre da noção de que a mesma é forjada coletivamente nas relações deste com a sociedade. Todo o desenvolvimento de ideias sobre determinado fenômeno é resultado de experiências coletivas que formam um pensamento partilhado e uma realidade comum a um grupo social. Nesse sentido, o conhecimento compartilhado sobre o campo e a cidade é decorrente das memórias do passado, das expectativas sociais e das memórias construídas coletivamente. Assim, as experiências atuais de vida, cotidiano, moradia, universidade e trabalho de jovens universitários oriundos do campo são dinâmicas, compostas por tensões entre o passado e o presente, e por interesses individuais delineados na relação com a sociedade (SÁ, 2007).

A seção seguinte aborda a questão da juventude rural a partir do conceito de *experiência* em Thompson (2011). Com a intenção de apreender as memórias da juventude rural como socialmente determinadas, torna-se adequado avaliar estes eventos a partir de uma compreensão histórica, em que as experiências dos sujeitos se constroem nas tramas sociais, resultando das condições materiais e dos meios de produção, que forjam as relações entre os homens, os modos de vida, os desdobramentos históricos e consciência de classe. Nesse sentido, o conceito abordado por Thompson é importante, uma vez que se debruça justamente sobre a noção de experiência, historicamente definida, que vai perpassar as memórias dos estudantes, com base em suas aproximações com o mundo rural, urbano e a universidade.

A próxima seção ocupa-se da análise do conceito de trabalho e de educação a partir de uma visão crítica e comprometida com a história. Estes fenômenos são relevantes, uma vez que aparecem no discurso dos jovens entrevistados ao trazer como tema de interesse a articulação entre trabalho e educação, com base em suas experiências no mundo rural e na Educação Superior. São abordadas concepções sociológicas sobre trabalho e educação, a partir de pressupostos principalmente de Ciavatta (2017, 2019a, 2019b), Machado (2005) e Marx e Engels (2015). As questões contemporâneas em que o trabalho e a educação estão inseridos afetam globalmente os sujeitos, embora deixem alguns grupos mais vulneráveis às novas demandas, como é o caso dos jovens do campo, razão pela qual esse debate é importante neste estudo.

A quarta seção trata do Ensino Superior Público e aspectos da reforma universitária, interiorização e democratização do acesso. Fato é que os jovens do campo, quando precisam se adaptar à realidade urbanocêntrica, são os mais confrontados com as diferenças das

memórias, experiências e subjetividade moldadas em zona rural, pois ao aprofundar nas relações com a cidade, precisam se apropriar de determinados valores e referências, gerando novas percepções e novos usos (outra forma de se relacionar com serviços, produtos, trabalho, lazer e cultura). Não é exatamente uma ruptura com o campo, mas uma necessidade de adaptação às regras urbanas (DAUGEARD, 2017). Neste cenário, as Instituições de Ensino Superior ganham especial destaque como uma porta de entrada neste novo universo. Sousa Santos e Almeida Filho (2008) alertam para a necessidade de uma política educacional mais reflexiva e capaz de instrumentalizar os universitários para enfrentarem o cenário profissional criticamente, conseguindo compreender os mecanismos de produção em que estão inseridos. Temas também centrais para o fenômeno sob análise e que estão presentes nessa etapa são as políticas de acessibilidade e de permanência na universidade, essenciais para que jovens rurais possam ocupar este espaço. Já a quinta seção apresentou uma síntese histórica sobre os problemas fundiários no Brasil.

A seção subsequente é o elemento central do trabalho. Trata da articulação teórica-empírica e contempla a realidade extraída dos depoimentos dos entrevistados à luz da memória e de sua articulação com os demais eixos teóricos abordados. Os achados obtidos com as entrevistas têm como ponto norteador as experiências enquanto jovens do campo e como estas se relacionam com elementos teóricos a respeito dos mesmos. É a partir desse arcabouço teórico que os depoimentos dos jovens rurais foram analisados e estruturados em categorias analíticas, buscando apreender o modo como esses universitários compreendem as macro e microestruturas que impactam sua vida diária e qual postura reflexiva adotam dentro das universidades, tendo como base a origem no campo.

A última seção textual aborda as considerações finais da pesquisa, oferecendo uma breve síntese sobre os caminhos adotados na investigação, resultados obtidos, além de discutir as contribuições e limitações do estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão descritos os procedimentos metodológicos adotados para operacionalizar o estudo. A investigação utilizou delineamento qualitativo, de natureza exploratória-descritiva (GIL, 2015), corte transversal, do tipo relato de experiência. A pesquisa foi registrada no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo a autorização para a coleta ocorrido no mês de junho de 2020, através do parecer de número 4122106. Este estudo cumpriu todas as disposições éticas estabelecidas para empreendimentos científicos que envolvem seres humanos, de acordo com as normas da resolução nº 510/16 (BRASIL, 2016).

Métodos qualitativos são ideais quando o problema a ser estudado possui características semântica, subjetiva e histórica, condição em que a simples quantificação de informações seria tratar com simplismo uma realidade complexa (MARVASTI, 2004; FREITAS & JABBOUR, 2011; MINAYO, 2010).

Este estudo tem por objetivo oferecer um panorama aproximativo sobre o tema de interesse, através do relato de sujeitos a respeito de suas experiências. Os achados são de natureza descritiva, tendo por foco a observação, registro, análise e associação de fatos, sem a manipulação dos dados obtidos. As estratégias utilizadas buscam compor uma base de compreensão sobre o problema de pesquisa, sem a ambição de estabelecer respostas finais para a questão em análise.

Considerando que a pesquisa tem por foco investigar memórias de universitários provenientes do campo a respeito das suas experiências de vida e de trabalho, o método qualitativo é efetivo para esta finalidade, ao fornecer as ferramentas necessárias para explorar o tema, tornando familiar o fenômeno sob investigação e permitindo, a partir dos indicadores discursivos, descrever a realidade subjetiva desses estudantes à luz da literatura científica. Para tornar compreensível os caminhos dessa pesquisa, abaixo seguem detalhados outros aspectos sobre o método.

2.1 Sujeitos da pesquisa

Foram entrevistados 11 (onze) estudantes universitários provenientes do campo, tendo como critério de escolha o perfil de baixa renda e a vinculação a pequenas propriedades rurais de agricultura de subsistência e de comércio local, graduandos de cursos da área de saúde (área de conhecimento única disponível) do Instituto Multidisciplinar em Saúde da

Universidade Federal da Bahia (IMS/UFBA), localizado na cidade de Vitória da Conquista – BA. O Instituto iniciou suas atividades formativas em 2006, como um polo de oferta de graduações na área de saúde básica e aplicada, com o objetivo central de capacitar profissionais para atuar com familiaridade no Sistema Único de Saúde (SUS), de modo a atender a demandas formativas regionais. No ano 2020, época da coleta de dados, o IMS/UFBA contava com sete cursos de graduação: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição e Psicologia.

Dentre os 11 (onze) entrevistados, 02 (dois) discentes participaram das entrevistas piloto, durante a etapa inicial de aprimoramento do procedimento de coleta de dados. Estas entrevistas não foram utilizadas na etapa de análise empírica, uma vez que as informações obtidas se mostraram aquém das necessidades da pesquisa. Após o refinamento do instrumento, foram analisadas e discutidas as entrevistas de 09 (nove) universitários, com média de idade de 21,6 anos, com exceção de uma entrevistada fora da curva etária, com 34 anos³ na data da coleta.

Para o recrutamento, foram analisadas as listas de estudantes, por curso, que ingressaram através do sistema de cotas sociais, por terem feito todo o ensino médio em escola pública e possuírem renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Além disso, enquadraram-se num destes requisitos para o ingresso como cotista: autodeclaração como preto/pardo/índigena e ser integrante de comunidade quilombola. A condição de proveniência de pequenas propriedades rurais designadas como sítios ou fazendas também foi observada. Todas estas informações estavam disponíveis no perfil sociodemográfico fornecido pela instituição. Os participantes recebiam auxílio financeiro para permanência na

³ A decisão por entrevistar essa universitária como pertencente a categoria jovem rural ocorreu pela compreensão de que o conceito de juventude já vem sendo superado como mero marcador biológico universal e como definido em marcos legais, precisando ser analisado a partir de uma perspectiva cultural, histórica e econômica específica, que pode prolongar a condição juvenil a partir de uma experiência compatível com essa fase da vida. Ser aluna universitária já é um elemento importante de compartilhamento de um modo de vida frequentemente experienciado por jovens (BARRERA-HERRERA & VINET, 2017; SOUSA, BEJA & FRANCO, 2018). Considerando ainda essa noção de juventude enquanto elemento histórico e socialmente dependente, fazer parte da categoria juventude rural também ocorre pelo partilhamento de experiências subjetivas e simbólicas de pertencimento a um grupo social com realidade similar de vida, trabalho e não chefia da unidade produtiva e familiar (CASTRO, 2007). A participante em questão atende a essas considerações sobre o conceito ampliado de juventude, além de possuir perfil semelhante ao da maioria dos entrevistados, tendo a universidade como atividade central no momento da entrevista, não possuindo obrigações decorrentes da formação de nova família por casamento/filho. Também não possui vínculo profissional, dependendo das políticas de permanência da universidade e do suporte da família.

Universidade, tais como auxílio moradia e auxílio alimentação, por conta da condição de baixa renda.

Na sequência, o quadro 01 apresenta informações descritivas importantes sobre os sujeitos de pesquisa. Os nomes foram alterados pelo pesquisador, com a intenção de preservar a identidade dos informantes.

Quadro 01. Dados descritivos sobre os sujeitos de pesquisa

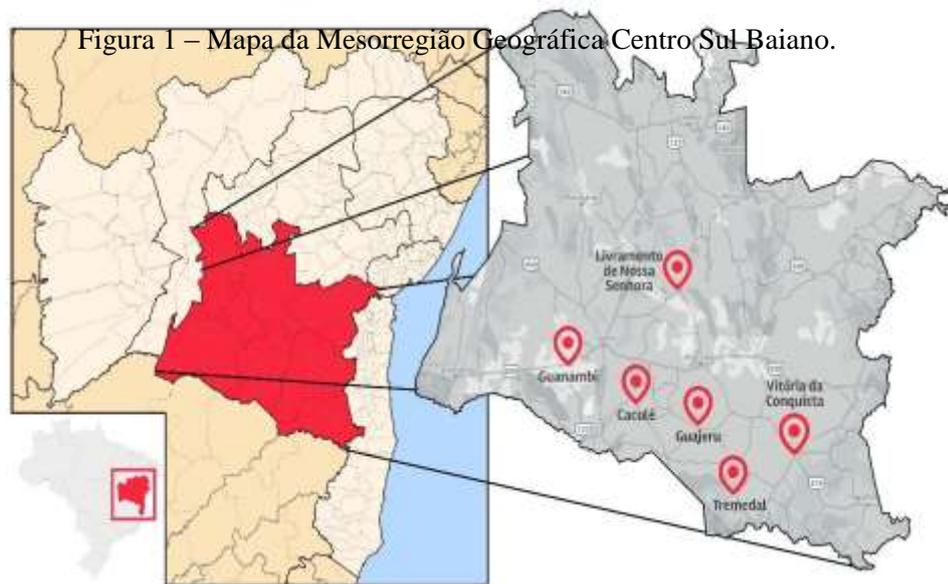
Nome	Idade	Gênero	Curso	Tipo de cota	Região de Origem
Fred	22 anos	Masculino	Farmácia	Cota de renda	Livramento de Nossa Senhora
Luciano	20 anos	Masculino	Ciências Biológicas	Cota de renda/racial	Vitória da Conquista
Mônica	27 anos	Feminino	Psicologia	Cota de renda/Quilombola	Vitória da Conquista
Pedro	19 anos	Masculino	Ciências Biológicas	Cota de renda/racial	Vitória da Conquista
Rodolfo	19 anos	Masculino	Ciências Biológicas	Cota de renda	Caculé
Sofia	20 anos	Feminino	Psicologia	Cota de renda	Tremedal
Suzi	34 anos	Feminino	Psicologia	Cota de renda/Deficiência	Guanambi
Talita	22 anos	Feminino	Nutrição	Cota de renda	Guajeru
Thiago	24 anos	Masculino	Ciências Biológicas	Cota de renda/Quilombola	Vitória da Conquista

Fonte: elaborado pelo autor

O Estado da Bahia é composto por 07 (sete) mesorregiões geográficas⁴, dentre elas a mesorregião Centro Sul Baiano, na qual se encontram localizadas as 06 (seis) municípios correspondentes às localidades rurais de origem dos estudantes pesquisados. 04 (quatro) destas localidades fazem parte do município de Vitória da Conquista e as demais são zonas

⁴ A mesorregião é considerada uma área individualizada dentro de uma unidade da Federação, que apresenta algumas características de forma de organização do espaço geográfico, de acordo com as dimensões a seguir: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. As três dimensões citadas indicam que o espaço tido como mesorregião possui uma identidade regional que se constitui numa realidade construída no decorrer do tempo pela sociedade ali localizada (IBGE, 2021).

rurais integradas aos municípios de Tremedal, Guajeru, Caculé, Guanambi e Livramento de Nossa Senhora, cada um com 01 (uma) localidade. A figura 01 a seguir indica a localização de cada uma dessas unidades urbanas dentro da mesorregião.



Fonte: Google Maps, editado e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Sobre a atividade rural, informação relevante para esse estudo, ressalta-se que a atividade agropecuária na Bahia é classificada em três setores com as seguintes participações: agricultura com 73,1%, pecuária com 20,7% e produção florestal, pesca e aquicultura com 6,2%, segundo último relatório técnico do governo do Bahia, (SEI, 2018). Observa-se que o universo pesquisado da mesorregião centro sul baiano pratica atividades relacionadas à agricultura, com a plantação de pequenas culturas para subsistência e a negociação de excedentes, além de pequenas criações de animais para produção de produtos para consumo interno, conforme indicam os quadros 02 e 03 na sequência.

Quadro 02. População, indicadores sociais e estimativas da população

Cidade	População Total*	População Total Estimada em 2020**	População Rural*
Tremedal	17.029	16.189	13.090
Vitória da Conquista	306.866	341.128	32.127
Livramento de Nossa Senhora	42.693	46.062	22.163
Guajeru	10.412	6.646	8.335
Caculé	22.236	23.291	8.927
Guanambi	78.833	84.928	16.268

Fonte: IBGE (2010; 2020)

Notas:

* Censo demográfico, IBGE 2010.

**Censo demográfico por projeção (estimativa populacional), IBGE, 2020

Quadro 03. Número de produtores rurais e principais atividades agropecuárias da região

Cidade	Produtores Rurais	Principais lavouras	Principais criações de animais
Tremedal	2.542	Banana, café, maracujá, abóbora, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, milho, palma	Bovinos, caprinos, equinos, galináceos, ovinos, suínos
Vitória da Conquista	6.548	Banana, café, laranja, manga, maracujá, tangerina, urucum, abacaxi, abóbora, batata-inglesa, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, melancia, milho	Asininos, Bovinos, Caprinos, Equinos, Galináceos, Ovinos, Suínos
Livramento de Nossa Senhora	4.636	Banana, Fruta-do-conde, Laranja, Manga, Maracujá, Algodão, Cana-de-açúcar, Feijão, Mandioca, Melancia, Milho, Sorgo forrageiro, Palma forrageira	Bovinos, Caprinos, Galináceos, Ovinos, Suínos
Guajeru	1.867	Abóbora, Cana-de-açúcar, Feijão, Mandioca, Melancia, Milho, Palma forrageira	Bovinos, Galináceos, Caprinos, Equinos, Suínos
Caculé	2.499	Banana, Coco-da-baía, Laranja, Maracujá, Tangerina, Abóbora, Alho, Cana-de-açúcar, Feijão, Mandioca, Melancia, Milho, Sorgo forrageiro, Palma forrageira	Bovinos, Caprinos, Equinos, Galináceos, Suínos
Guanambi	4.417	Banana, Coco-da-baía, Goiaba, Laranja, Manga, Mamão, Maracujá, Abóbora, Algodão, Cana-de-açúcar, Feijão, Mandioca, Melancia, Milho, Sorgo, Tomate rasteiro, Palma forrageira	Bovinos, Caprinos, Equinos, Galináceos, Ovinos, Suínos

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Da mesorregião centro sul baiano, Vitória da Conquista tem a maior população (terceira maior da Bahia), sendo a mais relevante economicamente. Sua localização é estratégica, estando situada entre três importantes rodovias: BA 415, que oferece acesso à BR 101 e ao litoral sul do Estado; BA 262, que liga leste e oeste da Bahia; e BR 116, rodovia que conecta o norte e sul do Brasil. Essa característica geográfica foi fundamental para o seu crescimento, sendo atualmente relevante ponto de passagem, residência e circulação de pessoas, além de referência em educação, saúde, comércio e benesses urbanas para a região

sudoeste do Estado (FERRAZ, 2001). É também polo educacional da região sudoeste da Bahia, contemplando, além da rede privada de educação superior, três Instituições de Ensino Superior públicas (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Universidade Federal da Bahia - UFBA e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA), o que acaba atraindo muitos estudantes para a cidade.

Para os jovens entrevistados nessa pesquisa, todos provenientes da mesorregião centro sul baiano, no que se refere ao acesso à educação superior, Vitória da Conquista acabou sendo o destino de estudo possível ou ideal para a maioria deles, conforme revelaram em seus depoimentos. Suas escolhas de graduação acabaram por ficar circunscritas àquelas disponibilizadas pelas três universidades públicas da cidade, que oferecem políticas de acesso e permanência de estudantes social e economicamente desfavorecidos.

Em razão de se tratar de uma investigação qualitativa, foi necessário limitar o número de participantes para restringir o volume de dados possíveis de serem analisados. Nesse sentido, a diversidade de entrevistados, em relação ao quantitativo de cursos e instituições disponíveis na cidade, precisou ser limitada. O contexto de pandemia da doença infecciosa Covid-19, causada pelo vírus Sars-CoV-2, que assolou o mundo em 2020, levou o pesquisador a optar pelo IMS/UFBA como local de recrutamento, pela facilidade de acesso à gestão (uma vez que é servidor da instituição), o que facilitou os procedimentos de pedido de autorização da direção, acesso ao comitê de ética e à lista de estudantes com o perfil desejado. Essas providências seriam mais difíceis de serem obtidas pelo pesquisador em contexto pandêmico, com as instituições funcionando apenas com trabalho remoto.

Após entrevistas, verificou-se como principais argumentos dos entrevistados para suas escolhas de instituição e áreas de formação os seguintes motivos: concorrência baixa de alguns cursos; desejo genuíno pelo campo de estudo escolhido; graduações possíveis de empregabilidade futura no local de origem; nota no Sisu⁵ (Sistema de Seleção Unificada) dentro do patamar mínimo para acessar a instituição.

Para melhor compreensão do perfil dos entrevistados, segue uma breve síntese da biografia de cada participante:

FRED (entrevistado em 06.07.2020) – 22 anos, cursa Farmácia. Morou até os 17 anos numa fazenda na região da cidade de Livramento de Nossa Senhora – BA. A família materna tem origem na cidade. A vivência no campo deu-se por conta da família paterna. Seu avô foi

⁵ O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os candidatos com melhor classificação são selecionados, de acordo com suas notas no exame.

trabalhar no estado do Paraná para realizar colheita de algodão, amealhando dinheiro para compra da terra. Hoje a família usa a propriedade para criação de animais e cultivo de frutas para comércio. Até o quinto ano estudou numa escola montessoriana da zona rural e só depois foi transferido para um colégio estadual na zona urbana, onde permaneceu até o terceiro ano do ensino médio, realizando o trajeto de ida e volta para a cidade todos os dias. Seu sonho é ingressar no curso de Medicina.

LUCIANO (entrevistado em 06.07.2020) – 20 anos, cursa Ciências Biológicas. Antes de entrar na Universidade vivia num sítio próximo ao povoado de Cachoeira dos Porcos na Cidade de Vitória da Conquista – BA. Sua família, incluindo tios e avós, sempre moraram na mesma localidade. A terra é usada para o plantio de mandioca para comércio local e cultivo de frutas para consumo próprio. Frequentou as escolas do seu povoado até a finalização do ensino médio.

MÔNICA (entrevistada em 08.07.2020) – 27 anos, cursa Psicologia. Residia no povoado de Cachoeira dos Porcos até o ingresso na Universidade, quando passou a morar em Vitória da Conquista – BA. Filha de lavradores, a terra da família foi herdada dos avós paternos. Foi a quarta filha a nascer entre cinco irmãos. Apenas ela e um outro irmão chegaram à Universidade. Realizou ensino fundamental na própria comunidade. Do sexto ano até o fim do ensino médio teve que se deslocar diariamente por 20 quilômetros até outro povoado para assistir as aulas. A terra da família é usada para o cultivo de mandioca para produção e venda de farinha.

PEDRO (Entrevistado em 08.07.2020) – 19 anos, cursa Ciências Biológicas. Reside no povoado de Lagoa dos Patos, próximo ao distrito de José Gonçalves, distante 28,5 quilômetros Vitória da Conquista – BA, mesmo após o ingresso na Universidade. Utiliza-se do transporte de carro utilitário para ir e voltar todos os dias. Seus pais tiveram experiências educacionais distintas, com sua mãe formando-se em enfermeira e seu pai estudando até o quinto ano do ensino fundamental. Os seus avós também residem na região. A atividade no campo baseia-se no plantio de mandioca para comércio local, além de hortas para consumo próprio. O cultivo da terra sempre fez parte de seu trabalho no campo.

RODOLFO (Entrevistado em 15.07.2020) – 19 anos, cursa Ciências Biológicas. Morava numa fazenda na zona rural da cidade de Caculé – BA, distante 207 quilômetros de Vitória da Conquista – BA. Seus tataravós já se encontravam na propriedade onde mora a família atualmente. O cultivo de feijão, milho e mandioca, além da pequena criação de gado, porcos e galinhas são as atividades desenvolvidas na terra. Coursou o ensino fundamental no

povoado mais próximo e do sexto ano até o ensino médio teve que se deslocar até Caculé – BA, um trajeto longo que gerava desgaste.

SOFIA (entrevistada em 03.07.2020) – 20 anos, cursa Psicologia. Sua história de vida foi alicerçada numa fazenda localizada próximo a um povoado de poucas casas, na região de Tremedal – BA. A família tem origem na mesma gleba de terra desde os seus bisavós. A atividade familiar na terra é baseada na criação de animais, pequenas plantações e principalmente a produção de requeijão. Chegou na cidade aos 17 anos para fazer cursinho pré-vestibular em Vitória da Conquista – BA, ingressando na Universidade no ano seguinte.

SUZI (Entrevistada em 20.07.2020) – 34 anos, cursa Psicologia. Seus pais se estabeleceram na região do Assa Peixe, zona rural do município de Guanambi – Ba, localidade marcada pela falta de água. O cultivo de mandioca para produção de farinha, além de itens para subsistência eram as atividades laborais na terra da família. Possui desde criança um grau elevado de deficiência visual que limita sua leitura o que a obrigou durante toda vida escolar a se utilizar de ferramentas de auxílio para ler o conteúdo escrito. Perdeu seu pai por suicídio e morou com sua mãe até os 30 anos de idade na localidade rural. Depois mudou-se para a fazenda de sua irmã mais velha que reside na mesma região até, por fim, vir morar na cidade por conta do ingresso na Universidade.

TALITA (Entrevistada em 23.07.2020) – 22 anos, cursa Nutrição. A propriedade familiar foi herdada há duas gerações, localizada na zona rural da pequena cidade de Guajeru – Ba, distante 161 quilômetros de Vitória da Conquista – Ba. Hoje sua mãe e seus tios dividem a terra para o plantio de feijão e mandioca para comércio local, além de hortas para consumo próprio. Sempre ajudou mais nas atividades domésticas. Sua experiência educacional deu-se por completo na cidade mais próxima de Guajeru, o que a obrigava a acordar todos os dias às 5h:30min, horário do ônibus que a prefeitura disponibilizava.

THIAGO (Entrevistado em 30.07.2020) – 24 anos, cursa Ciências Biológicas. Reside no povoado do Baixão, zona rural da cidade de Vitória da Conquista – BA. O pequeno sítio já pertenceu aos seus tataravós e hoje a terra é utilizada pela família formada pelo irmão, os avós e sua mãe. Não se mudou para a cidade após o ingresso na universidade, fazendo o trajeto de ida e volta diariamente utilizando-se de dois ônibus em cada etapa deste percurso. O ensino fundamental foi realizado no próprio povoado. Já o restante das séries escolares até o segundo grau foi realizado no distrito mais próximo: Pradoso. A rotina de trabalho no campo durante o dia foi dividida com as aulas noturnas durante o ensino médio. Agora na Universidade, sua rotina de atividades com a terra vai do amanhecer até as 10h:30min, quando ele se prepara para começar o trajeto até a universidade. A propriedade da família é utilizada para plantação

de hortaliças e quiabo. Quando o tempo ajuda com muita chuva é realizada a plantação de feijão e milho, todos estes produtos comercializados pela sua mãe na feira livre da cidade.

Devido à paralisação das atividades acadêmicas presenciais da Universidade Federal da Bahia, em março de 2020, por conta da disseminação da doença Covid-19, aqueles jovens que moravam em Vitória da Conquista – BA, apenas pelo fato de estarem frequentando a universidade, voltaram para as localidades rurais de origem até que as aulas presenciais fossem retomadas, como forma de evitar o custo de moradia e alimentação fora de casa, já que nenhum deles exercia trabalho regular na cidade.

2.2 Instrumento

Para a coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada, instrumento efetivo para levantamento de processos simbólicos e significados particulares que revelam aspectos subjetivos dos participantes de uma pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2002). Marconi e Lakatos (2004) afirmam que a entrevista é a ferramenta adequada para extrair emoções, conteúdos afetivos e lembranças, pois oferece abertura para que o indivíduo se envolva com o tema investigado através do acolhimento dos conteúdos trazidos. Neste sentido, demonstra ser a estratégia correta justamente por ser capaz de acessar as zonas de experiências privadas através da expressão verbal (GIL, 2015).

Neste estudo, foi elaborado um roteiro de entrevista (vide apêndice I) que norteou aspectos relevantes a serem investigados, dados os objetivos propostos. Por ter feito uso de uma ferramenta semiestruturada, respeitou-se o fluxo espontâneo do diálogo, de modo a flexibilizar as perguntas de acordo com os conteúdos abordados, sem uma preocupação rígida em relação ao roteiro pré-fixado. Tendo adotado essa estratégia, foi possível estabelecer uma relação menos formal com os participantes, o que estimulou que conteúdos referentes às memórias e às experiências dos jovens universitários pudessem aparecer de forma mais detalhada, espontânea e livre.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa e elementos da literatura científica sobre juventude rural, trabalho, educação e memória coletiva/social, foi elaborado o roteiro de entrevista com as seguintes dimensões:

1. *Memórias do campo*: lembranças e vivências do campo;
2. *Experiência na Universidade*: diferenças e contradições;
3. *Inserção na Universidade*: acolhimento, sentimento de pertença, dificuldades e facilidades, dicotomias e aproximações entre a vida no campo e na cidade;
4. *Vida Futura*: a profissão que aprenderam no campo, a formação acadêmica na cidade, voltar para a zona rural ou permanecer na cidade;
5. *Macropolítica e Economia*: as relações sociais e de produção do campo, ameaças ao modo de produção e vida camponês, as políticas públicas para o campo, o papel da juventude de zona rural nas políticas públicas que envolvem o campo.

Houve o cuidado de conduzir cada entrevista de forma não diretiva e evitando que impressões pessoais viessem à tona, de modo a não contaminar a zona de experiência do entrevistado. As entrevistas tiveram uma duração média de 40 minutos e todas foram

gravadas e transcritas na linguagem original emitida pelos participantes, após autorização dos mesmos.

2.3 Procedimento de Coleta de Dados

Em março de 2020, foi realizado contato com o gestor da instituição onde ocorreu a pesquisa, com o objetivo de solicitar autorização para o estudo, após apresentação do projeto e do compromisso de devolução dos resultados para os participantes interessados quando finalizada a pesquisa. Tendo a ciência e o aval da gestão, foi solicitado autorização ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição para a concretização da coleta com seres humanos, conforme parecer de aprovação já mencionado. Assim, foram realizadas duas entrevistas pilotos com o intuito de melhor definir os parâmetros da pesquisa para só então dar continuidade ao processo de coleta de dados. Esta fase foi importante para testar a adequação do roteiro, o tempo médio de duração da entrevista com objetivo de avaliar o risco de ser excessivamente longa e desgastante para o participante, além de treinar o pesquisador para condução da entrevista, de modo a evitar repetições desnecessárias e induções de resposta. Tal processo se revelou útil para a qualidade final do instrumento, tornando-o mais claro e conciso. Também ajudou nas habilidades para a condução do roteiro. Os pilotos não foram incluídos nas análises empíricas, por terem se mostrado aquém da qualidade final dos procedimentos de coleta, melhorados após a testagem prévia.

Após obtida a autorização pelo comitê de ética, a amostra foi selecionada por conveniência (consentimento em participar), através de convite endereçado por e-mail aos discentes provenientes de zona rural, de cursos de graduação variados, após contato eletrônico fornecido pelo setor de matrícula da universidade. Os estudantes foram convidados para participação voluntária, após informações sobre a natureza da pesquisa.

As entrevistas foram conduzidas em 2020, ano programado para a realização da etapa empírica desse estudo, com intenção de coleta presencial. No entanto, em função da pandemia mundial da Covid-19 que atingiu o Brasil a partir de março de 2020, culminando na suspensão de aulas na universidade por tempo indeterminado e na necessidade de práticas de distanciamento social, foi alterado o plano inicial, optando-se pela coleta remota. As entrevistas foram realizadas por meio digital com suporte de áudio e vídeo, através do aplicativo Skype, via aparelho celular ou computador pessoal, atendendo à recomendação de distanciamento social da Organização Mundial de Saúde. Essa nova condição dificultou o recrutamento e a adesão de colaboradores, muitos dos quais não possuíam internet e

ferramentas tecnológicas para participarem remotamente. As entrevistas foram realizadas com aqueles que aceitaram o convite e dispunham de internet e tecnologia para a entrevista online.

Antes do início da coleta, foi aplicado virtualmente o termo de consentimento livre e esclarecido (vide apêndice II) aos participantes através de e-mail, devendo a versão impressa ser coletada após retomada das aulas presenciais. As entrevistas foram realizadas em dias e horários definidos pelos participantes, tendo sido assegurado ambientes tranquilos e sem ruídos, de modo a evitar interferências negativas que pudessem comprometer o levantamento de informações. No entanto, devido à localização dos participantes na zona rural, nem sempre foi possível realizar as entrevistas sem alguma intercorrência de queda na conexão da internet ou falha no áudio/vídeo da chamada. Em alguns casos, foi preciso suspender a entrevista por alguns minutos para o restabelecimento da conexão na tentativa de melhorar a qualidade da comunicação estabelecida.

2.4 Procedimento de Análise de Dados

A pesquisa buscou investigar aspectos subjetivos dos participantes, com a intenção de identificar as memórias coletivas presentes nos relatos sobre a história no campo, lembranças, cotidiano e outras situações concretas da existência de jovens rurais vinculados à universidade pública. Com esse objetivo, as narrativas foram analisadas de modo a permitir que conteúdos compartilhados pelos jovens entrevistados pudessem ser catalogados em categorias de análise, discutindo-as à luz da literatura sobre juventude rural e teorias sobre memória coletiva e social, além de aspectos relacionados à experiência humana de educação e trabalho.

Tratou-se de um processo construtivo-interpretativo (GONZÁLEZ REY, 2005), em que as categorias formuladas não foram estáticas, sendo orientadas pelos próprios depoimentos coletados, assuntos abordados e vinculação com a teoria sobre juventude rural e educação superior. A classificação dos depoimentos em temas específicos foi realizada respeitando a natureza viva, dialógica e dinâmica da experiência humana. O enfoque teórico adotado foi considerado, mas sempre em consonância com os próprios dados empíricos, estes sendo autônomos na constituição de unidades de sentido que revelassem as memórias coletivas circulantes no grupo social dos jovens rurais universitários participantes da pesquisa. Nesse ponto, assim como a história é sempre um processo contínuo, do mesmo modo é a memória compartilhada em comunidade. Esse entendimento foi essencial para avaliação das entrevistas comprometidas com o caráter processual, dialógico, complexo e mesmo

contraditório dos depoimentos obtidos, evitando interpretá-las de uma forma rígida, estanque e engessada.

Após a transcrição das entrevistas, o conteúdo foi analisado buscando extrair dos relatos dos jovens rurais, as experiências, opiniões e percepções sobre a vida no campo, na cidade e na universidade, tendo como objetivo central extrair as memórias coletivamente compartilhadas por esses jovens. As narrativas dos entrevistados e as convergências, divergências, consensos e dissensos nelas encontradas revelam uma multiplicidade de memórias circulantes, vinculações afetivas e senso de pertencimento para esses jovens de origem rural.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS BASES SOCIAIS DA MEMÓRIA

Estudiosos da Teoria Social têm como objeto de trabalho descrever e interpretar fenômenos sociais, preocupando-se com a história das sociedades humanas, suas relações, hábitos, culturas e alterações ao longo do tempo (SEIDMAN, 2016). Ao se interessar pelos diversos aspectos da humanidade, um dos importantes fenômenos de interesse dessa ciência é a questão da memória. Não sem razão, Arendt (2005) alerta que um grande perigo para o homem moderno é justamente a perda dos elos entre o passado e o presente, denunciando que uma tragédia pior do que o enfrentamento de períodos históricos difíceis é quando desaparece do mundo a lembrança desses eventos.

Com raízes na filosofia e, mais tarde, com reflexões também das ciências sociais e historiografia, o conceito de memória é atravessado pela ideia de pertencimento a um mundo que ancora a experiência do indivíduo. Schmidt (2006) menciona autores e conceitos distintos, que descreve como o “núcleo duro” da temática, tendo apontado a noção de memória coletiva como uma das mais importantes. Dentre os grandes estudiosos desse tema, a obra do sociólogo Maurice Halbwachs é uma das mais centrais para a Teoria Social.

O conceito de memória coletiva proposto por Halbwachs (2006) tem como base o tecido social como principal fator para o desenvolvimento da subjetividade e da construção individual, portanto, forjada coletivamente nas relações do sujeito com a sociedade. Partindo dessa perspectiva, as memórias de jovens estudantes universitários de origem camponesa sobre as vivências do mundo rural, da academia e da relação com o trabalho é resultado de heranças do coletivo que formam um pensamento partilhado e uma realidade comum ao grupo social de onde são provenientes. A narrativa de cada indivíduo é decorrente das memórias do passado, das expectativas sociais e das lembranças construídas coletivamente na comunidade a qual pertence.

Com a intenção de compreender o produto desse caldeirão de ideias, atitudes e experiências construídas por jovens universitários oriundos do campo, esta seção se ocupa em tratar das bases sociais das memórias, sendo este tema a âncora para o conteúdo obtido nas entrevistas, analisadas através do conceito de memória coletiva disponibilizado por Halbwachs (2006), bem como dos estudos sobre memória social. Embora mantenham suas particularidades, essas teorias são similares na defesa da centralidade da trama social sobre aspectos da formação subjetiva do indivíduo. É relevante analisar as trajetórias dos jovens rurais universitários como sujeitos que formam entre si uma unidade de subsistência,

diferindo da vivência de outros estudantes, uma vez que são provenientes de um modelo particular de funcionamento social com formas de se autorregular.

3.1 A memória coletiva em Halbwachs

O sociólogo Maurice Halbwachs nasceu na França em 1877. Discípulo da escola durkheimiana, escreveu seus principais trabalhos entre as décadas de 20 e 40 do século passado. Sua obra, *A Memória Coletiva*, publicada pela primeira vez em 1950, é reconhecida como sua contribuição mais relevante para a sociologia. Considera-se como central em sua teoria a perspectiva de que a memória é um fenômeno social, representando uma reconstrução do passado a partir dos quadros sociais do presente. Nesta perspectiva, a memória individual seria apenas um ponto de vista da versão coletiva, influenciada pela participação dos indivíduos nos grupos sociais dos quais faz parte. Para Halbwachs, a atuação desses grupos é marcada pelo processo de reconstrução do passado vivido por um determinado círculo social na construção da memória coletiva. Isso permite compreender que o processo de rememoração não depende apenas somente de uma lembrança individual, mas que suas memórias são de determinada forma, partes da memória do grupo ao qual faz parte.

Ao apresentar o conceito de memória coletiva, o autor traz para o campo de discussão a necessidade de embasar toda e qualquer lembrança ou recordação individual no tecido social mais amplo em que ela foi formulada. Neste sentido, não se considera o entendimento da memória como um elemento produzido exclusivamente por uma entidade individual, um produto de uma mente privada ou um evento fisiológico particular. Ao contrário, para a compreensão da memória é necessário o uso de uma lente social, no qual a recordação individual é dependente e impregnada dos contextos coletivos mais amplos em que se insere, sendo resultante de uma consciência viva e contínua de um determinado coletivo. Assim, a noção de recordações individuais enquanto componentes de uma categoria coletiva mais ampla é ancorada na emergência de um grupo social que existe dentro de um determinado tempo e espaço. Nesse caso, as memórias coletivas são tão numerosas quanto os grupos que as ensejam, coexistindo em uma mesma época, cada qual circunscrita ao ambiente que a produziu (HALBWACHS, 2006).

A compreensão da memória enquanto elemento vivo e limitado ao grupo a qual um sujeito pertence é um importante ponto que distancia o conceito de memória histórica da concepção de memória coletiva. Sobre esta última, Halbwachs sinaliza que, diferentemente da história escrita, a memória é uma história viva, porque se renova a medida que o tempo

passa, através da continuidade do pensamento e da consciência de grupo que a sustenta, retomando do passado apenas os elementos que tem aceitação dentro de um círculo social (SILVA, 2016). Nesse sentido, o passado não é um retrato estável e engessado de um momento no tempo, mas sim um fato presente, socialmente reconstruído.

Ainda sobre a diferença entre memória histórica e memória coletiva, Halbwachs afirma que lembranças circulantes socialmente são incorporadas pela história somente quando as pessoas e os grupos que as sustentam deixam de existir (SILVA, 2016). Quando isso acontece, não mais são elementos vivos, precisando ser documentadas para que permaneçam e sejam lembradas.

Halbwachs não nega a existência de uma memória individual, mas apenas enfatiza que esta não é o produto de uma subjetividade particular, estando inseparável e impregnada de diferentes contextos sociais. A rememoração individual nunca é um evento solitário, uma vez que é consequência de um contexto comunitário ao qual todo indivíduo encontra-se imerso e que produz uma combinação de elementos definidores do surgimento da lembrança (CORDEIRO, 2015). Portanto, uma impressão pessoal é sempre fundada a partir de fatores presentes no ambiente social e experiencial ao qual o indivíduo está vinculado, bem como resulta do lugar específico em que cada sujeito ocupa em um grupo particular.

Para Halbwachs, o que mais se aproxima de um estado de consciência puramente individual é o que o autor denomina *intuição sensível*, defendendo que cada pessoa experiencia a si próprio em primeiro plano, permanecendo geralmente circunscrita ao seu mundo privado. No entanto, apesar de atribuir o produto do pensamento a si próprio, este é resultado da convergência de grupos distintos influenciando na formação da consciência particular. A própria construção identitária passa pela forma como se produz as memórias privadas na medida em que a identidade requer a continuidade de elementos que se somam para definir a formação subjetiva, assim como a memória coletiva também se baseia na continuidade de diversos eventos, plurais, que se somam para formar memórias coletivas (WEBER & PEREIRA, 2010).

Na perspectiva Halbwachiana, para que as lembranças coletivas possam se sobrepor às individuais, é necessário assumir a possibilidade de acesso a uma memória preexistente no indivíduo. Neste caso, o sujeito possui preocupações, impressões e pensamentos particulares, que compreende como totalmente pessoais, mas que, sob diversos aspectos, estão ligados a questões socialmente partilhadas. O mundo privado não é alheio ou impermeável ao que circula ao redor, de modo que os interesses pessoais espelham elementos coletivos, dando conta do que o autor chama de homem sensitivo (HALBWACHS, 2006). Eis que a formação

da memória individual não é, portanto, uma agenda solitária, sendo justamente o oposto disso. Ao tomar como referência elementos externos vivenciados desde a infância, cada pessoa vai construindo suas percepções e memórias privadas.

Um dos pontos fundamentais da obra de Halbwachs é justamente a definição da memória coletiva enquanto um fenômeno mais amplo que contém as memórias particulares daqueles que compõem o corpo social. O poder do coletivo sobre o individual é perceptível quando se nota que qualquer agenciamento privado é construído a partir de palavras e ideias que circulam socialmente muito antes do indivíduo e que são tomadas de empréstimo para tornar possível o funcionamento pessoal. A própria linguagem, base para o pensamento, é uma convenção social, sendo impossível uma pessoa fazer uso dela de forma isenta, se o próprio meio de expressão da memória é absolutamente coletiva (HALBWACHS, 2006).

Uma outra importante contribuição de Halbwachs para o campo da memória se baseia na forma como um indivíduo retoma o passado, frequentemente através de imagens e fragmentos inacabados, em que as lacunas acabam sendo preenchidas por elementos do presente, com pedaços de lembranças sendo complementados e reconstruídos por outras pessoas. Isso é possível ao tomar de empréstimo conteúdos presentes nas memórias de outros, mas que ajudam a compor uma percepção integral para o sujeito. Assim, as recordações particulares são enriquecidas por contribuições externas ao indivíduo, tornando-se indistinguíveis das memórias originais quando já incorporadas pelo ente privado. Para que o reforço social ocorra, é fundamental que as lembranças que circulam dentro do grupo guardem relação com eventos que tenham feito parte de vivências do passado daquele indivíduo.

Por último, o conceito de memória coletiva tem como desdobramento a formulação de aspectos da subjetividade a partir do vínculo do indivíduo com seu local de pertencimento social. As ideias sobre a vida no campo, projeto de vida e educação superior são oriundas das memórias do passado, das expectativas sociais e das memórias construídas coletivamente pelos jovens rurais universitários. Resta saber o produto desse caldeirão de ideias, atitudes e experiências construídas coletivamente sobre trabalho, educação e zona rural.

3.2 Considerações sobre o conceito de memória social

Aróstegui (2004) compreende a memória como um importante bem cultural da sociedade, com significados e apreensões diversos, sendo empregada para explicar aspectos distintos, como a construção da identidade, eventos passados e mesmo posições políticas.

Para além dessa variabilidade de sentidos e das divergências ideológicas, o autor sinaliza como relevante a concepção da memória enquanto um depósito de experiências comuns compartilhadas pelos indivíduos. Seguindo essa linha, reivindica sua centralidade social entendendo existir um lugar comum de reflexão partilhada socialmente e que sustenta o acervo de memórias circulantes nos indivíduos.

Nessa vertente, a memória em sua forma coletiva é um fenômeno no centro do debate social pela sua importância na definição de demandas e diretrizes culturais. Isso ocorre ao se estabelecer como uma fonte poderosa na conservação da experiência do passado no momento presente, e mesmo, na invenção de elementos decorrentes do passado quando as histórias são transmitidas oralmente em uma comunidade. Fato é que a memória e a história estão inexoravelmente correlacionadas, pois ambas são fontes da vivência dos indivíduos, no qual a memória é a experiência humana acumulada e a história é a sua manifestação permanente e pública (ARÓSTEGUI, 2004).

Também interessada na temática, Jelin (2012) retoma a teoria Halbwachiana para explicar a memória social a partir da concepção de que só é possível recordar algum evento do passado quando este está preservado na memória coletiva de um povo. Do mesmo modo, o esquecimento também é resultante do desaparecimento em determinada sociedade de uma necessidade comunitária da lembrança. Assim, por trás de cada recordação ou esquecimento individual estaria em operação o aparato social, compondo a noção de que um sujeito nunca está sozinho. Uma lembrança não é, portanto, um fenômeno solitário, único ou singular, mas surge com o suporte da memória de outros e dos códigos culturais circulantes em uma comunidade. As lembranças pessoais são decorrentes de narrativas coletivas, fomentadas por rituais, comemorações ou experiências do grupo de pertencimento do indivíduo. Como consequência, toda memória é uma reconstrução de uma vivência partilhada e não uma memória pura e impermeável. O conteúdo que, por alguma razão, deixa de ser reproduzido ou transmitido coletivamente, acaba por perder o sentido e cai no esquecimento.

Seguindo sua contribuição para o estudo da memória social, Jelin (2012) se dedica a questão de *“como pensar o social nos processos de memória”* (p. 54). A autora propõe modelos representantes dos debates da sociologia clássica, no qual o ponto de discussão gira em torno do papel das individualidades no conceito de memória coletiva definida principalmente por Halbwachs, bem como se de fato existiria uma memória partilhada ou se seriam apenas crenças e mitos coletivos. A espinha dorsal da teoria sobre uma memória comunitária busca resolver essa questão a partir da noção de moldura social, no qual as memórias individuais são sempre enquadradas socialmente. A analogia do quadro é

compreendida como uma imagem que oferece uma representação geral de uma sociedade, empresa ou grupo, bem como suas visões de mundo, valores e necessidades.

Partindo dessa discussão sobre o papel das individualidades na memória compartilhada, Fentress & Wickham (1992) problematizam o destaque quase que exclusivo que é oferecido à consciência social entre os teóricos da área, sem uma dedicação em traduzir esse processo na mente concreta dos indivíduos. Afirmam que essa forma de abordar o tema acaba por gerar um hiato na compreensão do vínculo entre o fenômeno coletivo e privado, correndo-se o risco de se apropriar da noção de sujeito como um autômato, um mero receptáculo passivo da dinâmica coletiva. Buscando respostas, os autores se dedicam a descrever como a memória individual se torna social. Sinalizam que as lembranças compartilhadas são aquelas que, por alguma razão, se mostram relevantes no contexto em que são expostas, seja ele um grupo duradouro e bem estabelecido ou um outro informal e temporário. O que é lembrado pessoalmente, no processo cognitivo, é uma versão socialmente consentida sobre o passado, definida por ações de comunicação que circulam em uma comunidade. É o ato de comunicar que permite a formulação de um acordo sobre o que e como recordar o passado.

A existência de um indivíduo que recorda também é uma preocupação de Aróstegui (2004). O autor sinaliza a existência de uma qualidade social emergente, uma espécie de entidade que transcende o sujeito isolado, não sendo meramente a soma de qualidades singulares. Todavia, ainda que exista uma supremacia social, o indivíduo que transmite a experiência coletiva também é importante:

A memória pressupõe uma mente, na verdade, está sempre relacionada a uma experiência determinada e concreta. Assim, pois, quem ou quais seriam os sujeitos - família, classe, etnia, geração histórica, etc. - de tal memória coletiva? Onde está depositada? Qual conteúdo seleciona? Embora quaisquer conteúdos de memória tenham sempre uma indiscutível projeção coletiva, sendo o reflexo da realidade social e o contexto de socialização desempenha um papel essencial, é o sujeito dela que representa um problema para a teoria social e histórica. (ARÓSTEGUI, 2004, p. 20, tradução nossa).

Se é o sujeito, em última instância, que possui lembranças, torna-se relevante responder o que há de social na memória quando na verdade são os indivíduos que recordam. Fentress & Wickham (1992) descrevem que a base da memória social encontra respaldo na ideia de que grande parte do que compõe o fenômeno é resultado do pertencimento humano a um grupo social. Assim, as lembranças da infância têm como referência a família e as

recordações do bairro se estruturam a partir da comunidade local, seguindo sempre a lógica de identidade coletivamente construída. Neste cenário, cada sujeito se torna único, porque se constitui a partir de pertencimento e intersecções em uma série de grupos determinados, gerando uma trajetória particular.

A expressão individual e concreta de cada lembrança, torna essa entidade particular importante, mas não subverte a equação na qual se sustenta a predominância de uma herança social nos conteúdos recordados. Em consonância com este pensamento, Aróstegui (2004) afirma ser a memória uma faculdade intrinsecamente coletiva que transcende os limites do sujeito, vez que tem várias determinações sociais. Resulta, portanto, da atividade social e é agregadora, no sentido de que uma memória sempre inclui outras, formando novos repertórios. O autor segue discorrendo sobre o tema, fazendo alusão à temporalidade da memória que, assim como propõe Halbwachs, deve ser explicada dentro de quadros ou marcos sociais específicos, no qual se apresenta como um elemento imprescindível na construção da realidade social e de sua simbolização e reprodução.

O estudo do tema se torna mais significativo a partir da compreensão de que toda ação da consciência é mediada pela memória, repositório infinito já que muitas são as combinações possíveis. Mesmo uma ação em andamento no momento presente tem relação com a memória, vez que a interpretação de um determinado instante é permeada de significados apreendidos a partir de um arcabouço real ou imaginário já existente. Sua relevância fica ainda mais evidente quando se refere ao passado, neste caso, a acontecimentos históricos e a experiências recordadas (FENTRESS & WICKHAM, 1992).

Quanto aos registros dessas experiências, não há compromisso com lembranças autênticas, absolutamente fiéis aos fatos. A obrigatoriedade de exatidão foge do escopo da memória, área de estudo mais interessada em compreender de como se fala do passado e o significado dele para o falante. O fato é que “o significado social da memória, assim como a sua estrutura interna e o seu modo de transmissão, é pouco afetada pela sua veracidade; tudo o que importa é que se acredite nela” (FENTRESS & WICKHAM, 1992, p. 11, tradução nossa).

Assim, a memória social pode ser exata, se a comunidade que recorda julgar socialmente importante descrever um evento conforme ocorreu exatamente; em contraposição, ela pode também ser seletiva, pouco rigorosa e mesmo distorcida. O que de fato interessa é a compreensão de que não se trata de uma faculdade mental isolada do ambiente social que produziu a lembrança, de modo que distorções são possíveis de ocorrer por uma demanda ou limitação social e não exatamente por falha no processo de registro

mental. A forma como um conteúdo é apreendido é uma fotografia do sentido que o passado tem para aquele grupo, como ele foi percebido e como o conteúdo chegou aos dias atuais, a partir de uma experiência direta com determinados acontecimentos ou pela narração oral ou escrita de outras pessoas (FENTRESS & WICKHAM, 1992).

Eis que a transmissão de conteúdos com exatidão é apenas uma das funções sociais que a memória pode desempenhar. Esta não tem o compromisso de trazer de volta ao passado em sua condição original, mas exerce bem seu papel de construção cultural elaborada, oferecendo um panorama precioso da atividade social. Aróstegui (2004) compreende ser um fenômeno que agrega importantes realidades sociais, concordando com a ideia de que as memórias individual, coletiva e histórica são consequências da dimensão social, sendo esta a causa e não apenas um pano de fundo para estes eventos. Não obstante esse ponto em comum entre os conceitos, o autor se dedica a traçar algumas distinções entre a memória social e a histórica, em relação à função, ao uso e à experiência proporcionada por cada uma. Afirma que a memória social é direta e espontânea, sendo um fenômeno vivo, dinâmico e ligado à experiência de vida do indivíduo ou grupo. Por outro lado, a memória histórica é adquirida ou a partir de outras transmitidas pelos predecessores. Em complemento, há ainda uma memória institucional, decorrente, por exemplo, de liturgias, lembranças públicas, uso político e lugares de memórias (como os museus). As interseções dessas memórias demandam uma contextualização de cada uma e a percepção dos contrastes entre elas, bem como assumem um papel decisivo na construção da identidade, na integração grupal, nas referências geracionais e no descortinamento da ação política, pública e social.

As intersecções e definições dos tipos de memória variam entre os estudiosos da teoria social, embora se mantenha protagonista o interesse pelo aspecto coletivista do fenômeno. De acordo com Jelin (2012), compreender este conceito a partir da noção de moldura permite rejeitar a existência de uma memória coletiva, autônoma e concreta funcionando independentemente do indivíduo. Ao pensar, por analogia, na concepção de um quadro, é possível se apropriar da ideia de uma moldura – religião, classe social, grupo familiar – que define a forma e os limites dentro dos quais memórias individuais podem ocorrer, sendo estas as “pinturas” sob a tela. Portanto, a memória coletiva não deve ser apreendida como uma entidade autônoma, objetificada e distanciada dos sujeitos singulares, mas sim como o entrelaçamento de perspectivas individuais em constante diálogo com a organização social, gerando múltiplas interações e sobreposições, dentro das possibilidades de cada estrutura coletiva e de suas relações de poder. Nesse cenário, algumas experiências e lembranças

acabam se destacando quanto mais acesso aos recursos simbólicos e aos códigos culturais partilhados.

O conceito de memória social tem por foco os processos em funcionamento para a sua construção, rejeitando a ideia de um fenômeno pronto a ser ofertado. Dessa forma, sobra espaço para investigações empíricas interessadas em estudar o fenômeno da memória, sua dinâmica e conteúdos predominantes dentro de um contexto social (JELIN, 2012). Pautada nessa ideia, a iniciativa de investigar a memória de jovens universitários provenientes do campo está ancorada justamente na percepção de que os elementos formativos desse fenômeno não obedecem a padrões preestabelecidos e, portanto, não são já conhecidos, justificando o esforço de pesquisa. Os achados dessa investigação podem auxiliar na compreensão da experiência singular desses jovens, a partir das particularidades em funcionamento nas comunidades aos quais pertencem, bem como podem ajudar a melhor compreender este público.

4 JUVENTUDE RURAL UNIVERSITÁRIA A PARTIR DO CONCEITO DE EXPERIÊNCIA DE THOMPSON

Tendo esse estudo se interessado pelas experiências de jovens rurais universitários, um importante autor que norteia o cumprimento deste objetivo é Edward Thompson, historiador inglês marxista. Em sua obra, defende a historicidade das vivências humanas concretas, que sofrem contínuas transformações decorrentes de alterações na sociedade, palco onde a vida dos sujeitos se desenrola. O autor se debruça teoricamente sobre a categoria experiência, a medida em que analisa a formação da classe operária inglesa (MARTINS, 2006).

Fato é que o conceito thompiano de experiência mostra-se bastante adequado para compreender a percepção da juventude rural, uma vez que a narrativa individual de cada sujeito que compõe esse público é forjada coletivamente, a partir de vivências compartilhadas cotidianamente, das ações, eventos e discursos que ofertam a esse grupo de pessoas um lugar de pertencimento e uma consciência de classe, com ambientação histórica. Para esse estudo, o trabalho de Thompson é especialmente relevante, não só por ancorar as experiências dos jovens rurais entrevistados dentro de um panorama histórico e de classe, mas também por uma relativa aproximação⁶ e diálogo conceitual com a concepção de Halbwachs sobre memória coletiva, recorte teórico principal de análise das entrevistas dos jovens rurais universitários.

De acordo com Aguiar (2018), o historiador propõe a noção de *fazer-se* sujeito dentro de uma identidade de grupo através do movimento dialético entre as experiências, costumes e valores da vida diária com o contexto macro de características econômicas, políticas e culturais de cada tempo. Nesse sentido, o fazer-se jovem rural universitário é um processo dinâmico, mutável, histórico e cotidiano, que acontece a partir da existência nesse grupo social específico. Suas considerações acerca da centralidade das vivências rotineiras na tessitura das identidades de classe ressaltam o caráter inacabado e em constante formação que envolve o pertencimento a um coletivo.

Dentro dessa perspectiva, a juventude camponesa é uma condição em contínuo movimento, que vai se construindo a medida que novas experiências vão sendo agregadas. Nesse caso, crescer em um mundo rural, ter ou não oportunidade de acessar outros modos de

⁶ Importante esclarecer que, apesar da proximidade, há uma diferença teórica primordial de abordagem entre os dois autores. Thompson trabalha com conceitos Marxistas, como a contradição, consciência de classe e os movimentos da história na busca de explicação para a formação de classe. Por outro lado, para Halbwachs, conforme destaca Peralta (2007, p. 5): “a função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros do grupo com base no seu passado colectivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade...”.

vida, entrar na universidade, lidar com saberes populares e científicos, estar incluído e/ou lutar por políticas públicas etc. Ser jovem rural universitário é, portanto, um fato histórico.

Existe o nível individual e sua experiência particular, resultante da junção de elementos subjetivos com o contexto objetivo a que um sujeito está inserido, formando uma consciência de classe apreendida individualmente. É este o caso de cada um dos participantes desse estudo, cujas percepções compartilhadas são originadas de vivências típicas de uma realidade brasileira camponesa e da universidade pública em associação a elementos singulares da própria existência. É essa singularidade, resultante de acontecimentos específicos e particulares, que está sempre em diálogo com o nível coletivo, impactando gradual e lentamente, a própria consciência social, que vai se modificando (THOMPSON, 2011).

Portanto, é uma via de mão dupla que elementos coletivos do mundo rural impactem a consciência de classe da juventude rural universitária e que vivências particulares, a exemplo de como cada jovem consegue viver e se apropriar do tempo de universidade, gerem novas ideias, valores e identidades que afetarão as narrativas do grupo social. Assim, conforme sinaliza Aguiar (2018, p. 106):

[...] homens e mulheres são sujeitos que atuam no seu próprio *fazer-se*, não de forma totalmente autônoma, mas dentro de condições e situações objetivas, determinadas historicamente. Por isso, pode-se afirmar que a consciência social não funciona como algo determinado (imutável), mas se transforma (avança e retrocede) dialeticamente segundo as experiências vividas que podem ser de ruptura ou continuidade, e desta mesma forma construindo memórias coletivas.

Nessa linha de raciocínio também se estrutura a teoria Halbwachiana que afirma que a memória individual resulta da convergência de diferentes influências sociais articuladas no âmbito privado. Portanto, mesmo que a memória individual seja particular e única, em função dos grupos aos quais o sujeito pertence, ainda assim, o sentimento de individualidade é uma ilusão, na medida que os múltiplos comportamentos individuais são resultado das diferentes combinações de forças sociais que atuam sobre o sujeito. Este sofre, ao mesmo tempo, a influência de múltiplas correntes de pensamento coletivo e, ao não poder creditar a nenhuma delas o seu comportamento, acredita que age de forma autônoma (HALBWACHS, 2006).

De volta a Thompson (2008), é evidente na perspectiva do autor que as experiências vividas concretamente por homens e mulheres têm poder de transformar valores e tradições, gerando novos consensos, práticas, legitimações e obrigações sociais. A construção da

consciência de classe ou de grupo é, portanto, definida por aspectos que vão além dos fatos econômicos. Assim, os jovens rurais, na medida que deixam o campo para viverem novas experiências na cidade e na universidade estão alicerçando as bases para mudanças na consciência do grupo social a qual pertencem, gerando novas percepções, que terão impacto coletivamente. É esse pensamento a base da ideia do autor de que a experiência é o elemento central no processo de fazer-se sujeito dentro de uma consciência de grupo que o próprio indivíduo ajuda a moldar. Como essa construção está ancorada nas vivências cotidianas, a experiência é sempre fluida, historicamente definida e dependente da performance pessoais e contextos concretos (THOMPSON, 2011).

Partindo das ideias de Thompson (2011) para o ponto de vista do jovem rural, se compreender como parte desse grupo é o resultado de experiências compartilhadas e interesses e desafios comuns, decorrente de relações de produção a que se está submetido desde o nascimento, base para o sentimento de classe que partilha as mesmas tradições, ideias, valores e modos de vida típicos do campesinato. O autor considera que a percepção de pertencimento e dos motivos de luta enquanto grupo social são essenciais na formação de sujeitos políticos e de consciência de classe. Ao ingressar na universidade, esses jovens do campo passam a acessar diferentes relações, valores e visões de mundo, gerando especificidades que podem levar à composição de um grupo social particular ou alterações na consciência de classe coletiva anterior, a partir da exposição a outros formatos e eventos. Isso porque as memórias e vivências rurais são somadas às novas experiências, expectativas e conhecimentos que universidade proporciona, gerando mudanças no campo cultural, nos objetos e símbolos que compunham a configuração antiga. Nesse cenário, outras reflexões, críticas, lutas e protagonismos são possíveis, no fazer-se cotidiano de juventude rural universitária.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Em cada momento da história da humanidade, a sociedade é orientada por representações da realidade decorrentes das experiências de tempo, espaço, cultura, economia e política em que se vivem. A vida de mulheres e homens, historicamente, é definida a partir de práticas, ideias e ações moldadas ao longo do tempo.

Um dos principais marcadores do século XXI é a nova morfologia social do trabalho que se origina do capitalismo global, se constituindo em um fenômeno de subjugação do homem-que-trabalha, a partir da precarização de sua força laboral. Esse resultado é consequência do enfraquecimento dos coletivos de trabalho que implicam em dinâmicas ideológicas, políticas, sociais e culturais comprometidas com o desmonte dos processos de luta de classe (ALVES, 2011).

O entendimento do mundo laboral, da força produtiva e seus impactos encontra uma contribuição essencial na obra de Karl Marx, que descreve um tipo de sociedade que se apropria do trabalhador como um produto, como qualquer mercadoria e serviço dentro do processo capitalista. O indivíduo precisa vender sua força de trabalho e tornar-se atrativo para o mercado, do mesmo modo que produtos ou serviços devem ser atrativos ao consumidor. Desse modo,

[...] com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX & ENGELS, 1848, p.18).

A força de trabalho passa a funcionar a serviço do capital, ajudando a regular modelos formativos que atendam ao mercado. A aprendizagem de uma profissão impõe aos sujeitos uma série de condições e habilidades possíveis de serem vendidas como mercadoria que, ao serem transpostas para a vida cotidiana, em termos de valores éticos do indivíduo e de relações sociais e familiares, nem sempre permitem ao sujeito desenvolver plenamente seu potencial humano. Nesse contexto, interessa o debate sobre educação e trabalho na compreensão de como estes elementos impactam a experiência do homem no cenário produtivo atual.

A apropriação do conceito de trabalho e educação na teoria social é relevante para compreensão do tema dessa pesquisa, que se propôs a analisar as memórias de estudantes universitários provenientes do campo referentes a aspectos que, em muitos depoimentos, marcam a articulação entre trabalho e educação, com base em suas experiências no mundo rural e na Educação Superior. Para melhor entendimento da questão de estudo, esta seção se dedica a analisar o conceito trabalho-educação (separado apenas por hífen), enquanto unidade semântica e como não dois termos justapostos com sentidos específicos. Estes conceitos e experiências também aparecem imbricados nas vivências e memórias dos entrevistados.

5.1 Trabalho-educação como unidade semântica

Embora “trabalho” e “educação” sejam dois termos distintos e podem ser apropriados de forma particular, como bem sinaliza Ciavatta (2019a), tem sido corrente no Brasil, a partir dos anos 1990, a adoção desses fenômenos como uma unidade semântica e epistemológica na busca de respostas para um conjunto de fenômenos complexos.

A referida pesquisadora é responsável por uma rica análise desses dois termos como uma unidade de sentido ao tratar de questões que na teoria e na prática encontram-se articuladas. Tendo como norte as concepções marxistas, tece uma minuciosa linha de pensamento a respeito da realidade social e histórica da educação e do trabalho como uma categoria única e dinâmica, definida a partir das relações sociais, afetivas, materiais e morais engendradas pelos sujeitos sociais.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, Ciavatta (2017) se ocupa em descrever os processos educativos em sua relação com o capital e com a atividade produtiva, tendo como recorte interpretativo o materialismo histórico, a crítica à economia política e a análise da vida social propostos por Marx (2002). Na obra marxiana, o trabalho é compreendido de uma forma mais ampla, estruturante do ser e inerente ao processo de tornar-se humano, a partir das condições laborais e de vida da classe operária, sua rede de pertencimento, ideologias, afetos, relações sociais e a história da classe trabalhadora. É dentro dessa universalidade que se articula a relação indissociável com a educação, por sua importância política e instrumental para a sociedade, bem como por sua participação para o conhecimento e as transformações geradas no mundo do trabalho (MACHADO, 2005).

Trabalho-educação enquanto categoria histórica também formam uma totalidade analítica, conforme apontam Ciavatta (2019b) e Machado (2005). Mantendo-se fiel a concepção marxista do mundo, as estudiosas retomam os ensinamentos de Marx (2002), para

o qual a história é uma produção social da existência que acontece nos eventos reais do cotidiano, no espaço-tempo em que ocorrem, e a partir da dinâmica social tecida pelos homens comuns, nas ações e mediações dos sujeitos, das classes sociais e dos conflitos entre elas. Nesse sentido, trabalho-educação também deve ser apropriado historicamente a partir do momento em que se vive, tendo como palco as mudanças na atividade produtiva em cada época, as possibilidades laborais, a divisão social do trabalho em determinado contexto, a luta de classes, os modelos educativos, os sistemas de aprendizagem e os objetivos formativos, sempre interpretados a partir de cada período histórico.

A respeito da unidade semântica trabalho-educação, Ciavatta (2019a) segue sua análise ancorada no materialismo histórico, ao descrever duas expressões que se referem a uma mesma realidade, embora conceitualmente diferentes – o “trabalho como princípio educativo” e o “princípio educativo do trabalho”. A autora utiliza o termo “princípio” no sentido de lei, fundamento, concepção ontológica para pensar o sujeito, que possui bases históricas e normas implícitas que regem os processos sociais. É a partir desse ponto que é possível analisar o trabalho como capaz ou não de educar dentro de uma lógica humanística e de desenvolvimento do potencial humano. Nesse sentido, sinaliza a relevância do trabalho na educação da juventude, não somente na aprendizagem de um ofício e domínio da técnica, mas também na aquisição de conhecimento científico sobre a atividade produtiva e a compreensão das relações de classe no capitalismo.

Ainda destrinchando o trabalho como princípio educativo, Machado (2005) referencia estudiosos (em especial Gramsci) que analisam a relação da educação com a política e com o trabalho. Descreve a indissociabilidade do homem à comunidade humana do qual faz parte, local onde produz e consome bens materiais e espirituais e também onde deve ser educado como ser político, capaz de tomar decisões e ocupar postos de direção na sociedade do qual participa. Para isso, é necessário garantir um modelo educativo que prepare para a realidade do trabalho, para as mudanças tecnológicas e para as transformações sociais. Mais do que isso, que ensine educação de classe, que seja democrático e que permita o desenvolvimento de pensamento crítico, humanístico e histórico.

Em relação ao princípio educativo do trabalho, o principal foco é a atividade laboral na sociedade capitalista, buscando problematizar a condição de exploração do trabalhador, que torna submisso e alienado o homem ao capital, distanciando-o do trabalho que humaniza ao submetê-lo a produzir um produto que não lhe pertence. No mundo dominado pelo capital, o poder educativo do trabalho ocorre pelo exame das condições laborais e percepção da hipervalorização da mercadoria e da precificação da força de trabalho em situação de exploração e

realização dos interesses daqueles em posse dos meios de produção (CIAVATTA, 2019a). A natureza alienadora ou educativa do trabalho é definida no contexto social, a partir de múltiplos fatores determinantes, que podem servir ao capital na condição laboral de exploração ou pode ter função pedagógica, ao produzir um meio de vida, sociabilidade e conhecimento.

A pesquisadora faz referência a obra de Lukács (1978) ao analisar o princípio educativo do trabalho enquanto possibilidade de contradição. Neste sentido, assinala o papel do trabalhador em sua capacidade de perceber as condições insalubres e perversas de exploração em que se encontra, tendo a oportunidade, a partir desse ponto, de iniciar movimentos contraditórios à lógica imposta e lutar pela liberdade inerente à condição humana. As ações educativas são possíveis na medida em que se confere historicidade e possibilidade de protagonismo para atos humanos.

Ao se considerar o campo trabalho-educação enquanto unidade semântica, para além dos processos formativos para atividades laborais mecanizadas que atendam as demandas capitalistas, torna-se necessário dirigir atenção também para os ambientes informais de educação para o trabalho, que envolvem os movimentos sociais, organizações não governamentais, cidadania e cultura. São espaços que vão de encontro ao movimento disciplinado, competitivo, produtivista das relações subjugadas a um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado. Nessa linha, tendo como base o materialismo histórico, adota-se uma visão mais ampliada da educação, que supera uma lógica meramente de treinamento profissional, compreendendo-a como um processo humano natural para entendimento do mundo e do trabalho como estruturante da vida social e da dignidade do homem (CIAVATTA, 2019a).

Referindo-se ao papel da educação no trabalho existe, portanto, duas dimensões, uma que descreve o homem alienado, subjugado e explorado pela lógica capitalista; e outra, definida pelo processo de hominização na luta política, na busca pelo conhecimento e na transformação da realidade. Somente politicamente e no embate contra a estrutura produtiva do capital é que o trabalhador pode surgir de uma forma mais consciente de si.

Compreender a serviço de que e de quem cada modelo educativo se estrutura exige atenção e pensamento crítico. Machado (2005) alerta para a função escolar de assegurar uma formação que atenda às demandas do mercado de trabalho e do capital, seguindo uma estrutura e finalidade que frequentemente educa para a submissão do homem à atividade produtiva. Neste sentido, “é organizada segundo a divisão do trabalho e adota também as características da racionalidade, regularidade, controle de resultados, estratégias especiais de

atuação, condições de organização” (MACHADO, 2005, p. 135). Em contraposição, existe a luta pelo direito à educação pública, acessível e de qualidade, que está a serviço da sociedade e que se concretiza nos processos de resistência de trabalhadores, pesquisadores e professores.

É com esse compromisso de luta que Saviani (2011, 2018) propõe uma pedagogia histórico-crítica baseada na obra de Marx, partindo da análise aprofundada de sua teoria para escrutinar a fundo os processos pedagógicos, com a intenção de conhecer seus objetivos e diretrizes e então investir em uma completa reorganização do trabalho educativo. Sua proposta visa estabelecer as bases para a construção de um novo foco, com transformações severas nos conteúdos curriculares, instituições formadoras, educadores e finalidades educacionais. Essa perspectiva marxiana de educação ideal, luta em favor de um processo que ofereça liberdade para o desenvolvimento humano e igualdade entre os indivíduos para alcançá-lo, ajudando a transformar as condições precárias de trabalho da classe operária.

Nesse cenário, a educação superior tem papel importante, uma vez que é responsável pela formação de indivíduos que ocupam as funções de maior influência intelectual, com melhores condições de desenvolver em seus alunos consciência social e pensamento crítico, colocando em evidência as contradições e perversão do sistema capitalista na contemporaneidade. Soma-se a isso o fato de ser a universidade uma instituição que deve ser reflexiva e crítica em relação às tendências sociais, precisando se contrapor aos modelos de formação para atender exclusivamente ao mercado de trabalho. Ao se tornar mais acessível e democrática para classes que por muitos anos não adentraram as universidades, como é o caso dos jovens rurais, as instituições públicas dão um passo importante em direção ao compromisso com a coletividade e com uma sociedade mais justa.

6 A UNIVERSIDADE PÚBLICA: DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE PARA JOVENS RURAIS

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos se dedica aos estudos universitários, focando seu debate no papel das instituições acadêmicas na formação estudantil, na mudança de realidade através da formação superior e no implemento de políticas públicas no acesso e permanência à universidade. Nesse cenário, aponta para a necessidade de uma contínua reforma universitária, resultante de uma grave crise hegemônica e de contradição que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm enfrentado, especialmente as universidades públicas, em razão de políticas de desinvestimento público⁷, Estado cada vez menos protetor, além de fenômenos de privatização, mercantilização, desregulação e globalização da educação. O teórico alerta para o interesse neoliberal de tornar o ensino superior um negócio capaz de formar pessoas nos moldes das necessidades capitalistas, com pouca preocupação em transmitir pensamento crítico e reflexivo aos alunos, tornando a educação refém das demandas capitalistas (SANTOS, 2005).

Nesse contexto ameaçador, novos desafios se descortinam para as Instituições de Ensino Superior, especialmente as públicas, no tocante ao tipo de ensino ofertado, que exige o cuidado de sempre questionar como determinados conteúdos transmitidos podem reproduzir interesses pouco libertários para o alunado. Surge então uma importante demanda para a universidade, que é a busca contínua pela emancipação de modelos tradicionais de ensino, tornando-se mais democrática e acessível. O caminho para a emancipação da universidade passa por uma necessária reforma universitária, que deve buscar projetos de globalização alternativos, contra hegemônicos, que estejam comprometidos com problemas sociais locais, sem perder de vista os contextos globais. Para isso, os protagonistas da educação superior precisam ser a própria universidade pública, o Estado e os cidadãos socialmente organizados, especialmente, aqueles que estão na universidade. Docentes e estudantes, neste caso, devem estar dispostos para uma formação capaz de criar novos perfis profissionais, com habilidade para lidar com as demandas sociais e para performatizar em espaços públicos onde o debate e a crítica sobre o social precisam ocorrer com menores restrições do que no restante da sociedade (SANTOS, 2005).

⁷ O desinvestimento público é consequência da política de Estado mínimo, em que há uma redução do papel do governo como agente regulador social e econômico. Essa ideologia está na base do neoliberalismo, que resultou no declínio do *Welfare State*, principalmente a partir dos anos 1980, com a ascensão de Margareth Thatcher e Ronald Reagan aos governos do Reino Unido e dos Estados Unidos, respectivamente. Suas ações de desregulamentação do setor financeiro e desinvestimento na sociedade civil fizeram de Thatcher e Reagan precursores da política neoliberal (GOMES, 2006).

Dentro da temática da reforma universitária, Santos e Almeida Filho (2008) acrescentam ao debate a necessidade de concretizar empiricamente um projeto de reestruturação da universidade, superando discursos meramente ideológicos, mas esvaziados de sentido. Alegam que uma proposta de “recriação” acadêmica deve se basear em trazer a Universidade para perto do povo, de torná-la capaz de ser efetiva em sua missão precípua de produzir e difundir conhecimento e ciência que efetivamente afetem a vida da comunidade em seu entorno. Para isso, os autores afirmam a necessidade de compreender a realidade da educação superior pelo mundo, mas não esquecer que cada projeto universitário tem raízes e singularidades do lugar de origem que precisam ser considerados.

Ao discutir a universidade pública brasileira, os referidos teóricos criticam seu viés unicamente profissionalizante, pouco reflexivo, com um modelo curricular simplista, fragmentador e distante dos conhecimentos capazes de transformar a sociedade. Salienta a função social da universidade de garantir justiça social, democracia, conhecimento reflexivo, flexibilidade e aplicabilidade para os modelos de ensino adotados. O teórico defende uma proposta de reestruturação que visa superar os modelos de ensino obsoletos e tradicionalista, introduzindo a educação superior num projeto menos engessado, mais flexível e mais condizente com as demandas sociais (SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2008).

A perspectiva de uma reforma universitária passou a ser um debate concreto e viável a partir da implantação pelo Ministério da Educação do “Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras” (REUNI), instituído pelo Decreto Presidencial nº. 6.096 de 24 de abril de 2007. O programa ofereceu apoio institucional e financeiro para universidades públicas federais interessadas em implantar modelos de reforma que incluíssem expansão de matrículas; diversificação de cursos de graduação; mobilidade estudantil; articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; programas de inclusão social e assistência estudantil; e, principalmente, criação e interiorização das IES federais. Esse ponto em especial, além de ampliar e democratizar o acesso, tornou a universidade mais próxima das demandas regionais e com mais possibilidade de pensar e de encontrar soluções para atender aos interesses da comunidade local (BASTOS, 2008).

Estreitando a análise de um projeto nacional de educação superior, é possível avaliar o impacto e a capilaridade dessa rede de ensino no nível estadual, mais especificamente na Bahia, em convergência com os interesses dessa pesquisa. O ensino superior público se inicia nesse Estado de forma sólida com a criação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1946 e de suas etapas de crescimento e primeira reestruturação em 1968. Mais tarde, a rede

educacional veio acompanhada de novas expansões e intensificações, com a fundação da Universidade Católica do Salvador (UCSal) na década de 1960, que inaugurou a oferta estadual de educação superior, ampliada pela criação de faculdades de formação de professores na mesma década em Feira de Santana, Jequié, Vitória da Conquista e Alagoinhas. Essa iniciativa foi o passo inicial para a implantação das universidades estaduais nas décadas seguintes, no interior do Estado, sendo portanto, de iniciativa estadual as primeiras universidades públicas fora da capital, com a fundação da Universidade Estaduais de Feira de Santana (UEFS) na década de 1970 e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no início da década seguinte (BOAVENTURA, 2009).

No que se refere à UESB, já em sua fase de implantação, a universidade contava com cursos em Vitória da Conquista (sede), Jequié e Itapetinga. Grande destaque houve para graduações ligadas à terra (zootecnia e agronomia), com experimentos e projetos científicos para a criação de rebanho suíno e bovino, programa de apicultura e plantações experimentais. Os cursos e iniciativas locais foram pensados a partir da vocação econômica e social da região. Conforme sinaliza Boaventura (2009, p. 56-58):

“No caminho para o status de instituição universitária, num processo que demanda tempo e recursos [...] a faculdade e a universidade transformam-se em fatores de desenvolvimento local [...]. As políticas estabelecidas pela Secretaria de Educação em expandir o ensino superior, ao estabelecerem como objetivo maior a interiorização da educação superior, levou em consideração as circunstâncias que caracterizam o homem interiorano e as heterogeneidades das regiões, para que nenhuma delas pudesse perder a sua identidade cultural”.

A função social das universidades estaduais nas comunidades locais é bastante impactante. Conforme indica Silva (2017) dados do INEP do censo de 2011 demonstram que, na ocasião, o Estado já contava com 282 cursos e 14.487 vagas nas suas instituições estatais de ensino superior. Somando a capacidade de formação da rede estadual superior com a já mencionada interiorização das universidades federais, o Estado da Bahia e, particularmente, Vitória da Conquista e região, possui uma significativa estrutura de ensino superior público para atender a coletividade. Embora com importante papel formativo e crítico, é importante que essa rede se desafie cotidianamente a pensar a que interesses atende, quais profissionais vem graduando e como precisa manejar as demandas sociais, políticas e econômicas em prol da sociedade.

Fato é que os projetos que ancoram a criação das universidades estaduais e da ampliação da rede federal com o REUNI trazem essa perspectiva de uma formação ideal, que contempla as necessidades da região e leva em consideração justamente as identidades culturais dos estudantes da localidade, nesse caso, assegurando as peculiaridades e demandas de formação desses sujeitos. Dentro dessa proposta, os jovens rurais idealmente ingressariam em instituições preparadas para compreender as particularidades de vida, formação e *background* desse alunado, estando aptas para proporcionar saberes técnicos e críticos que efetivamente pudesse instrumentalizar essa juventude para ocupar um lugar afirmativo e comprometido socialmente com a própria história e com suas perspectivas profissionais futuras.

No entanto, sabe-se que há uma distância entre os projetos no papel e sua concretização. Nesse ínterim, a autovigilância das IES públicas sobre a prestação de serviços educacionais é fundamental, como bem apontam Mendes e Casimiro (2016) ao discorrerem a respeito da implantação dos campi estaduais no interior da Bahia em plena vigência da ditadura. Criticamente, as autoras alertam sobre como os interesses políticos e econômico dominantes em cada momento histórico orientam projetos educacionais para as universidades, instituições necessárias para formar uma força de trabalho que atenda às demandas do sistema produtivo. Nesse cenário, a universidade pública deve, a todo instante, repensar sua práxis e combater modelos de formação unicamente tecnicistas, obsoletos e engessados, devendo instrumentalizar seus alunos e docentes para pensarem criticamente as relações e tendências sociais, possuindo uma importante parcela da responsabilidade de pensar e de encontrar soluções que atendam genuinamente aos interesses da coletividade.

Ao analisar a história da educação superior pública no Brasil, na Bahia e, particularmente, a presença de instituições acadêmicas em Vitória da Conquista, local de realização dessa pesquisa, nota-se um intrincado jogo de forças em operação que afeta a vida dos universitários. As IES públicas são, concomitantemente, espaço de formação que fornece ao mercado de trabalho uma força laboral capaz de atender às demandas do sistema de produtivo, ao mesmo tempo em que deve buscar fazer isso de forma crítica e sem ingenuidade, tendo o compromisso com as comunidades locais, com os fazeres que afetam o coletivo e com atenção às necessidades sociais.

No que se refere ao jovem universitário de origem rural, sua presença na universidade atravessa muito dos desafios mencionados por Santos e Almeida Filho (2008). Esta juventude ocupa a academia de forma mais numerosa a partir da função social de interiorização, democratização e acessibilidade ao ensino superior gratuito. Trazem conhecimentos herdados

da vivência no campo, que representam um mundo e saberes adquiridos de forma divergente daqueles circulantes na academia. Seu acesso à universidade perpassa desafios sobre o fluxo de saída e retorno do campo, empregabilidade, inserção em um mercado de trabalho diverso, possível envolvimento com políticas públicas para o campo, possibilidades e impedimentos para o exercício da formação acadêmica no lugar de origem. São muitas as questões de natureza política, ideológica e que colocam em ascensão a importância da universidade enquanto função social comprometida com as demandas locais e, em especial, da comunidade rural.

Em paralelo ao debate sobre o papel institucional a respeito dos conteúdos, objetivos e vivências relacionados a um alunado específico de origem camponesa, surgem outros desafios de ordem prática decorrentes da entrada no ensino superior de um grupo de estudantes pouco privilegiados economicamente. O novo viés inclusivo resultante da democratização do acesso impõe a necessidade do implemento de políticas públicas de assistência estudantil dentro das universidades, que possam garantir a permanência dos discentes após ingresso até o cumprimento do ciclo formativo. A expansão no número de vagas e as oportunidades de acesso a sujeitos que historicamente não conseguiam ingressar nas IES públicas gerou mudanças no perfil estudantil, com a presença de uma significativa parcela do alunado com dificuldades econômicas, barreiras geográficas e trajetórias pessoais, educacionais e familiares pouco favoráveis (ASSIS ET AL., 2013).

O jovem rural universitário habitualmente é proveniente de família com pouca tradição de formação acadêmica, além de, frequentemente, possuir poucas condições financeiras para manter economicamente um de seus membros fora do território rural, durante o longo período de tempo que requer uma graduação acadêmica. Assim como uma massa de outros estudantes socialmente vulneráveis, a juventude do campo, em sua maioria, depende de políticas universitárias assistencialistas que garantam a permanência na academia. Conforme descrevem Assis et al. (2013), a mudança do perfil do universitário demandou a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), definida na Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (MEC) e, mais tarde, no Decreto nº 7.234/2010. O programa prevê repasses monetários para as IES públicas com vistas a financiar a permanência de universitários de baixa renda, evitando a evasão por impossibilidade de sustento desses estudantes. Além de políticas de auxílio moradia, alimentação e transporte, o programa busca manter uma associação entre o suporte econômico e a vinculação a projetos de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo o desempenho acadêmico desses discentes, ao não se limitar exclusivamente à ação assistencialista. Essas

políticas estudantis são operacionalizadas de formas diferentes pelas universidades e podem envolver investimento em infraestrutura, estilo de gestão, ferramentas pedagógicas inovadoras e desenvolvimento de ações de saúde, lazer, cultura e esporte.

Para além dos programas de assistência estudantil com vistas à permanência dos discentes de baixa renda, existem políticas de facilitação de acesso à universidade, cujas bases de implantação começam a ganhar um chão a partir de ações afirmativas de luta dos movimentos negros nos anos 1950, que passaram a reivindicar vagas preferenciais nas IES públicas como forma de reparo histórico e busca de igualdade racial (SILVA & BORBA, 2018). Essas proposições levaram décadas de lutas e debates para serem efetivamente consideradas, pauta concretizada apenas a partir de 2002, com a adoção de cotas para ingresso de candidatos/as negros/as em duas universidades estaduais do Rio de Janeiro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF). Nos anos seguintes, essa política ganha novas adesões, sendo assumida na Bahia a partir de 2003 pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB e em 2004 pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. O programa de cotas foi ampliado nos anos seguintes e consolidado com a promulgação da Lei 12.711/2012, que define políticas de cotas para todas as universidades federais, ampliando o escopo das cotas, que além de recortes étnicos, passou a contemplar também recortes sociais e econômicos. É dentro dessa política de democratização de acesso através das cotas que os jovens rurais passam a frequentar, de forma mais numerosa, a academia, até então realidade pouco tangível para estudantes com escolarização de base muitas vezes deficitária e realidade socioeconômica desfavorável. A título de exemplo, para a amostra desse estudo, todos os jovens rurais entrevistados adentraram a universidade pelo sistema de cotas (SILVA & BORBA, 2018).

Ressalta-se a importância da discussão de temas como a reforma universitária, tentativa de rompimento com modelos tradicionalistas e ampliação e democratização de acesso com base nos desafios contemporâneos mais amplos que afetam a sociedade e, conseqüentemente, as instituições de ensino e sua função social. De acordo com Maceno (2017), vive-se na atualidade um período de crise estrutural do capital, nem sempre capaz de garantir ciclos econômicos expansivos e impedir períodos de grandes restrições financeiras. Nesse cenário, espera-se que a educação possa exercer um papel central na tentativa de dirimir os danos causados pelo modelo capitalista da vida (nocivo ontologicamente e já em sua origem), ao assumir um papel de mediar a relação do homem com o sistema capitalista.

Sobre isso, é relevante uma crítica a respeito da real capacidade dos determinantes educativos, sejam de que nível for, na resolução definitiva de problemas que, solitariamente,

estão fora de sua possibilidade de atuação, uma vez que a responsabilidade é principalmente de ordem econômica. Nesse sentido, a educação acaba sendo superdimensionada ao ser colocada no lugar de redentora do sistema e da totalidade social por ele gerada, em razão de sua abertura ao diálogo com a sociedade e à tentativa de resolução de conflitos da coletividade.

No entanto, esta é uma tarefa impossível de ser executada estando a universidade inserida dentro do próprio capitalismo. Sobre a questão, Mészáros (2005) se ocupa em discutir qual afinal seria o papel da educação na constituição da sociedade e do indivíduo. Ao analisar suas possibilidades e limitações dentro do complexo capitalista, a partir dos ensinamentos marxistas, sinaliza que a função vital da educação só é passível de realização ao assumir seu caráter revolucionário de auxiliar na libertação do proletariado da perniciosa máquina de alienação, geração de lucros, produção de mercadorias e exploração da força de trabalho. Com essa finalidade, a educação, e aqui especificamente a educação superior, só pode assumir papel estratégico de destaque na emancipação do homem quando comprometida em denunciar as contradições do capital e ao incentivar uma espécie de contra consciência que ajude os indivíduos a se libertarem dos controles engendrados pelo capitalismo sobre o trabalho, produção e mesmo sobre a existência. Pela educação se torna necessário aprender uma nova forma de vida.

Tendo como base os fundamentos marxistas, Saviani (2011; 2018) sinaliza que a superação da pedagogia tradicional, liberal e burguesa só pode ocorrer em concomitância com a luta para romper com a formação social em que essas pedagogias surgiram. Anuncia a necessidade de superar a aprendizagem passiva, mecânica e pouco reflexiva hoje imposta aos alunos, de modo a construir as bases para a abolição da atual forma histórica do trabalho humano alienado, substituindo-a por uma sociedade mais livre e humanizada. O ingresso nas universidades públicas de um novo perfil de estudante, com realidades, memórias, consciência social e de classe divergentes do tradicional público dessas instituições até a história recente não resolve o problema do capitalismo e da exploração da força de trabalho, mas é um caminho para a luta e para novas configurações sociais, um pouco menos injustas.

7 SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE OS PROBLEMAS FUNDIÁRIOS NO BRASIL

O cerne dos problemas fundiários no Brasil deve ser entendido a partir da construção histórica da formação da propriedade. Isto remonta ao período de funcionamento da colônia e das leis vigentes à época, as quais introduziram as desigualdades na distribuição da terra e, mais adiante, na concepção de mercado da mesma (FURTADO, 1989). Com a invasão dos portugueses no Brasil, as terras brasileiras passaram ao domínio público do Reino de Portugal, ao passo que, ao começar a colonização com a constituição das capitânicas hereditárias e concessões de sesmarias, dá-se início ao processo de transferência de propriedade do domínio público para o privado. O período sesmarial (1530 a 1822) caracterizou-se pela concessão de grandes extensões de terras aos pleiteantes de propriedades no novo território de colonização portuguesa (SILVA, 1997).

No período colonial, a posse da terra pelo fazendeiro era condição para concessão do título da sesmaria. Já para o camponês e o mestiço que se encontravam como agregados na terra ocupada por aquele, o direito de uso efetivava-se em nome do fazendeiro que autorizava ou não a permanência dessas pessoas na terra. A relação entre estes era baseada na troca de serviços e produtos por favores, num complexo balanço de permutas. A retribuição do agregado poderia se dar pela defesa na tomada de posse de mais terras vizinhas, por exemplo, obrigando-o sempre a viver a luta do outro. (MARTINS, 1981)

Com o fim do referido período em 1822, há um hiato de tempo até o surgimento de legislação específica de terras, período que ficou conhecido como “império de posses”, pois não havia normatização e regulamentação de terras, a posse tornou-se a única maneira de aquisição de terras. Nesse período há um acréscimo no número de posseiros, de grandes propriedades, marcando o surgimento das oligarquias rurais no Brasil. No entanto, essas posses não poderiam ser legalizadas em cumprimento a norma vigente (SILVA, 1997).

Em 1850 foi criada a Lei de Terras como forma de suprir o vácuo legislativo existente e buscar soluções para os problemas fundiários do Império brasileiro, prevendo a delimitação da propriedade no Brasil e a forma de concessão de novas propriedades a partir de então. Por um lado, a lei previa a legitimação das sesmarias concedidas que não haviam tido a perda do direito de uso, a legitimação de outras posses, principalmente ocorridas entre 1822 e 1850, e a demarcação das terras devolutas. Por outro lado, foi uma forma de se estimular a entrada de imigrantes no Brasil, já que previa o fim do trabalho escravo, sendo necessária a transição para o trabalho livre. A Lei de Terras foi, portanto, um divisor de águas em relação à

territorialização do Brasil, dando legitimidade à propriedade privada e ao latifúndio e possibilitando a demarcação de terras devolutas no país. Desse modo, toda e qualquer propriedade no Brasil deve ter inicialmente a regulamentação da propriedade expedida em 1850 ou comprada da Coroa portuguesa, caso contrário é terra devoluta, ou seja, passível de desapropriação (SILVA, 1996).

As reformas liberais iniciadas em 1850, com a interrupção do tráfico transatlântico de escravos e a tentativa de impor o acesso à terra apenas pela compra, foi ao seu apogeu em 1888, com a abolição da escravatura. A essência destas mudanças baseava-se no controle da terra através de ferramentas legais e a retirada dos trabalhadores rurais das suas terras, ignorando qualquer forma de posse da terra que não a originária da compra, garantindo assim um contingente de trabalhadores em substituição aos escravos.

O capital, com a crise da escravatura, impulsionou a apropriação da terra pelo campesinato no Brasil. A realidade local era de migrações e deslocamentos constantes dos posseiros ou pequenos proprietários que se viam obrigados a buscar novas oportunidades de vida a partir do avanço do capital sobre a terra. O que representou uma contradição com os ideais capitalistas que dependia da força de trabalho de trabalhadores que não dispusessem de outras propriedades que não fosse esta (MARTINS, 1981).

A proclamação da República em 1889 marcou a hegemonia de setores conservadores, afastando-se de qualquer viés reformista, havendo uma perfeita junção do ideário liberal com os grupos conservadores brasileiros na consolidação de uma nova ordem agrária. Imprime-se, dessa forma, um aumento na dominação de grupos sociais subordinados e consolidam-se os instrumentos de controle sobre a grande massa de trabalhadores, em sua maioria rurais. A forma federativa e a representação local impuseram até 1930 uma estrutura de governo oligárquico e conservador, privilegiando os governadores e o coronelismo local (LINHARES & SILVA, 1999).

Com o golpe de estado de 1930, a assunção ao poder de Getúlio Vargas e o afastamento da elite agrária dominante, vislumbrou-se condições para a mudança do ordenamento agrário do país (LINHARES & SILVA, 1999). O setor agrícola passou por transformações importantes, uma vez que a crise internacional impedia a absorção dos produtos típicos de exportação, fazendo com que a produção se voltasse para o mercado interno, com a produção de alimentos e a sugestão de formação de núcleos coloniais policultores. As preocupações do Estado concentraram-se em promover uma colonização interna do país e expandir fronteiras agrícolas, através da instalação de trabalhadores pobres, retirantes da seca e ex-reservistas em

grandes assentamentos agrícolas. A partir daí, então, busca-se uma resposta para a questão de como integrar o setor rural ao projeto de desenvolvimento do país (LINHARES & SILVA, 1999). Os camponeses neste período não dispunham de nenhum tipo de organização para que fizessem valer suas reivindicações, o que só veio ocorrer na década de 1950. Dessa forma, o que restou para o campo foram alguns projetos de colonização em áreas de fronteira, sendo que a estrutura fundiária se manteve intacta (MORISSAWA, 2001).

Já no governo de João Goulart (1961-1964)⁸, as lutas camponesas e operárias encontravam-se a todo vapor. No Nordeste, as ligas camponesas organizavam trabalhadores rurais em prol da luta pela reforma agrária e por direitos trabalhistas. Diante da necessidade da implantação de reformas de base diante de um cenário econômico com índices desfavoráveis, o governo planejou uma reforma agrária como saída à alta concentração de terras e ao desemprego desmedido, contudo, meses depois, Jango seria deposto pelo Golpe Militar (MORISSAWA, 2001).

Em 1964 inicia-se o período de ditadura militar, quando houve uma violenta repressão contra os movimentos de luta pela terra. O governo do general Castelo Branco (1964-1967) decretou a primeira lei de reforma agrária no Brasil, denominada Estatuto da Terra. Juntamente com ela foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, órgão responsável pelos assuntos relacionados à terra. Apesar do caráter ditatorial do governo, a lei foi considerada progressista. Porém o referido estatuto nunca saiu do papel, servindo apenas como um apaziguador dos ânimos sociais advindos do campo. O acesso à terra continuava restrito à empresa capitalista e fechado aos camponeses. A política agrícola dos governos militares acabou proporcionando a modernização tecnológica de grandes propriedades, com o livre acesso dos latifundiários ao Governo para atendimento de suas demandas. Ainda durante o período militar houve a implementação de uma política de colonização da Amazônia, que ignorava a presença dos povos nativos da região, o que atraiu milhares de pessoas entre os anos de 1970 e 1974. Já no governo de Geisel, a partir de 1974, os projetos de ocupação foram abandonados, dando lugar às colonizações pelas grandes empresas que contavam com incentivos fiscais diversos. (MORISSAWA, 2001).

⁸ João Goulart iniciou sua trajetória política no Brasil num período conhecido como nacional desenvolvimentista, que teve início nos anos de 1930 com Getúlio Vargas indo até o ano de 1964. Sua prática política foi orientada por uma opção de uma nova consolidação do legado trabalhista e pela tomada de iniciativas destinadas à inclusão social, voltadas para o interesse nacional. O seu governo foi marcado por forte efervescência social e instabilidade política (DELGADO, 2012).

Com a entrada na presidência do general Figueiredo (1979) acentuou-se o número de assassinatos no campo e ainda houve uma sinalização de reorganização do movimento camponês, o que fez surgir o Grupo Especial de Trabalho da Agricultura e Terras - GETAT, responsável por realizar uma reorganização fundiária em extensa área rural. Além disso, criou-se o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, também com o objetivo de aplacar a violência no campo, o que não surtiu o efeito desejado. (LINHARES & SILVA, 1999).

A Nova República⁹ começa com o governo de José Sarney, em 1985, com a pauta da reforma agrária em evidência. Após elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que tinha o objetivo de dar aplicação ao Estatuto da Terra, o mesmo foi aprovado com profundas modificações, após pressão dos grandes proprietários de terra sobre os congressistas, o que atenuou sua capacidade de viabilizar a reforma agrária nos termos inicialmente propostos. Em 1988 foi promulgada uma nova Constituição Federal que assegurava diversas garantias constitucionais, que visava dar maior efetividade aos direitos fundamentais. Com a chegada ao poder do presidente Itamar Franco (1992), foi aprovada a Lei Agrária que regulamentou a desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária. (MORISSAWA, 2001)

Neste e nos próximos governos democráticos, observa-se que os números de famílias assentadas em programas de reforma agrária dão-se mais pelo embate empreendido por movimentos sociais de luta pela terra e pela defesa da agricultura camponesa, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹⁰ (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que desempenharam também um papel de construção de caminhos para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Em decorrência das lutas e discussões destes e outros movimentos sobre o tema surgiram o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, os cursos de licenciatura Pedagogia da Terra, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (FERNANDES, 2015).

⁹ Considerado o período da história do Brasil que se inicia com o final da Ditadura Militar (1985) e a entrada de um presidente civil e se estende até os dias de hoje e que foi expressão de um movimento social reformista que visava estabelecer um novo Estado e uma nova relação entre Estado e sociedade (DE SOUZA, 1987).

¹⁰ Denominado também como Movimento dos Sem Terra ou MST, é resultante de uma questão agrária que se mostra estrutural e histórica no Brasil. Surgiu da articulação das lutas pela terra, empreendidas novamente a partir do final da década de 1970, notadamente na região Centro-Sul do país, espalhando-se por todo o Brasil (CALDART, 2001).

Sobre a concentração fundiária no Brasil, Caio Prado Júnior (1979, p. 18), diz:

“Mas o que ficou dito já nos serve para situar a questão agrária brasileira, e colocá-la em seus devidos termos, que vêm a ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do país, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária.”

Dessa forma, o cenário do campo brasileiro ainda hoje é marcado pela alta concentração de terra nas mãos de grandes latifundiários, especialmente voltada para o modelo do agronegócio¹¹.

¹¹ Segundo Teubal (2008) é o “modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas commodities orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração”.

8 CATEGORIAS ANALÍTICAS TRAÇADAS POR MEMÓRIAS DE JOVENS RURAIS UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO EMPÍRICO

O interesse acadêmico sobre a juventude exige sustentar o olhar para um fenômeno complexo que vai muito além de um imperativo biológico ou uma faixa etária arbitrada socialmente. Para Bungenstab e Carvalho (2017) o conceito de juventude precisa ser analisado de forma dialética, considerando ser esta uma categoria em construção, definida pelas contradições, instituições e eventos que marcam uma determinada sociedade. Na busca pela compreensão dos elementos que tangenciam a experiência de ser jovem, os autores fazem uso das acepções do sociólogo Pierre Bourdieu (1984), para o qual a juventude encerra em si mais do que uma simples palavra, que não tem um significado previamente dado, mas que resulta de um complexo jogo de poder e ação que muito ultrapassa a ideia de idade biológica. Desse modo, sua compreensão não é determinista ou impositiva, mas deve ser interpretada dentro de cada realidade social específica. Assim, parece adequado apreender o conceito no plural, sendo mais fidedigno se referir ao termo como *juventudes*, evitando um entendimento erroneamente homogeneizante (CASTRO, 2009).

Em relação às limitações impostas pela classificação da juventude, Bourdieu (1984) diz: “As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em seu lugar”. Neste sentido, Castro (2007) sinaliza que a noção de juventude é transversal, ou seja, deve ser analisada circunstancialmente, a partir do gênero, classe social, etnia, local de origem (urbano e rural), dentre outros aspectos. Trata-se, portanto, de uma categoria diversa e ampla, que compõe uma miscelânea de identidades dentro de uma mesma terminologia.

Ainda sobre esta questão, Pais (1990) argumenta que a juventude, apresentada como um período de vida, é uma categoria socialmente construída, formulada em contextos de circunstâncias econômicas, sociais ou políticas específicas, portanto, sujeita a modificar-se no decorrer do tempo. Historicamente, algumas fases da vida são reconhecidas como tal em períodos nos quais as mesmas são consideradas socialmente como geradoras de problemas sociais. Porém, o reconhecimento sociológico de determinadas fases da vida atribuídas a determinadas idades é uma descoberta que exige uma convergência nem sempre precisa de fatores institucionais e culturais. O autor alerta ainda que para fugir de um tratamento homogêneo da juventude é preciso trabalhar com as diferentes discontinuidades e rupturas que marcam a transição de determinados grupos sociais de jovens para a vida adulta. Para tanto é necessário encarar a juventude não apenas como um grupo composto por jovens numa

mesma fase da vida, mas também como um grupo social com atributos sociais que os diferenciam.

Considerando essa noção de juventude enquanto elemento histórico e socialmente dependente, não há como avaliar o indivíduo urbano e rural a partir de um parâmetro único. Para Kummer e Colognese (2013), o jovem rural é aquele que vivencia e participa da unidade produtiva familiar, inserindo-se numa realidade em que o universo do trabalho e o da vida se confundem. Esta juventude experimenta o mundo e constrói sua subjetividade dentro de um território concreto e simbólico marcado pela desigualdade com seus pares urbanos. Muito comumente, os sujeitos de zona rural carregam um estigma por viverem no campo, espaço frequentemente associado a uma imagem de atraso, pobreza e desqualificação (CASTRO, 2007).

A visão sobre estes jovens é mediada por uma invisibilidade social que se concretiza na dificuldade de acesso a direitos básicos, bens, serviços ou oportunidades, aos quais jovens urbanos conseguem usufruir mais facilmente. Essa diferença entre as duas experiências juvenis afeta a construção da identidade, de modo a reservar aos jovens da cidade e de classes sociais abastadas a carga semântica de modernidade, transformação e futuro, relegando à juventude rural ideias associadas a conservadorismo, passado e modelo a ser superado (WEISHEIMER, 2019). Parece haver, portanto, um abismo entre o mundo urbano e rural, muito embora no traçado geográfico brasileiro frequentemente esses espaços se encontrem territorialmente próximos (WANDERLEY, 2007).

Gilberto Velho (1994) afirma que os indivíduos estão constantemente envolvidos na construção de modos de vida a partir de projetos de ação que se concretizam dentro de um campo do possível, dada uma realidade específica. Portanto, os limites do que é viável não são fixos, dependendo de uma série de fatores que podem estreitar ou ampliar o campo de ação. Nessa linha de pensamento, os jovens rurais precisam construir seus projetos a partir de recursos, valores e regras que estão disponíveis para eles, sendo, habitualmente, um caminho com obstáculos e desafios a serem superados.

A partir dessas considerações, tendo como base os já mencionados desafios da juventude rural, a análise empírica que se segue busca avaliar como os mesmos descrevem a própria experiência de ser jovem de origem camponesa, resultante de uma relação concreta e prática com esse universo e com as memórias que compõem este grupo social. Tal objetivo se torna mais atrativo cientificamente por ter como foco sujeitos de zona rural que passaram a adentrar a universidade na história recente, evento que certamente tem impacto sobre o mundo até então conhecido por esses indivíduos. Ofertar o lugar de fala para que possam, em

nome próprio, trazer suas percepções e experiências é uma forma de dar um corpo a elementos puramente teóricos e possivelmente transformados pelo acontecimento grandioso que é a formação acadêmica. Importante lembrar que dois marcadores, já tratados em outras seções, são essenciais para compreender o contexto de análise dessa etapa empírica. Um deles se trata da condição de universitário desse jovem do campo entrevistado, realidade ainda minoritária, mas já possível dentro de um contexto histórico de criação, ampliação e democratização do acesso às universidades públicas, conforme discutido anteriormente. O outro se trata da compreensão de que as experiências desses alunos precisam ser consideradas à luz do conceito thompsoniano (2011) de experiência enquanto base histórica e mutável de pertencimento a uma classe ou grupo social, elementos também já debatidos.

Tendo por base esse chão que ancora o entendimento de qual jovem rural foi entrevistado para esse estudo, é possível se dedicar a avaliar suas memórias sobre a vida no campo, as contradições, interlocuções, divergências e aproximações com a experiência universitária oferece, bem como suas percepções sobre trabalho, função social, protagonismo juvenil, políticas públicas etc. Esses temas foram pensados a partir da teoria, culminando em um roteiro de entrevista semiestruturado. No entanto, foram os próprios participantes que deram um norte para os assuntos debatidos, cujas falas foram alocadas em eixos temáticos sob orientação empírica. A partir disso, buscou-se situar os elementos obtidos das entrevistas com os achados teóricos sobre juventude rural, bem como articular esse material com a questão da memória social e coletiva e, adicionalmente, com aspectos que atravessam o debate sobre trabalho e educação. Os resultados seguem adiante.

8.1 A educação básica ofertada ao jovem rural

Uma das grandes dificuldades a serem contornadas pela juventude rural é o acesso à educação. Desde o ensino primário, a estrutura escolar é habitualmente precária ou mesmo inexistente localmente, exigindo deslocamentos substanciais para garantir o direito ao ensino público, muitas vezes de pouca qualidade.

A maioria das entrevistas indicaram um cenário de dificuldades para os primeiros anos de ensino no meio rural, destacando-se o aspecto de salas multisseriadas com um grande número de alunos por professor, além das deficientes condições de transporte, conforme segue:

Iniciei na escola acho que com 6, 7 anos de idade, no antigo prézinho, na comunidade mesmo. Até então era só nessa faixa etária. E a partir da primeira série eu passei e estudar em sala multisseriada¹². Então assim, hoje eu vejo a dificuldade enorme, a disparidade do ensino da zona rural e o ensino da cidade. Porque na cidade todo mundo...as crianças, cada uma em sua faixa etária, estudando aquilo que condiz com a sua idade, e no contexto da zona rural, até hoje, as crianças de várias idades, uma professora só pra dar conta de 40 alunos. Então eu acho assim, que a minha formação até então, até o ensino médio foi uma formação defasada. (Mônica, 27 anos, feminino, curso de Psicologia).

A gente ia de carro para a escola. Era mais ou menos uma meia hora de carro. É bem “longinho” de carro. Todo dia! Acho que...não sei se você conhece carro pau de arara. E a gente ia. (Suzi, 34 anos, feminino, curso de Psicologia).

Assim, era bem complicado o entendimento, porque até o 6º ano a escola que eu estudava era numa sala única, então tinha todas as séries numa mesma sala, até pra professora era complicado. (Pedro, 19 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Em relação ao ensino médio o cenário de precariedade na educação não se modifica, conforme segue depoimentos:

O ensino médio eu considero bem precário, viu?! Até por conta de falta de professores. Eu mesmo praticamente não tive professor de Química, praticamente não, eu não tive professor de Química. Então, para poder entrar na faculdade foi uma luta muito grande, a minha sorte é que teve um cursinho que eu participei, foi o cursinho Pré-Vestibular Quilombola, foi ele que me ajudou bastante com isso. (Luciano, 20 ANOS, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Isso, a vida inteira eu acordava cedo e pegava ônibus, o ônibus passava aqui de frente e ia e voltava todo dia. Eu senti falta de muita coisa assim, logo que eu terminei a escola, e na escola mesmo tinha muitos problemas, sabe?! Acho que passei um ano inteiro sem aula de sociologia, passei duas unidades sem ter aula de biologia, tinha muitos problemas assim, eu sentia falta de muita coisa, principalmente no ensino médio, porque antes eu não tinha muito essa noção, eu acho que pelo fato de eu sempre viver aqui, aqui não tinha internet, só tive internet quando tinha 16 anos, não tive acesso a isso, então sempre me sentia um pouco pra trás, sabe?! (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

¹² As classes multisseriadas constituem uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, numa mesma sala de aula, com várias séries de ensino simultaneamente, atendendo a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes.

Quando eu cheguei aí, quando eu cheguei na faculdade, eu vi que eu tava, tipo assim, atrás de alguns, de muitos, mas não em questão...mais em questão do meu ensino médio. Desde do primeiro ano até o terceiro. Tinha vez que a gente entrava de sete e meia à nove e meia com quinze minutos de intervalo, então eu acho que a carga horária de estudo, acho que é pouco. Principalmente, no terceiro ano que começou a não pagar os professores e tal, a gente teve muito pouco dias de aula e para concluir os professores não deram todo o assunto pra gente. O ano letivo terminou em janeiro e a gente não conseguiu concluir todos os assuntos, então os professores foram fazendo o que pode para poder dar uma média, ter alguma coisa para avaliar, então tipo assim, eu passei por lá sem ver tanta coisa, tanto assunto. (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Assim, por ser uma cidade pequena, ter pouco investimento em educação muitas vezes, por ser tudo público, eu acho assim, um ensino mediano. Eu não vou dizer que era ótimo, por que quando eu cheguei na UFBA teve, eu senti muitas dificuldades em relação a algumas matérias. Por que a gente nunca tinha tido acesso àquele conteúdo, por exemplo. Mas eu, é... por ser uma cidade pequena, por ter pouco investimento, eu acho era até, vamos dizer assim, médio. Já senti a falta do ensino aqui [universidade], o Ensino Médio, né? Que a gente não teve assim um ensino de qualidade em relação a esse, a essa matéria, a esses conteúdos. Aí eu já senti a dificuldade: Bioquímica, Química. (Talita, 22 anos, feminino, curso de Nutrição).

Nota-se, na fala desses estudantes, a existência de uma memória compartilhada sobre o tratamento precário que tiveram acesso no que se refere à educação básica e ao contexto de luta e obstáculo que precisaram enfrentar para serem escolarizados. Os depoimentos denunciam a construção de memórias de pertencimento a um mundo marcado por desvantagens, em que direitos são inferiorizados e cujo destino é pouco valorizado e subjugado em uma sociedade capitalista que não cuida da classe ao qual pertencem.

A predominância dos elementos sociais e históricos na construção das memórias individuais faz com que os entrevistados, embora com suas idiossincrasias e particularidades, compartilhem de uma vivência similar a respeito da educação recebida no passado. Sobre isso, Halbwachs (2006) apresenta uma importante contribuição ao estabelecer que a atuação de grupos sociais (no caso específico desse estudo, de jovens rurais universitários) é justamente marcada pelo processo de reconstrução do passado vivido por um determinado círculo social na construção da memória coletiva. Isso permite compreender que o processo de rememoração do tempo de escola e das condições a que foram submetidos não são apenas lembranças individuais, mas uma realidade que atravessa a classe à qual pertencem e as memórias e expectativas desse grupo sobre como a realidade funciona.

Sobre essa questão, é útil ainda o pensamento marxista que, embora não tenha se dedicado a formular, de modo sistematizado, uma teoria sobre a educação, se debruça sobre questões que se apresentam ainda muito apropriadas para analisar a opressão que estes

estudantes denunciavam em suas falas. Ao lançar as bases do materialismo histórico, o teórico alertou para as contradições do capitalismo industrial que coloca em lados opostos e inconciliáveis a burguesia – dona dos meios de produção –, e a classe operária – explorada em sua força de trabalho para assegurar, minimamente, a sobrevivência. Debruçando-se sobre a realidade de vida das classes subalternas¹³, Marx abre caminho para se perceber a historicidade presente no conteúdo das entrevistas no que se refere à educação enquanto pertencente à superestrutura (cultura), sujeita às condições concretas de existência (infraestrutura) e aos perversos modelos produtivos da sociedade (SAUL, 2014).

8.2 Aspectos adversos do trabalho no campo

As condições de vida no campo fazem com que uma parcela dos jovens rurais opte pela saída para os centros urbanos em algum momento de suas vidas. Parte desse universo é formada pelos filhos de pequenos produtores rurais. As difíceis condições econômicas e de trabalho são fatores que inviabilizam a permanência daqueles que poderiam dar continuidade às atividades ligadas ao cultivo da terra (ZAGO, 2016). Os trechos que se seguem são retratos dessa realidade, em alguns casos agravadas pela precocidade com que determinados entrevistados assumiram atividades laborais extenuantes:

Com 13 anos, eu catava andu, só que como o sol bate no olho é complicado, mas assim meu pai ele, quando era época de colheita, tinha que retirar do pé, colocar num montinho no chão e lá ele trazia o carro de boi, a gente tinha que colocar, é aquele milho dentro de uma bacia, colocar na cabeça e levar até o carro de boi. Quem tava na roça trabalhava da mesma forma. (Suzi, 34 anos, feminino, curso de Psicologia).

Eu não estava assim na linha de frente de pegar e fazer tudo. Mas desde pequena eu tava junto assim, eu queria pegar enxada pra ajudar a mexer, a limpar tudo, todas essas coisas sempre foram muito presentes no meu dia-a-dia, desde meu pai, meu avô, vendo o que eles estão fazendo e ficar ajudando. Dentro de casa também, e assim...aí ajudava a tocar as vacas, levar de um lugar pro outro. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Eu e meu irmão quando a gente tinha 13, 14 anos, a gente começou a trabalhar e é até hoje. Aí no ensino médio, eu comecei a estudar de noite. Na verdade, trabalhar de dia nessa rotina aí. A gente faz plantação de hortaliças, planta couve, pequenas plantações de quiabo, essas coisas e na época de chuva a gente pega um pedacinho maior de terra e planta. É plantação de andu, feijão, milho. Há uns dois anos, a família aqui abriu um poço artesiano. Daí pra cá, a gente começou a fazer produção de hortaliças, essas coisas a gente já plantava, mas começou a plantar um pouquinho a mais, pra

¹³ O termo “subalterno” foi analisado de forma aprofundada por Gramsci na obra *Cadernos do Cárcere* (1999).

ter mais variedade. (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Você faz uma roça, pra fazer uma roça você tem que limpar a terra, tem que tratar da terra, você tem que plantar coisas, pra depois tomar conta pros passarinhos não comerem as sementes que você plantou lá, porque os passarinhos comem e depois você vê lá e não tem o milho porque os passarinhos comeram o trem e, assim, é uma vida e é muito trabalho assim. Pra fazer um requeijão é uma semana toda você mexendo o leite pra conseguir ter aquele resultado, e não tem valor nenhum assim. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Na obra *A Ideologia Alemã* (2015), Marx e Engels descrevem o impacto da divisão de trabalho, cada vez mais diferenciado. No interior desse sistema, tem-se a separação entre trabalho agrícola, comercial e industrial, cada qual com seus modos particulares de exploração da força de trabalho, de modo que a forma específica como os homens produzem seus meios de vida reflete na construção identitária do indivíduo. Nesse sentido, o que o sujeito é depende das suas condições materiais de produção, do que e como produz, e do tipo de relação social engendrada a partir disso, ou seja, a constituição do humano está estreitamente ligada ao mundo laboral. Ou seja, para a ideologia marxista, o trabalho é um eixo fundamental no entendimento pleno dos valores e ações humanas, estando em primeiro plano para mediar a compreensão da realidade do mundo, o comportamento social e as relações entre os homens (RANIERI, 2015).

Considerando que a atividade laboral humana determina grande parte da experiência cotidiana da vida, de modo que uma parcela significativa dos aspectos abstratos da existência são afetados ou explicados pelo trabalho, enquanto acontecimento humano concreto e material, pode-se admitir que a similaridade de experiências laborais dos jovens rurais geram memórias coletivas, oferecendo uma identidade para esse grupo que vai compartilhar comportamentos, intelectualidade, ideologias e pensamentos, a partir da vivência da lida diária e difícil com a terra. De acordo com Aróstegui (2004), ocorre, nesses casos, justamente a necessidade de se admitir a centralidade social que é formada pelo depósito de experiências comuns vivenciadas pelos indivíduos, levando à formação de memórias sociais, que sustenta um acervo de ideias similares circulantes nos indivíduos que compõem a mesma classe.

A respeito das memórias sobre o trabalho que esses universitários desenvolviam no campo, estas passam a ser elementos constitutivos da produção da existência dessa juventude, que marca suas identidades, com a percepção de que são pouco cuidados pela sociedade.

Neste contexto de trabalho adverso na perspectiva de alguns entrevistados, o campo deixa de ser atrativo e esses jovens tentam superar esse destino, emigrando para a cidade em

busca de oportunidades de emprego, para o qual almejam uma educação de melhor qualidade também com vistas a ampliar as oportunidades profissionais, como pode ser observado nos relatos a seguir:

Em questão de trabalho, com certeza a cidade. Bom, primeira coisa, com certeza me formar. Conseguir um emprego, e conseguir me manter disso. Penso sim em talvez fazer um mestrado, mas é mais pra frente. Eu acho que agora o meu interesse mesmo é em me formar. (Luciano, 20 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Não tá do mesmo jeito (campo). Onde minha mãe morava mesmo, quase todo mundo já foi pra cidade e tá tendo êxodo rural e lá tudo que planta...não sei por que hoje, porque quando meu pai trabalhava mesmo a gente colhia 80 sacas de milho e hoje já não dá... segundo eles é porque não chove. Eu dou muito valor ao campo...pelo campo que eu estou aqui, mas do mesmo jeito que eu do valor que eu olho pra trás...pra mim, hoje, eu não vejo o campo como uma prosperidade pra mim, não consigo ver como uma prosperidade. (Suzi, 34 anos, feminino, curso de Psicologia).

Trabalhar (na cidade), eu penso em passar em concurso primeiramente, não sei mas eu penso muito em passar em concurso. (Suzi, 34 anos, feminino, curso de Psicologia).

A educação superior muitas vezes é vista como um veículo de mudança do mundo rural para o urbano (FERRARI et al., 2004, apud GAVIRIA, 2006), conforma aponta categoria analítica mais adiante. No contexto dessa pesquisa, a possibilidade de entrada no ensino universitário soma-se a outras aspirações idealizadas pelos jovens universitários nem sempre concretizadas no campo, e encontradas no espaço urbano que, além disso, dispõe de melhores serviços estruturados de lazer, transporte público e saúde.

8.3 A questão de gênero para as jovens rurais

Da década de 50 do século passado para os dias atuais houve uma mudança no perfil da faixa etária das pessoas que migraram do campo para a cidade. Aqueles com idade entre 30 e 39 anos eram os que mais emigravam, enquanto na década de 90 foram os indivíduos da faixa etária entre 20 e 24 anos. Além disso, houve uma preponderância de migração entre as mulheres em relação aos homens, correspondendo a 52% do número total de jovens migrantes (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999)¹⁴.

¹⁴ Embora os autores se dediquem, eventualmente, à produção de conteúdo científico sobre a realidade do sudeste do país, os dados deste parágrafo são referências históricas válidas para o contexto nacional, retiradas do livro “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos” de autoria destes teóricos. Conforme já apontam na parte introdutória da obra, “o

Nota-se uma tendência na saída da mulher do campo, por uma questão política de gênero, em que o trabalho feminino é pouco valorizado e diversificado, além da falta de perspectiva na sucessão de chefia da unidade familiar, restando-lhe um papel subalterno no papel de filha e/ou esposa (GAVIRIA, 2006). Nas entrevistas, parece haver um incômodo maior sobre a ausência de escolha para as mulheres do que, exclusivamente, pela realização de um trabalho braçal em si. Pesa ser este um destino apenas para o sexo feminino, condição possível de ser flexibilizada na cidade. Neste sentido, foram dados alguns depoimentos:

As atividades domésticas eu sempre ajudei, acho que pra mim sempre foi uma obrigação. Mas não que minha mãe me obrigasse, ela me chamava e eu ia, aí as vezes me sentia muito culpada se ela fizesse sem eu ajudar ela, porque eu percebia que ela sempre se sobrecarregava. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Aí tipo assim, desde com doze anos ou menos. Aí a gente ficava assim, o meu pai mais minha mãe ia pra roça e aí eu ficava em casa limpando, aí limpava, cozinhava ... já desde pequena já aprendia. Nessa idade minha vó ainda tava viva, aí ela... só que ela era cadeirante, ela não podia andar, né? Foi ficando mais velhinha assim, não podia andar, aí ficou na cadeira de roda, aí ela ia me ensinando a cozinhar, por exemplo. “Oh vovó, me ensina aqui, como é que eu faço isso aqui?” Já desde pequena já fui aprendendo como é que faz a comida, como é que limpa a casa, então como é que lava a roupa, tudo isso aí a gente já vai aprendendo desde pequena. Que é outra coisa que é importante quando a gente sai assim pra morar sozinho, foi uma coisa que eu não tive dificuldade. Foi ficar com o trabalho de casa assim mesmo. (Talita, 22 anos, feminino, curso de Nutrição).

Halbwachs (2006) sinaliza que na construção e reconstrução da memória dos indivíduos existe um importante papel desempenhado pelo coletivo. Assim, os elementos da estrutura psíquica das jovens entrevistadas passam pela cultura em que vivem, pela trama social que as levaram a um modo de vida, a um estar no mundo de forma individual. Esse lugar disponibilizado para as mulheres no mundo rural traz memórias de um fazer destinado ao feminino, algo que gerava culpa se não executado ou que se naturalizava como obrigação desde pequena.

Para esses casos, é apropriada a lógica Halbwachiana de que a memória é construída da não divisão de contexto e de pessoa enquanto unidades independentes, não admitindo uma dicotomia entre sociedade e indivíduo. O autor não enxerga razoabilidade em pressupostos

trabalho apresenta um conjunto de estimativas de saldos e taxas líquidas de migrações rural-urbanas por sexo e grupos quinquenais de idade para o Brasil como um todo e as cinco regiões para as décadas de 50, 60, 70, 80 e o primeiro quinquênio dos anos 90. Estas estimativas serviram de base para que fosse analisado o papel desempenhado pelas várias regiões brasileiras a cada década no processo de desruralização da população brasileira” (Abramovay e Camarano, pg. 04, 1999).

teóricos que entendem um e outro como sendo autônomos e distintos entre si (FIALHO e SANTANITA, 2017). Partindo desse olhar, compreender a realização do trabalho doméstico por essas jovens está ligado ao entendimento de um fazer socialmente instituído, realizado por suas mães, suas avós e por muitas mulheres antes delas, gerando memórias individuais associadas à realidade social de origem sobre o destino feminino na lida doméstica.

Embora exista dependência da construção coletiva em relação à vontade e ao agir individual, Halbwachs (2006) afirma que o conceito de sociedade também é inútil se for retirado o elemento individual, na medida em que as ações dos indivíduos tomadas em conjunto dentro de uma determinada estrutura também geram mudanças no cenário social. É, portanto, mutável a realidade forjada coletivamente, pois esta é formada por grupos de pessoas que participam de agrupamentos distintos e compartilham memórias coletivas desses outros pertencimentos, compondo uma rede social complexa. Partindo desse raciocínio, as jovens entrevistadas possuem memórias de um fazer doméstico destinado às mulheres do campo, mas também acessam outros grupos sociais (universidade, coletivos feministas) que as podem levar a formação de outras memórias. Estas são vivas, se opõem mutuamente, dividem-se e excluem-se enquanto habitam o mesmo espaço social (SILVA, 2016). Assim, a saída do campo, o rompimento com o destino do trabalho doméstico e a entrada na universidade são elementos potencializadores de novas memórias e performances.

8.4 Elementos de atração da cidade no processo de migração do campo

Carneiro (2007) aponta uma tendência em suas pesquisas para o desejo de saída do espaço agrícola enquanto lugar de moradia. Algumas famílias têm optado por residirem em localidades mais próximas aos centros urbanos em busca de melhor disponibilidade de serviços básicos que proporcionem mais qualidade de vida e pela proximidade a escola e a espaços de lazer, com o atrativo ainda de poder acessar uma diversidade maior de trabalho para além da agricultura.

Em pesquisa realizada por Castro (2009) em assentamentos rurais nacionais, a autora identificou que a maioria dos jovens que expressaram o desejo de ir embora, o fizeram citando a vontade de viver num lugar considerado melhor. Essa construção é erigida com base em algumas percepções de vivência em uma área socialmente menosprezada nos espaços urbanos que frequentam, englobando os estigmas sobre a população rural e pela própria carência de serviços públicos e privados nesses locais.

Diante de um sentimento avesso ao campo que geralmente é retratado como um local símbolo de atraso, desprovido da oferta de um cenário de vida promissor, constata-se uma construção social deste espaço que atinge principalmente o imaginário do jovem do campo, reafirmada pela grande mídia, pelos meios acadêmicos e pelo próprio governo. Portanto, a saída para áreas urbanas representa uma mudança na busca de ascensão social, novas oportunidades de acesso a um contexto social comumente alardeado que proporcionem opções de trabalho, lazer, educação, dentre outras (BARCELLOS, 2014). Porém, é preciso não perder de vista que além de uma construção social, estes jovens vivenciam uma realidade na maioria das vezes dura, com trabalho árduo e baixa renda. A seguir alguns depoimentos corroboram o pensamento nos entrevistados da cidade como mais atrativa para a vida e para os objetivos futuros, conforme segue:

Eu acredito que quem mora na cidade sempre tem uma certa vantagem, até por conta da educação ser melhor. Emprego, nem se fala. E uma série de outras coisas. Eu consideraria a cidade um lugar bem melhor para viver. (Luciano, 20 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Ninguém aqui, nem as pessoas mais velhas nem os mais jovens tem interesse em participar (associação de moradores), e também acho que eles (jovens) têm pouco interesse em permanecer aqui, sabe?! Em permanecer no campo e trabalhar aqui. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Viver na cidade tem a questão da facilidade ao acesso, como eu já havia dito antes. Acesso a tudo, acesso a transporte, às escolas...você tem a opção de escolha, aqui no campo, geralmente, você não tem muita opção, tem aquela e pronto. (Pedro, 19 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Para quem mora na cidade tem mais facilidade. Sem considerar a pandemia, não é? Pode passear, ir no shopping a qualquer hora do dia ou da noite, porque o custo vai ser menos. Tô falando da minha visão. Já aqui não, igual os colegas, muitos colegas mesmo que eu encontrava quando terminava as aulas, eles iam dar um rolê de leve, eu não podia. Eu tinha que pegar o ônibus (para voltar para a zona rural). (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Porque aí na cidade a gente é movido muito pela tecnologia. Aqui na fazenda, quem tem mais acesso a essas tecnologias são os mais novos, o pessoal de trinta anos pra cá. Enquanto que os mais idosos assim, não. Eles não... não tem essa tecnologia. E não falo só de celular, mas também outros... outros utensílios que facilita a vida... que na, na zona urbana, aí na cidade, a gente tem acesso e facilita a vida das pessoas. Enquanto que aqui não, a gente não tem acesso. (Talita, 22 anos, feminino, curso de Nutrição).

Primeiro, o modo de vida melhor, né? (na cidade). E ter uma renda melhor. Conseguir um emprego. De conseguir um emprego em geral. (Pedro, 19 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Nesse contexto, surge similaridade entre os desejos dos jovens do campo e da cidade, decorrente de uma nova mentalidade rural representada por alguns fatores: mudanças na esfera do trabalho com a realização de novas atividades não relacionadas ao setor agrícola, que trazem novas práticas como remuneração mensal e que afetam as expectativas futuras de trabalho, lazer e consumo; permanência no campo sujeita a novas formas de fazer agricultura, tratando-se de uma mudança do valor atribuído à agricultura realizada por seus pais; esvaziamento do espaço agrícola como local de moradia, na busca por residirem mais próximos dos centros das localidades (CARNEIRO, 2007).

Compatível com esse traçado teórico, os depoimentos acima são representativos de memórias partilhadas por alguns dos entrevistados em relação a um mundo urbano valorizado por símbolos, imagens, experiências e possibilidades consideradas, em algumas situações e para alguns participantes da pesquisa, hierarquicamente superiores aos disponíveis no campo. De acordo com Fentress & Wickham (1992), os conteúdos que sustentam a consciência social se tornam relevantes em contexto em que passam a ser lembrados pessoalmente, no processo cognitivo, após serem validados por uma versão socialmente consentida. Nesse sentido, memórias de valorização do meio urbano são percebidos como legítimos através de ações de comunicação que circulam em uma comunidade sobre a existência de um modo de vida mais fácil e feliz fora do campo, concepções que passam a fazer parte das memórias e planos desses jovens rurais.

Nessa perspectiva, Jelin (2012) assinala que a formulação de uma memória comunitária funciona como uma espécie de moldura social, na qual as memórias individuais são enquadradas. Metaforicamente, as memórias sociais circulantes sobre a atratividade da cidade são o enquadramento para uma tela, nesse caso a mente concreta e individual de cada jovem rural, que será pintada/preenchida por visões de mundo urbano, valores e necessidades que são guiados pelo tamanho da moldura. No entanto, a ideia de que a cidade é mais propiciadora de experiências satisfatórias não é uma verdade incontestada. A memória social não precisa ser exata, mas sim significativa e crível para a comunidade que a transmite (FENTRESS & WICKHAM, 1992).

Fato é que esse tema da “migração do campo para a cidade”, de acordo com Castro (2009), é frequentemente ligado à questão da jovem rural. Todavia, essa problemática exige a análise de inúmeras questões que abarcam a construção da categoria jovem e os seus significados. É essa complexidade de personagens e memórias que vem sendo tratadas através dos depoimentos desses universitários.

8.5 Vínculo, afeto e permanência do jovem no campo

Uma das principais pesquisadoras sobre o jovem rural no Brasil, Castro (2009) alerta para a necessidade de apreender a juventude como categoria social relevante, que produz impacto no mundo prático, indo além das perspectivas exclusivamente desenvolvimentistas que também se debruçam sobre esse período compreendido entre a infância e a vida adulta. Nesse sentido, interessa compreender esse contingente populacional em relação à construção identitária, formas de interação, posição social e política. Estes temas costumam ganhar maiores esforços de pesquisa direcionados à juventude de forma genérica ou, o que é mais comum, à juventude urbana. As demandas e particularidades dos jovens rurais ainda carecem de compreensão dentro de uma perspectiva mais atual, apesar de serem fenômenos concretos.

Para Paulo (2011, p. 115), o entendimento da construção da identidade do jovem aqui tratado, entre o mundo urbano e rural, passa pela compreensão de que a:

A relação entre esses dois ambientes sociais é pensada como uma relação dialética, marcada por a continuidades e descontinuidades, que apesar de ser constante, não dilui as diferenças que persistem e são perceptíveis, principalmente em elementos simbólicos e que são responsáveis por demarcar as identidades juvenis rurais.

Embora um foco de divulgação sobre o jovem rural esteja associado à migração do campo para a cidade, retratando um perfil motivado pelos atrativos das cidades e descontentes com o modo de vida e de labor de zona rural, essa realidade não contempla toda a categoria analítica da juventude do campo. Apesar de ser este um fenômeno verdadeiro, abordado por uma agenda de pesquisa que vem denunciando a desvalorização do campo em relação à cidade, se restringir a isso deixa de fora outras trajetórias e questões relevantes (CASTRO, 2009).

Assim, a realização de pesquisas sobre este tema tem se modificado ultimamente, com o deslocamento do foco sociológico sobre o êxodo no campo para o estudo de movimentos de *permanência* e de *migração de retorno*, a despeito do alto número de migrantes verificado na primeira década deste século. Ainda nesta direção, existem outros ângulos de análise sobre a migração que não a enxergam mais como resultado definido de uma ação natural do jovem de se sentir atraído pela cidade, proveniente do desinteresse pela vida no campo e pelo trabalho agrícola (CASTRO, 2016).

De acordo com Carneiro (2005), o jovem rural, muitas vezes, mantém uma memória afetiva com o campo mesmo em um cenário de existência concreta marcada por dificuldades

econômicas e sociais, que exige dele sanar conflitos para a construção de perspectivas futuras de vida. Aspectos centrais como educação, lazer, cultura e emprego são igualmente relevantes para esses jovens que sonham com um futuro no campo e que entendem que estes aspectos ainda estão muito distanciados da cidade, mesmo quando esta é geograficamente próxima. Sobre a relação afetiva com o campo, seguem alguns excertos de entrevistas:

Não trocaria (o campo) por outro lugar pra mim ter crescido, assim é longe da maioria dos centros urbanos, mas aqui a gente dá pra viver com tranquilidade, não tem a questão da violência, essas questão de cidade grande mesmo...e eu acho que sou o que sou hoje por conta das atitudes e vivências daqui do campo, a pessoa que sou hoje com olhar voltado pra sustentabilidade, natureza que influenciou muito até na escolha do curso. (Rodolfo, 18 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Lembro que logo quando fui pra Conquista (ingresso na universidade), meu primeiro ano aí, eu tive vários problemas, eu fiquei muito deprimida e sempre que pensava num lugar seguro, num lugar que queria estar, era aqui. E até hoje esse é o lugar que só me traz coisa boa, então eu tenho muitas lembranças felizes daqui, tive uma infância muito feliz aqui, tive uma adolescência muito feliz aqui, sabe?! Sempre gostei muito de morar aqui, de estar em contato com os animais, em contato com a terra, de poder plantar, de poder colher... a partir das experiências na universidade é como se eu tivesse colocado outras lentes, para olhar para as coisas que eu estou acostumada. Não mudou o carinho que eu tenho por esse lugar, o apego as raízes. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Eu considero que foi bastante importante para o meu conhecimento, que é do que eu sou hoje, do que eu me tornei, eu considero que foi fundamental. “Porque agregou bastante coisa, entendeu?! Muitas coisas que eu aprendi aqui na zona rural eu vou levar para a vida toda. Eu acho que não é à toa eu estar fazendo Biologia hoje, porque eu já tenho um contato não só com alguns animais aqui, mas com a terra. (Luciano, 20 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Agora, a diferença é que eu já, no meu ponto de vista, não me acostumaria tão rápido assim se fosse morar em Conquista, na cidade, porque eu já acostumei aqui. Tipo assim, agora em termos de alimentação mesmo, aqui quando minha irmã faz almoço aqui, vou usar um exemplo bem hipotético, vai fazer uma salada, rapidinho vai ali no quintal e pega, usa e abusa [risos] muitas coisas, vai e faz. Tô com vontade de comer uma galinha caipira. Vai lá, mata e come. (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Eu tenho uma ligação muito forte aqui onde eu moro, mas eu tô aberto para viver em outros lugares também, mas nunca deixar de ter essas raízes, esses valores que eu aprendi aqui acabarem né? Se perderem ao longo do tempo né? (Rodolfo, 18 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Segundo Abramo (2005), o jovem rural é compreendido como um sujeito constituído pelas condições de vida determinadas pelo local específico de seu nascimento, que define o

tipo de relações familiares, a visão de mundo e as experiências singulares a que foi exposto. Consequentemente, não há de se considerar um único padrão de juventude rural, devendo levar em conta as aspirações, conflitos, valores, práticas e demandas de cada grupo juvenil comunitário. Assim, a permanência dos jovens deve sempre ser considerada como uma agenda loco-regional, a partir das condições e possibilidades disponíveis em cada realidade rural.

Em pesquisa comparativa realizada por Neves (2014) em duas regiões rurais do sul do país com características agrícolas e influências de urbanização distintas, o autor verifica uma maior tendência de atração ao rural em locais de predominância da agricultura familiar. Segue explicando estes achados com referência ao conceito de estruturas de oportunidades, formulado por Bourdieu (2007), no qual afirma existir diferentes capitais (cultural, político, econômico, simbólico) disponíveis para os atores sociais, de modo que a estrutura, o volume e a acessibilidade a esses capitais vão definir os objetivos dos sujeitos. A partir dessa perspectiva, é possível inferir que a relação do jovem universitário camponês com sua origem ruralista é subjetiva, dependendo da exposição a estruturas de oportunidades distintas que vão definir suas memórias do campo, os laços com a região, a experiência em ambiente acadêmico e os planos futuros.

Não há, portanto, um único caminho ou resposta para a saída ou permanência da juventude rural em seu território natal. Este tema é complexo, multifatorial e revela-se uma profícua área de estudo, conforme retratado abaixo:

A juventude rural, por meio de suas significativas variáveis inscreve-se, de forma inexorável a ordem de discussão da atualidade. Discussões pertinentes porque necessárias e talvez, urgentes. Ficar ou partir? Este é um dilema cujos resultados permanecem desequilibrados e pouco compreendidos. Daí a necessidade da multiplicação das pesquisas nestas áreas. Entre ficar e partir atuam muitas variáveis. Mesmo por que, partir ou ficar não são alternativas sem volta. São apenas possibilidades reatualizadas a cada ponto da trajetória destes jovens rurais (KUMMER & COLOGNESE, 2013, p. 217)

Os caminhos possíveis para esses jovens universitários não se limitam à permanência ou à saída definitiva do campo. Ao contrário, inúmeras são as situações que determinam essa relação dialética do jovem rural entre o urbano e rural e as composições possíveis de moradia e trabalho nesses dois espaços. Estas situações são marcadas por experiências de vida em zona rural, dos significados dessas vivências a partir do contato com a academia e de como prospectam a vida futura. Essas condições são relevantes e, quando partilhadas, são

representativas de indivíduos com histórias, princípios e realidades semelhantes, compondo um grupo social, com memórias circulantes coletivamente. Dos entrevistados que desejam permanecer, manter o vínculo ou voltar para o campo, nota-se a composição de um fio condutor afetivo que vai trazer para a superfície lembranças sobre uma ruralidade que remete a princípios edificantes, simplicidade, sossego e senso de comunidade.

Essa similaridade na vinculação afetiva com o campo compõe um coletivo dentro da perspectiva do que Halbwachs (2006) vai chamar de fenômeno decorrente da formação de memórias coletivas caracterizadas pelo que nomeia de *painel de semelhanças*, ou seja, um conjunto de memórias convergentes de seus membros. Essas memórias costumam ser estáveis, sendo justamente os elementos de similaridade e permanência os aspectos centrais que trazem identidade ao grupo. Neste sentido, o que alguns dos jovens rurais pensam e lembram sobre a vida em zona rural é consequência da exposição a um grupo de pessoas que também valorizam e se expressam carinhosamente sobre esse modo de vida, mantendo essa identidade social viva. Essas memórias são constantemente reeditadas por novos membros que aprendem, no seio da comunidade, a valorizar a vida em zona rural.

Nesse sentido, o fenômeno de lembrar e fazer exortações ao campo, embora possa até parecer, num primeiro momento, um produto da mente singular de cada entrevistado, na perspectiva halbwachiana da memória coletiva é entendida como resultado de uma comunidade afetiva, que se constrói a partir do convívio que esses jovens mantêm com outras pessoas ou grupos sociais. Nessa linha, as lembranças dos grupos aos quais o indivíduo faz parte é determinante da lembrança individual deste, de modo que a constituição das recordações particulares é produto da combinação das memórias dos diferentes grupos de pertencimento, estabelecendo-se dois tipos de memória, a individual e a coletiva, sendo a primeira um desdobramento da segunda (SCHMIDT & MAHFOUD, 1993).

8.6 As políticas públicas para o campo na avaliação de jovens rurais

A juventude rural não se encontra isolada do mundo a sua volta. Suas aspirações e projetos para o futuro sofrem influência do meio urbano através da televisão e do acesso à internet, por exemplo. Além disso, também as barreiras geográficas entre o campo e a cidade se encontram cada vez mais diminuídas, com o crescimento acelerado dos aglomerados urbanos e o processo migratório. Diante da proximidade entre estes dois mundos, a juventude do campo vai construir aspirações em consonância com os universos simbólicos que acessa. Neste sentido, Wanderley (2007, p. 33) descreve expectativas que se abrem para estes jovens:

[...] poder vivenciar “o melhor dos dois mundos” é, sem dúvida, um desejo dos jovens, mas que se inscreve, aqui, sobre um modo utópico e constitui mais uma demanda do que, propriamente, uma realidade concreta. Estas demandas parecem claras e fortes: para uns, poder permanecer no meio rural e encontrar, no espaço local, um campo de realização pessoal e profissional, na própria atividade agrícola ou fora dela; para outros, ter acesso aos meios que permitam a realização de um outro projeto de vida, no local ou fora dele – ser médico, advogado, bailarina, jornalista etc. Para todos, o desejo de vencer o isolamento, integrando, efetivamente, o meio rural à sociedade brasileira, para o que o acesso à educação é a principal demanda.

O campo como símbolo de atraso e de inferioridade acaba permeando o pensamento do senso comum, levando a ideias de que os jovens rurais teriam um desejo de habitar a cidade, como uma forma de melhorar de vida. No entanto, estudos como o empreendido por Valadares et al. (2016) têm revelado que as causas do êxodo rural entre os jovens não são, em sua maioria, motivadas pelo rompimento afetivo e simbólico com o campo. Mesmo com a ação do Governo, principalmente na esfera Federal, em ações de políticas públicas relacionadas à crédito, educação e transferência de rendas, verifica-se que as desigualdades e dificuldades de acesso a bens, serviços e a renda, agravadas pela concentração fundiária e fortalecimento do agronegócio, mostram-se as verdadeiras razões para o processo migratório destes jovens. Nessa perspectiva, ganha força a ideia de que uma parcela significativa dos nascidos em zona rural prospecta um futuro no campo, caso sejam implementadas políticas que favoreçam condições dignas de vida e que possam assegurar não só a permanência, mas o acesso a direitos básicos de todo cidadão (VALADARES ET AL., 2016, p. 61).

Valadares et al. (2016) seguem analisando o mundo rural contemporâneo, tendo descrito que após os anos 2000, houve uma ampliação da permanência em zona rural por jovens nascidos nesse contexto, após transformações econômicas e sociais ocorridas nessas áreas, decorrentes de políticas públicas e previdenciárias, que permitiram o acesso a bens duráveis e a serviços (a exemplo de telefonia, internet, água, energia elétrica). Nesse ínterim, destacam-se os programas de transferência de renda, programa de aquisição de alimentos, disponibilização de crédito, reforma agrária e assistência técnica. Outras iniciativas para permanência no campo vêm sendo conduzidas a partir da organização e cobrança de jovens camponeses envolvidos em movimentos sociais e políticos em zona rural. Esses esforços têm ganhado força a partir do ano 2006, com o surgimento de diversas ações juvenis interessadas em debater e solucionar questões relativas a educação, trabalho, renda e melhor qualidade de vida. Nesse cenário,

[...], constata-se que a maior parte dos jovens deseja permanecer no campo, ou seja, deseja construir projetos de futuro nas áreas rurais. O êxodo, diferentemente de outras décadas, não constitui a opção principal da juventude. Entretanto, para estes permanecerem são necessárias políticas públicas capazes de assegurar as condições indispensáveis à sua qualidade de vida e ao desenvolvimento pleno de suas capacidades. Por fim, [...] há uma porosidade entre as fronteiras, entre o rural e o urbano, e que não raro os jovens que migraram retornam para o campo. Logo, o êxodo não é um elemento definitivo, tampouco inexorável. A ação eficaz do Estado no campo das políticas públicas, somada ao processo de organização tocado pelos movimentos sociais, pode criar as condições necessárias para que mais jovens permaneçam no campo ou ainda que jovens que migraram para as cidades possam realizar o processo inverso, encontrando no campo todas as condições para o seu desenvolvimento (VALADARES ET AL., 2016, p. 91-92).

Embora nacionalmente a literatura aponte o crescimento de políticas públicas para o campo e a existência de um contingente maior de jovens interessados em permanecer em zona rural, os investimentos ainda são bastante insatisfatórios e, frequentemente, sequer são percebidos em algumas regiões, como é o caso de muitos dos entrevistados provenientes de áreas rurais baianas. Constata-se nos depoimentos coletados a carência de ações do poder público nas localidades dos entrevistados, seja com ações pontuais para melhoria das condições de vida ou mesmo com a implementação de políticas voltadas para o campo, conforme seguem:

Mas assim, as políticas públicas no cenário, não é surpresa para ninguém do jeito que o cenário está hoje, mas até certa época atrás, certos anos atrás, um, dois anos atrás. Porque aqui chegou para o pessoal na época de plantação, igual eu te falei, chegava semente do governo do estado, chegava equipamento para as pessoas trabalhar, plantar semente. Teve até cesta básica aqui, na comunidade. Pode ser que nas outras também tenha. Na verdade, sempre fica alguma gente para trás. Quem precisa fica para trás. Não era o suficiente, ajudava muito. Ajuda muito, mas eu avalio que não é o suficiente ainda porque não é uma esmola que a gente tá recebendo, é aquilo de imposto que a gente paga. É o mínimo do muito que vai. Um retorno bem mísero, bem pequeno. (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Eu acho que tem muito o que avançar (ações públicas). Eu creio, porque não atinge todos os agricultores, é uma pequena parte e muitos não conseguem obter o empréstimo, esse crédito. Já outros obtém com maior facilidade e acaba trazendo um pouco de desigualdade. Eu vejo que alguns conseguem e outros não consegue, uns conseguem avançar e outros fica estagnado. Eu acho que deveria ampliar mais ainda o que já existe. (Rodolfo, 18 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Eu ia e voltava todos os dias (do campo para a cidade). Aí eu fiz o cursinho esse ano, aí depois desse ano, a gente ficou sem passagem da prefeitura. A

gente ficou sem passagens, eu não pude mais fazer o cursinho, e daí eu comecei a trabalhar, aí foi quando eu vim pra cá, acho que com vinte anos. Aí eu me mudei pra cá pra cidade. [...] não mais pra residir, por conta disso, por conta da dificuldade, porque lá a gente não tem água encanada, a gente depende de carro pipa, exército, então assim, agora mesmo tá uma calamidade, porque são acho que vinte tickets, vinte caminhões de água pra toda a comunidade. (Mônica, 27 anos, feminino, curso de Psicologia).

Eu acho que eles dão um grau de importância pro campo bem pouco, né? Tudo que... a maioria do que fazem é pra zona urbana, os benefícios, mais voltado pra zona urbana, é bem pouco o que eles fazem pela zona rural. (Pedro, 19 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Eu acho que deveria ter bem mais atenção, pois é um descaso assim com a nossa comunidade por não ter essa... por causa dessas políticas públicas não ter..., como eu posso dizer, um olhar mais atento para a gente, entendeu?! Principalmente na questão da educação. É a questão que eu mais queria mudanças, é a parte da educação. (Luciano, 20 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

É um ciclo que fica assim... inclusive agora tá até se repetindo, é época de eleição e eles ficam mandando várias máquinas pra fazer várias coisas, pra mexer em várias coisas que estavam assim em descaso há muito tempo e tem todo esse ciclo assim dessas discussões de “ah, não fez nada” e “ah, fez várias coisas”, isso me incomoda bastante assim, me incomoda no nível municipal também, e me incomoda. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Assim, eu acho que deveria ter mais políticas públicas voltadas pro campo. Por que eu acho meio escassa em relação a isso. Às vezes as coisas demoram muito tempo pra chegar no campo. As pessoas tipo... os moradores do campo, perde em questão de anos pra ter acesso, aqui por exemplo, no que a zona urbana já tem. Tem coisas que a gente nem tem acesso. Tem muita gente que não... por exemplo, eu sei mais um pouco por que tô estudando agora, mas tem muita gente que mora aqui que sabe quase nada, não tem acesso a quase nada. (Talita, 22 anos, feminino, curso de Nutrição).

A percepção da diferença de interesse público e do investimento governamental entre o mundo rural e urbano, e mesmo a necessidade de enfrentar a dura realidade relacionada à pouca infraestrutura e serviços escassos, é uma luta constante para essa juventude rural oriunda de um mundo cada vez mais conectado e que questiona cada vez mais as fronteiras sociais e econômicas que separam as duas realidades. A percepção do descaso do poder público com os espaços de origem desses universitários é um elemento comum no discurso dos jovens entrevistados, sendo um desdobramento das determinações sociais de desinvestimento nas pequenas propriedades rurais. Assim, as memórias geradas para estes estudantes a respeito do lugar simbólico do campo na política nacional transcendem os sujeitos, sendo fenômenos intrinsecamente coletivos. Essa compreensão vai ao encontro do que Aróstegui (2004) descreve como memória social. Ainda sobre o tema, o autor sinaliza a

temporalidade dos processos de mnésicos, sempre atrelados a eventos comunitários relevantes na construção, ação e produção de sentido sobre determinada realidade. No caso em análise, a negligência governamental apresentada nesse momento histórico, gera insatisfação e favorece a união de jovens rurais em torno de uma agenda de resistência e de memórias de liderança, luta e militância.

A organização da juventude rural tem sido um ato político que vem ganhando força através de movimentos sindicais, organizações religiosas e movimentos dos trabalhadores sem-terra, liderados por jovens conectados com as demandas do mundo rural e com habilidades para dialogar com outros modos de vida e produção. Estes atores sociais vêm, gradativamente, reafirmando suas identidades rurais e o interesse em manter laços com suas origens, através de estratégias de luta pela terra, ações políticas e protagonismo na busca por políticas públicas para o campo (CASTRO, 2009), conforme se verifica na próxima categoria analítica.

8.7 Protagonismo juvenil e a universidade como ferramenta para permanência ou retorno ao campo

No cerne da discussão sobre aspectos que favorecem a permanência do jovem no campo, é relevante discutir o protagonismo juvenil para atuar ativamente como grupo social comprometido com a superação das más condições de vida para aqueles pertencentes à zona rural. Para Costa (2000, p. 176), o conceito de protagonismo juvenil envolve:

[...] atividades que extrapolam o âmbito de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, a vida comunitária (igrejas, clubes, associações) e até mesmo a sociedade em seu sentido amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que podem transcender os limites de seu entorno sócio-comunitário.

Ainda sobre o protagonismo juvenil, Calil (2008, p. 81) assim o define:

[...] é uma prática que possibilita a transformação do jovem e a transformação do mundo, numa relação dialética que favorece a formação de jovens mais conscientes de seu papel como agentes de mudança social, investidos na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Enquanto agentes mais conectados com o mundo fora do campo, ao se envolverem com ações, iniciativas e entidades políticas com finalidades de beneficiar o mundo rural, os jovens passam a constituir uma força endógena diferenciada e relevante na luta pelo

desenvolvimento local, pelo fortalecimento econômico e pela qualidade de vida nas unidades territoriais aos quais pertencem. Para isso, estes atores sociais precisam ocupar os espaços políticos e institucionais que os coloquem em posição de acessar lideranças comunitárias e externas. Necessitam, ainda, estabelecer relações horizontais, estimulando o surgimento de vínculos solidários, confiança e reciprocidades no agrupamento que compõe o território afetivo, ou seja, a rede de suporte e participação, cuja finalidade é lutar pela melhoria da vida no campo de dentro para fora (FERREIRA & HILLING, 2018).

Um importante espaço político e institucional que pode fortalecer o protagonismo juvenil é a universidade. Não sem motivo, o ensino superior é encarado por muitos jovens rurais como uma ferramenta de ampliação das possibilidades de trabalho e, frequentemente, apresentam manifesto desejo de que as novas habilidades laborais possam servir ao campo. Isso é possível não somente no exercício de atividades ligadas à terra, mas inclusive em ocupações não agrícolas para atender demandas humanas nesses espaços (NEVES, 2014), como moradia, saúde, lazer, acessibilidade digital etc. Assim, a permanência ou retorno para o campo exige dos pais e seus filhos uma mudança de paradigma em relação à atividade agrícola. Novas formas de se fazer agricultura são pensadas, assim como modos diferentes de trabalho para que consigam manter-se nesse espaço (CARNEIRO, 2007). Fato é que os jovens camponeses já vêm há algum tempo cobrando ações governamentais que estimulem o retorno não somente de agrônomos e veterinários, mas também de professores, médicos, engenheiros e demais profissões que possam, de alguma forma contribuir para o avanço do mundo agrícola (MENEZES ET AL., 2014).

Nessa direção de aproximação da juventude com o campo, Menezes et al. (2014) disponibiliza a articulação entre jovens rurais, movimentos sociais, academia e governo, ocorrida no I Seminário sobre Juventude Rural e Políticas Públicas¹⁵, no ano de 2012, evento organizado para ampliar o debate entre instituições e atores sociais vinculados à questão agrícola brasileira. Na ocasião, já se organizava o protagonismo da juventude rural com o debate e formulação de ações para manutenção do jovem no campo, dentro de uma perspectiva que possa garantir um futuro promissor e proporcionar uma formação técnica e acadêmica, se revertendo na renovação do processo agrícola e de alimento em operação no país. Um dos temas também debatidos foi a necessidade de superação de uma visão pouco diversificada em relação ao leque de profissões ofertadas pela educação superior para a zona

¹⁵ Promovido pelo Governo da presidenta Dilma Rousseff, o Seminário propunha um espaço de diálogo entre governo e movimentos sociais para debater políticas públicas para a juventude rural, visando fortalecer a participação social deste público, promovendo espaços de diálogo para a formulação de políticas públicas (BRASIL, 2012).

rural, sob o argumento de existir no campo demandas complexas para atender ao objetivo de progresso e diferenciação do sistema produtivo rural.

De modo convergente com essa pauta, consegue-se observar em algumas entrevistas o entendimento de jovens universitários da necessidade de qualificação como um meio de permanência no campo dentro de um projeto de vida com melhores condições ou oportunidades de contribuição com a zona rural. Seguem os depoimentos:

Depois da faculdade, até o momento eu penso em tentar dar seguimento para uma linha de mestrado no curso de farmácia ou de medicina, que eu vou tentar entrar novamente que seria em residência, que no curso de medicina (desejo de ingresso futuro) teria mais possibilidade de eu voltar a residir lá junto com meus pais e trabalhar na região...pelo estilo de vida, pela tranquilidade e acho também pela proximidade que você se sente acolhido, acho que de um modo geral aqui (cidade), eu não conheço meus vizinhos e lá não, meio que todo mundo se conhece e de uma forma ou de outra todo mundo tenta se ajudar. (Fred, 22 anos, masculino, curso de Farmácia).

Eu vejo que a educação é a grande chave que vai abrir várias portas. Então, foi o que fez minha família investir na minha educação e na do meu irmão. Eu vejo que com a educação a gente pode mudar essas realidades que a gente vive aqui... por que eu vejo outras pessoas da minha idade que não optaram pelos estudos e continua trabalhando com os pais...isso é muito importante também, mas eu vejo que a educação pode ser uma grande facilitadora...de trilhar outros caminhos aqui. (Rodolfo, 18 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Eu penso quando acabar o curso, penso mais pra frente, eu vou concluir esse ano, aí tipo eu penso em viajar. Algumas viagens, pequenas viagens, entendeu? e depois se eu conseguir um emprego na área, porque não é fácil, né? se formou e já começou a trabalhar, mas eu penso em viajar um pouco e saber o que eu quero mesmo. Mas eu quero concluir. Depois eu penso em fazer primeiro a especialização, depois o mestrado e doutorado, né? se Deus permitir [risos]. Eu penso isso. Agora, continuar morando aqui (zona rural). Fazer pequenas viagens só para sair, mas a raiz mesmo morando aqui, entendeu? Eu espero estar empregado bem futuramente. Ter minha independência. Estar empregado com casa própria e tal. (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Dessa forma, a migração pode também representar um fator condicionante para permanência futura ou como elemento estratégico para outras formas de fixação no espaço rural, até mesmo de luta pela terra (BARCELLOS, 2014).

Em pesquisa realizada no sertão da Paraíba com algumas gerações de famílias camponesas, Menezes (2009) constatou que a saída do jovem do meio rural pode representar um fato definitivo, mas também uma forma de proporcionar meios para sua permanência no campo. A renda auferida no trabalho na cidade pode atender necessidades básicas de sua

família, além de ser utilizada em pequenos investimentos na compra de propriedades rurais ou outros bens, representando um projeto de vida de continuar no campo. Assim, a autora acredita que a migração dos jovens constitui uma estratégia de reprodução histórica das famílias camponesas. O jovem vivencia essa experiência como um ritual de passagem na vida que vai além dos fatores econômicos que motivam sua saída.

Fato é que a necessidade do ensino superior e técnico torna-se relevante no mundo rural como forma de garantir recursos humanos habilitados para a prestação de serviços básicos nas localidades onde se situam as comunidades rurais. As novas tendências têm gerado mudanças importantes nas relações sociais e produtivas de zona rural, de modo que o acesso a políticas educacionais de ensino superior pelos jovens camponeses acaba sendo uma oportunidade de qualificação que pode se reverter em uma força de trabalho mais crítica e técnica que deve, em muitos casos, contribuir para a qualidade de vida das localidades rurais.

Na esteira dessa discussão, é possível analisar o fenômeno sob o ponto de vista da teoria marxista, que defende que a educação só pode ser libertária a medida em que atua com a intenção de expor as contradições do capital e da divisão do trabalho, acreditando que esse papel só será possível se os processos educacionais puderem ocorrer de forma revolucionária e crítica. Se não houver este compromisso, os modelos pedagógicos estarão sempre subservientes ao capital. Portanto, a educação superior tem papel importante, podendo ofertar uma formação profissional que desenvolva em seus alunos consciência social e pensamento crítico, colocando em evidência as contradições e perversão do sistema capitalista na contemporaneidade. As universidades são as que mais se aproximam do que Marx descreve como o ensino tecnológico, que oferece maior protagonismo ao disponibilizar habilidades teóricas, práticas e científicas ao indivíduo (MANACORDA, 2010).

Nesse cenário, o protagonismo juvenil exercido por universitários oriundos de zona rural interessados em consolidar a trajetória de trabalhador do campo deve ter como propósito lutar por investimentos nas técnicas de produção, por avanços na qualificação do trabalho e por melhores condições de vida. Essa é uma das opções possíveis para esses jovens universitários, que também podem decidir, através da formação acadêmica, por caminhos que os distanciem da zona rural. Embora os entrevistados sejam todos de origem rural e vinculados a uma mesma Instituição de Ensino Superior, eles possuem algumas memórias similares, mas outras divergentes sobre a vida no campo e planos futuros. Isso porque, cada indivíduo participa de inúmeros grupos, cada qual com uma memória específica: a escola, o trabalho, a igreja ou, ainda, comunidades mais amplas, como a ordem de classe, o estado, a nação (SILVA, 2016). Assim, a depender da combinação de experiências que cada pessoa

está exposta, o resultado é singular, formando um sujeito único que acessa inúmeras memórias coletivas e que contribui na formação de outras tantas. Esse processo é vivo e contínuo, assim como são as memórias individuais dele decorrente (HALBWACHS, 2006).

Portanto, a migração, permanência ou militância do jovem do campo não pode ser considerada uma certeza posta e inerente a esse grupo social, ou uma decorrência direta das dificuldades encontradas num contexto específico, mas como fator que compõe práticas de reprodução decorrentes de realidades distintas.

8.8 O ingresso na universidade como meio de saída do campo

Adentrar a universidade costuma ser um passo nada óbvio para o jovem rural, que passa a ter uma parcela que os represente nas Instituições de Ensino Superior apenas na história recente, a partir das políticas governamentais de democratização do acesso à universidade. Ao ingressar na academia através das políticas de cotas, o jovem rural tem outros desafios além da qualificação para o trabalho, uma vez que surge a demanda de se familiarizar com o novo sistema educacional, de modo a assegurar algum pertencimento social e a construção da identidade enquanto acadêmico. Nesse processo, ocorre um distanciamento dos conhecimentos empíricos prévios adquiridos em meio rural, os quais costumam ser substituídos ou aperfeiçoados por conteúdos teóricos e técnicos.

Fato é que esses estudantes, conectados a outros modos de vida (CASTRO, 2009) e fora de seus lugares de origem, precisam organizar suas experiências subjetivas e construções identitárias a partir das vivências enquanto acadêmicos, em espaço urbano e com acesso a saberes e oportunidades de trabalho diferentes das que eram disponíveis no campo. O depoimento a seguir é bem representativo nas novas opções e expectativas que surgem na experiência universitária:

Meu principal objetivo é continuar na pesquisa. Na verdade, meu principal objetivo é conseguir um emprego, que eu não especifico qual seria porque eu tenho medo de ficar desempregada. Mas o que eu tenho vontade é seguir na área da pesquisa. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Acho que mais curiosidade. Eu tenho mais curiosidade para aprender. Curiosidade pra... de ver as coisas. Ver as coisas diferente. Tipo, ler mais entendeu? Eu não lia muito. Agora, tô lendo bem pouco por causa dessa pandemia. Mas, quando entrei deu vontade de ler muito, ler mais, ter mais conhecimento. (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Quando você vai pra universidade você acaba tendo contato com muita gente que tem uma...um modo de ver a vida diferente. Você vai aprendendo com

isso, você vai aprendendo a respeitar, você vai aprendendo a valorizar aquilo, a trazer pra si também e acaba também, é somando na nossa formação. (Talita - 22 anos, Nutrição).

Eu acho que, eu olho pras coisas e para as pessoas e para o contexto que eu fui inserida de forma mais crítica. Eu percebo que eu olho para as pessoas tentando compreender, de tentar entender o mundo, assim, das pessoas. (Sofia, 20 anos, feminina, curso de Psicologia)

Na busca pelo desenvolvimento das novas habilidades requeridas, é comum que aspectos da identidade camponesa sejam preteridos, dando lugar a um movimento de identificação com o mundo urbano, inclusive como forma de aceitação social e profissional. A distinção nas experiências culturais, afetivas, simbólicas e materiais entre a juventude rural e urbana é decorrente da assimilação da estrutura social de origem, que se caracteriza por sentimentos, pensamentos e percepções específicas. Ao ingressar no ensino superior e mudar-se para a cidade, muitos jovens do campo costumam assimilar um modo de vida baseado em fatores culturais típicos do estilo de vida urbano como forma de inserção simbólica e legitimação. Nessa intrincada relação entre o passado em zona rural e o presente na condição de acadêmico, a juventude rural pode buscar no ensino superior uma forma de romper com o campo e com as condições de vida normalmente difíceis do contexto de agricultura familiar (REDIN, 2017).

Partindo desse ponto, o ingresso na universidade pode significar mudanças significativas nas possibilidades de escolha profissional disponíveis para jovens rurais que, ao se aproximarem do mundo urbano e das oportunidades nesse espaço, podem não achar mais viável o retorno à zona rural e às condições muitas vezes precárias de vida (KUMMER & COLOGNESE, 2013).

Em convergência com tais aspectos da literatura, tem-se os seguintes trechos de entrevista:

Acredito assim, por ter vindo, sofrido, lutado, eu acredito assim, que eu dou mais valor na universidade, porque a gente passou muita necessidade, então assim, hoje eu penso assim... pra evitar... talvez evitar... é... passar necessidade de novo, aquela vida...eu luto! O que eu puder fazer aqui pra mim mudar de vida. (Suzi, 34 anos, feminino, curso de Psicologia).

(Motivo da entrada na universidade) Resistência, resistência porque como eu te falei na nossa comunidade desde o início a gente não é criado pra chegar no ensino superior, a gente é criado pra chegar olhe-se lá, no terceiro ano, então assim, quando me veio a oportunidade de ingressar na faculdade, eu não pensei duas vezes. Mãe, eu tenho um filho de 4 anos, então assim, minha vida é muito corrida pra estar aqui todos os dias, e às vezes dá vontade de

jogar tudo pra cima, mas eu continuo resistindo sabe? Porque é uma maneira de que as outras pessoas vejam e queiram também fazer, sabe? Saber que existe vida além disso, além do ensino médio, além do casamento. (Mônica, 27 anos, feminino, curso de Psicologia).

Carneiro (2005) assinala que a juventude rural possui dilemas diferentes dos de seus pais, já consolidados no campo, uma vez que os mais jovens são diretamente expostos às transformações sociais e laborais impostas pelas mudanças na forma de atividade agrícola, que privilegia os grandes produtores e o modelo de agronegócios¹⁶. Estes jovens, ainda em fase de consolidação no mundo do trabalho, podem vir a transitar melhor nos espaços urbanos e têm na educação superior uma possibilidade de ampliar o leque de opções profissionais e, conseqüentemente, angariar melhores condições de trabalho. É nesse cenário de possível ruptura que o grau de escolaridade da juventude camponesa tem se ampliado em relação aos seus ascendentes, para alguns significando a saída permanente do campo.

Os jovens entrevistados que prospectam uma vida fora de zona rural estruturam essa expectativa a partir de um aparato social que oferta a esses estudantes códigos culturais que circulam nas novas comunidades que passam a fazer parte. De acordo com Jelin (2012), a memória social não é um fenômeno solitário, impermeável e único, mas decorre de narrativas coletivas que são desenvolvidas a partir de ritos, experiências, normas de conduta, que quando assimilados, geram novos pertencimentos para o sujeito. Nesse sentido, a universidade oferece vivências partilhadas que para muitos jovens rurais, podem entrar em conflito com memórias circulantes previamente, gerando rupturas, novas reconstruções de memórias e desejos diversos, consonantes com o pertencimento a outros grupos sociais. Um desejo de saída definitiva do campo não necessariamente envolve falta de afeto com o lugar de origem, mas significa o rompimento desses estudantes com uma necessidade comunitária da qual deixam de pertencer integralmente, desaparecendo a obrigação de manter vivo o modo de vida e trabalho dos ascendentes através da continuidade desse projeto.

¹⁶ Souza & Conceição (2008) denunciam o discurso ideológico de que os problemas do campo brasileiro estão superados com as perspectivas de acréscimo na produção e produtividade e não com as condições de vida daqueles que vivem no campo, trabalhadores rurais e camponeses, deixando à margem a discussão sobre a revisão da estrutura fundiária, com uma política de reforma agrária e manutenção do homem do campo. As autoras destacam ainda a relevância dada ao agronegócio pelo Governo do Estado da Bahia, através da realização de trabalhos e estudos amplamente divulgados, que o retratam como a via única possível em busca de uma pretensa “modernização” do campo.

8.9 Incertezas do jovem do campo sobre o futuro profissional e subsistência

As políticas de cotas em universidades públicas e mesmo as bolsas do Programa Universidade para Todos¹⁷ (PROUNI) para populações financeira e socialmente mais vulneráveis, beneficiam jovens rurais provenientes dos modelos de agricultura familiar, permitindo o acesso à educação superior, até então inalcançável para esse público. Essas políticas de ingresso na universidade são importantes para democratizar a possibilidade de formação acadêmica e para reduzir o distanciamento social, em razão da entrada no ensino superior ser, por muitos anos, reservado majoritariamente para famílias com boas condições econômicas (REDIN, 2017).

No entanto, para além do ingresso através de políticas de cotas e das bolsas de permanência para que a juventude camponesa possa concluir o curso superior, outra agenda se descortina como pauta urgente. Tão importante quanto a formação superior é a instituição de programas de residência e auxílio financeiro para que jovens recém-formados, quando assim desejarem, possam retornar ao local de origem, contribuindo com mão de obra qualificada para a melhoria dos modelos de agricultura familiar (MENEZES ET AL., 2014). A necessidade de oferecer suporte a estes egressos oriundos de condições socialmente vulneráveis também é uma realidade para aqueles que desejam seguir com uma vida profissional fora do campo. Tanto em um caso quanto no outro, a universidade e suas políticas de transferência de renda para a manutenção do curso costumam ser a única forma de sobrevivência de muitos estudantes durante os anos de graduação. Sem políticas públicas que favoreçam a empregabilidade/sustento dos recém-formados, a formatura passa a significar um momento de preocupações e incertezas futuras relacionadas à inserção profissional e sobrevivência. Alguns depoimentos dos entrevistados são representativos dessa realidade:

Olhando para o meu círculo social, eu acho que a gente que não tem muitas condições sociais, tem medo do que vai acontecer quando terminar a faculdade, porque a gente vive de bolsa, o que vai acontecer quando eu não tiver mais a minha bolsa?! Como é que eu vou fazer pra arrumar um emprego sem dinheiro, sem meus pais poderem me bancar e montar um escritório pra mim ou arcar com as despesas até eu terminar um mestrado, se eu não conseguir a bolsa do mestrado, a gente tem mais uma insegurança do que vai acontecer. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

¹⁷ Programa do governo federal institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, com o intuito de fornecer bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior privadas.

Acho que se eu ir até o final, acho que vai antes mesmo de concluir, vou parar e refletir sobre a minha trajetória e buscar ser um profissional quando terminar para buscar ser um profissional de responsa entendeu? Porque o próprio professor Márcio fala: ‘Vocês tem que dar o seu melhor, dar o seu melhor porque quando abre a gaveta tem mais mil e não sei quantos alunos muito bons desempregados’, então para chegar e ter essa motivação, um dos melhores, não que os outros, melhores para mim, entendeu? (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Assim, a gente sempre pensa em ter uma profissão, uma profissão fixa assim mesmo, por que a gente tem essa ideia de como se fosse uma garantia de que você não vai ficar desempregado lá na frente. Coitado, oh dó dessa mentalidade, por que não tem nada a ver. Ainda mais aqui, por exemplo, eu falava bem assim: “aqui eu falo: eu quero me formar, Deus ajude que eu consiga um trabalho”, mas provavelmente não vai ser aqui em Guajeru, eu já sei que eu não vou ser priorizada. Eu já sei. Só passar num concurso mesmo, com a minha própria capacidade e olhe lá, né? Por que tem as burlagem. (Talita, 22 anos, feminino, curso de Nutrição).

Os trechos acima revelam preocupações dos entrevistados sobre o futuro profissional, com sentimentos de desesperança ou de necessidade de dedicação extrema à vida laboral para obtenção de sucesso nesse meio. Estes jovens demonstram inseguranças com o futuro profissional em um mundo do trabalho reconfigurado pela ação de um capitalismo cada vez mais nocivo, que afeta não só as configurações de emprego na cidade, mas também a própria atividade no campo.

Sobre a perversidade produtivista das relações subjugadas a um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado, Druck (2011) alerta que essas transformações significativas só podem ser entendidas numa perspectiva histórico-dialética, em que velhos modelos de produção se reconfiguram, passando por um complexo processo de metamorfose social, em que novas formas e condições laborais e novas relações sociais entram em funcionamento, não necessariamente como uma ruptura com o passado, mas como uma espécie de reconfiguração das contradições histórico-sociais do trabalho. Nesse sentido, a precarização da atividade produtiva e as incertezas por ela gerada afetam especialmente as formas de execução laboral e as lutas dos trabalhadores, mantendo ainda relações sociais ancoradas pela compra e venda da força laboral do homem. Toda essa incerteza afeta, principalmente as classes sociais mais vulneráveis, como é o caso dos jovens provenientes de zona rural.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou compreender as memórias dos jovens rurais universitários sobre o modo de vida a partir das próprias experiências enquanto juventude do campo. As noções de memória social e experiência nesse trabalho foram apreendidas como um chão que alicerça os passos e os caminhos dos entrevistados. Metaforicamente, este chão que sustenta a sobrevivência desses sujeitos e de seus ascendentes através do arado e da enxada, é também o mesmo que oferece suporte aos afetos, princípios e aspirações dessa juventude, garantindo uma base e um trajeto para ir e vir, ficar ou sair, nunca de forma definitiva, mas como uma escolha disponível.

O solo por onde transitam estes jovens guarda, no passado e no presente o suor de muitas mãos na composição de seu traçado. Um solo exige, portanto, um trabalho sempre comunitário. As experiências e memórias que atravessam os jovens participantes dessa pesquisa também são frutos coletivos, resultados de histórias anteriores a esses próprios indivíduos e ancorados no pertencimento a uma classe social que vai ajudar a compor a consciência e identidade dessas pessoas.

Partindo desse ponto, as concepções de memória coletiva de Halbwachs, as teorias sobre memória social e o conceito de experiência de Thompson foram centrais para a dissertação, por defenderem uma ancoragem social e histórica na formação da subjetividade dos jovens universitários oriundos de zona rural. De todos os conceitos abordados nesse estudo, a concepção de memória coletiva foi a base principal sob a qual os resultados empíricos foram analisados, sendo a lente social para compreender as relações que os entrevistados estabeleceram com o trabalho, com a formação universitária, com a vida no campo, com a experiência urbana, com os sonhos, medos e anseios para o futuro.

Entender o impacto subjetivo da dualidade entre as experiências de vida, saberes e expectativas moldadas em zona rural e a estrutura da cidade e da formação superior envolveu um olhar atento para as ideias e conhecimentos que estes jovens tinham sobre si e sobre o futuro, elementos forjados socialmente ao longo de muitos anos. Assim, a pesquisa de dedicou a compreender o acesso, a dinâmica e as eventuais dificuldades para inserção desses jovens estudantes do campo na lógica universitária, bem como a percepção destes sobre o futuro, compromissos e possibilidades pessoais e comunitárias.

O objetivo de investigar as memórias coletivas e as experiências socialmente partilhadas desses sujeitos não foi possível de ser empreendida tendo como base tão somente os depoimentos dos entrevistados e as teorias já mencionadas. Embora o conceito de memória

coletiva tenha sido o núcleo teórico central dessa pesquisa, por se tratar de estudantes universitários de Instituição de Ensino Superior pública, se mostrou necessário discutir a universidade pública, suas políticas de democratização do acesso e ações afirmativas e de permanência, sem as quais muito provavelmente os participantes desse estudo não teriam possibilidade de ingresso no meio acadêmico.

Os desafios e obstáculos impostos a estes jovens para cursarem uma graduação fora de seus lugares de origem e em condições econômicas pouco favoráveis geraram a necessidade de se discutir criticamente os conceitos sociológicos de educação e trabalho, temas completamente imbricados na trajetória desses estudantes que, ao final do curso, seguirão com seus diplomas e suas heranças sociais para adentrar um mercado de trabalho contemporâneo bastante desafiador, difícil e, frequentemente, opressor. Tais questões atravessam as memórias desses discentes, a partir de uma miscelânea de afetos, ideias e percepções forjadas no encontro entre a subjetividade de cada entrevistado, o contexto social do qual participa e a herança coletiva que, em conjunto, formaram as narrativas apreendidas nas entrevistas, interpretadas e separadas em categorias analíticas para o estudo empírico dessa dissertação.

O lugar de fala desses jovens estudantes interessou enquanto empreendimento científico e político. Conforme mencionado na introdução, é amplo o contingente de brasileiros de origem rural, contrastando com a deficiência de políticas públicas para essa população. Pesquisas, investimentos e ações governamentais destinados aos jovens urbanos são muito mais numerosos. Há lacunas na literatura científica sobre estudantes do campo que acessam a universidade e como este fenômeno está atrelado a possíveis impactos na zona rural, a partir das novas experiências e pertencimentos desses sujeitos do campo.

A ciência é uma importante ferramenta de conhecimento e mudança social, ao informar, legitimar e dar visibilidade para alguns fenômenos. Nesse sentido, esta pesquisa alcançou seu objetivo de ampliar as possibilidades de conhecimento e, portanto, de ações destinadas a este público, especialmente dentro da realidade baiana. Como resultado concreto dessa pesquisa, conhecer de forma mais substancial os pensamentos, planos e perspectivas desses jovens entrevistados, pode ser útil para tornar a universidade mais sensível, adequada e atrativa para esse perfil de alunado. Do mesmo modo, cientes da realidade e das demandas desses sujeitos, políticas públicas melhor direcionadas para este grupo social podem ser empreendidas. Aqui, é importante fazer um alerta em relação a extensão informativa desse estudo. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, com um número limitado de participantes, é necessário cautela na generalização de resultados. Esses achados podem ser interpretados para

políticas e ações dentro do contexto investigado e para realidades similares. Novas agendas de pesquisa podem ser úteis para oferecer uma compreensão mais robusta sobre a juventude rural universitária.

De imediato, a pesquisa ajudou a compreender que não há um roteiro de vida pré-estabelecido a todos os jovens rurais no que se refere a percepções, perspectivas futuras e planos profissionais. Assim, é reducionista pensar que políticas públicas muito exclusivistas e limitadas possam atender às necessidades e aos anseios de toda a juventude do campo. Em se tratando apenas dos sujeitos investigados, essa variabilidade já se faz notar a diferença entre os entrevistados em relação ao desejo de voltar para a vida do campo ou se estabelecer em definitivo em zona urbana. Do mesmo modo, as lembranças do passado, o vínculo afetivo com o lugar de origem e o desejo de militar pela causa rural também variaram entre os participantes.

A divergência de pensamento e aspirações dos jovens entrevistados não é incompatível com a teoria da memória coletiva/social. Fato é que os achados desse estudo sustentam o substrato social como elemento salutar para a construção identitária desses universitários. Existe a constituição de uma realidade comum a esse grupo de pessoas, que foi combinado a elementos cognitivos e afetivos, formando uma identidade única dentro de uma consciência de classe partilhada.

Portanto, é necessário conceber a memória coletiva de forma plástica e móvel, definida por um caldeirão de crenças, condutas e percepções individuais em estreita relação com a coletividade. A realidade social é dinâmica, construída em constante diálogo entre as dimensões individuais e sociais. Dessa forma, a memória social dos jovens entrevistados foi composta por uma série de tensões, conflitos e interesses diversos, inerentes à relação entre cada indivíduo com a comunidade. Na formação das memórias desses universitários, estavam em funcionamento uma complexa rede circular de pensamentos, representações e experiências individuais, diretamente vinculados à coletividade. A memória coletiva não exige um grupo homogêneo, em total homeostase e equilíbrio. Assim, a juventude rural universitária é diversa, mas conectada pelo pertencimento a um coletivo e a uma classe social.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; MARTONI, P. P. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 37-72. v. 2, 2005.

AGUIAR, Marcones Herbert S. L. **A juventude e a luta pela terra no Piauí: memórias do processo de construção do assentamento Marrecas - PI (1985 - 1994)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

ALVES, Giovanni. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. **Trabalho e Saúde—A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. São Paulo: LTR, p. 39-55, 2011.

ARENDDT, Hannah. Hannah Arendt: entre o passado e o futuro. **São Paulo: Perspectiva**, 2005.

ARÓSTEGUI, Julio. Retos de la memoria y trabajos de la historia. **Pasado y memoria. Revista de historia contemporánea**, v. 3, n. 5, p. 58, 2004.

ASSIS, Anna Carolina Lili et al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social** / Sérgio Botton Barcellos, 2014. 306p.

BARRERA-HERRERA, Ana; VINET, Eugenia V. Adultez Emergente y Características culturales de la etapa en Universitarios chilenos. **Terapia psicológica**, v. 35, n. 1, p. 47-56, 2017.

BASTOS, Antônio et al. **Projeto Pedagógico dos Bacharelados Interdisciplinares**. UFBA: Salvador, 2008.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Edufba, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. “A juventude é apenas uma palavra”. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

BRASIL, Lei. 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimento familiares rurais, Diário Oficial da União-Seção**, p. 1-25, 2006.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016**. Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. **1º Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas: relatório final**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2012.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho; CARVALHO, Daniel Dos Santos Simon. Possibilidades Para Pensar A Juventude Brasileira: Diálogos Com Pierre Bourdieu E Luis Antonio Groppo. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 27, n. 1, p. 85-98, 2017.

CALIL STAMATO, Maria Izabel. **Protagonismo Juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo: 2008, 212 p.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. 1999.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In.: ABRAMO, H. e BRANCO, PMD (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 243-261, 2005.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista latinoamericana de ciencias Sociales, Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

_____. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Política & Trabalho**, n. 45, 2016.

_____. Balanço e Perspectivas. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CIAVATTA, Maria. Trabalho-Educação: Uma Unidade Epistemológica, Histórica E Educacional. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 132-149, 2019a.

_____. **Como se escreve a história de trabalho-educação. Caminhos para a historiografia**. Niterói: UFF, 2017.

CIAVATTA, Maria et al. A historiografia em trabalho educação: como se escreve a história da educação profissional. **Uberlândia: Navegando publicações**, 2019b.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Por uma Sociologia da Memória: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs**. Tese de Doutorado. 2015.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DAUGEARD, Marion. Mudanças e adaptações na agricultura familiar, estudo de caso em comunidades rurais de Juína, Mato Grosso. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 33, 2017.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Revista Graffia-Cuaderno de Trabajo de los Profesores de la Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Autónoma de Colombia**, v. 9, p. 175-191, 2012.

DE SOUZA, Herbert. A Nova República e as políticas sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 21, n. 4, p. 24-30, 1987.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, v. 24, n. SPE1, p. 37-57, 2011.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social Memory**. Oxford: Blackwell, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 381-400, 2015.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção: Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Edições UESB, 2001.

FERREIRA, Daniel José; HILLING, Clayton. Juventude Rural e Protagonismo: caminhos para o desenvolvimento local. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 4, n. 2, p. 200-227, 2018.

FIALHO, Joaquim; SANTANITA, Carla. Revisitando Norbert Elias e os seus Contributos para a Teoria Sociológica: O foco no indivíduo e na sociedade. **Desenvolvimento e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. p. 131-146, 2017.

FREITAS, Wesley RS; JABBOUR, Charbel JC. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Revista Estudo & Debate**, v. 18, n. 2, 2011.

FURTADO, C. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1989.

GAVIRIA, Margarita Rosa; MENASCHE, Renata. A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. **Estudo e Debate**, v. 13, n. 1, p. 69-82, 2006.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (1999). **São Paulo: Editora Atlas**, 2015.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 2, p. 201-234, 2006.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. Trad. Manoel AF Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Editora Pioneira Thomson Learning, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 5.

GUILHOTO, Joaquim et al. A Importância Da Agricultura Familiar No Brasil e Em Seus Estados (Family Agriculture's GDP in Brazil and in It's States). **V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2007.

HALBWACHS, M. A memória coletiva (B. Sidou, Trad.). **São Paulo: Centauro (Obra original publicada em 1968)**, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Estimativa da População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la Memoria**. 2a. ed. Instituto de Estudios Peruanos-IEP, Lima, Perú, (Estúdios sobre Memoria y Violência, 1), 2012.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, Leandro Bicalho. **Subjetividade juvenil e ruralidade: concepções de jovens acerca de si mesmos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. 2018.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, nº 4, 1978.

MACENO, Talvanes Eugênio. Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista. **São Paulo: Instituto Lukács**, 2017.

MACHADO, Lucília. Trabalho-educação como objeto de investigação. **Revista do Nete-UFMG**, v. 14, n.2, jul.-dez., 2005.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Trad. Newton Ramos de Oliveira. 2ªed. Campinas-SP: Alínea, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de EP Thompson: experiência e cultura. **Revista Em Tese do PPGSP**. UFSC, v. 2, n. 2, p. 23-36, 2006.

MARVASTI, Amir. **Qualitative research in sociology**. Sage, 2004.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I, vol. 2. **Karl Marx**, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Boitempo editorial, 2015.

_____. **O Manifesto Comunista**. Versão eletrônica, 1848. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>> Acesso em: 13 de julho de 2020.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MENDES, Luciana Canário; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. O processo de interiorização da educação superior em Vitória da Conquista/Bahia: a FFPVC. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 69, p. 205-221, 2016.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. 2014.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Juventudes rurais do nordeste: trabalho, migração e movimentos sociais**. Campina Grande/PB. Edital Universal MCT/CNPq 02/2006. (Relatório Acadêmico Sintético – Fevereiro, 2009).

_____. **Família, juventude e migrações**. Revista Antropológicas, v. 23, n. 1, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** (Org.). Vozes, 2010.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NEVES, Jonas Anderson Simões das. Os jovens rurais e suas oportunidades: uma proposta analítica a partir dos dados censitários. **Voos Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá**, v. 5, n. 1, 2014.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude—alguns contributos**. Análise social, p. 139-165, 1990.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. A interiorização das universidades federais e o acesso de jovens rurais ao ensino superior. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 38, n. 1, p. 162-177, 2018.

_____. Paulo, Maria de Assunção Lima de. **Juventude Rural: suas construções identitárias** / Maria de Assunção Lima de Paulo. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2011. 324 p. – (Teses e Dissertações).

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da memória**, n. 2, p. 4-23, 2007.

PRADO JÚNIOR, CAIO. **A questão agrária no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética**. Boitempo Editorial, 2015.

REDIN, Ezequiel. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**, n. 63, p. 237-252, 2017.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre a psicologia social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 7-13, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Almedina, 2008.

SAUL, Fernanda Quatorze Voltas. A educação no pensamento de Karl Marx. **Veras**, v. 4, n. 1, p. 25-36, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores associados, 2018.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. **Estudos ibero-americanos. Porto Alegre. Vol. 32, n. 1 (jun. 2006), p. 85-97**, 2006.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

- SEIDMAN, Steven. **Contested knowledge: Social theory today**. John Wiley & Sons, 2016.
- SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 42-80, 1980.
- SILVA, A. J. da. **A política fundiária do Regime militar: Legitimação privilegiada e grilagem especializada (Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra)**. São Paulo: FFLCH-USP, 1997, 414p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1997.
- SILVA, Célia Santana. Interiorização do Ensino Superior na Bahia: um olhar para os cursos de Licenciatura em História nas estaduais. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília: UNB, 2017.
- SILVA, Giuslane Francisca. A memória coletiva. **AEDOS**, v. 8, n. 18, p. 247-253, 2016.
- SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BORBA, Carolina dos Anjos de. Políticas afirmativas na pesquisa educacional. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 151-191, 2018.
- SOUSA, Fábila; BEJA, Maria João; FRANCO, Glória. Desenvolvimento cognitivo na adultez emergente: um estudo na Universidade da Madeira. **Revista de Psicologia, Educação e Cultura**, v. 22, p. 10-27, 2018.
- SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 9, n. 1, 2008.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Agricultura Familiar na Bahia (2017-2018)**. Coordenação de Contas Regionais (COREF). Salvador: SEI, 2018.
- TEUBAL, Miguel. **O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina**. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, p. 139-160, 2008.
- THOMPSON, Edward P. **A economia moral da multidão na Inglaterra do Século XVIII**. Lisboa: Antígona, 2008.
- _____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 6º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- VALADARES, Alexandre Arbex et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**, p. 59, 2016.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Zahar, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Agricultura familiar: realidades e perspectivas, v. 3, p. 21-55, 1999.

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. **Territórios e fronteiras: revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso**. Cuiabá. Vol. 3, n. 1 (jan./jun. 2010), p. 104-126, 2010.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventude E Agricultura Familiar no Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.

ZAGO, NADIR. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista brasileira de educação**, v. 21, n. 64, 2016.

Apêndice A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Quanto tempo você mora/morou na comunidade ou povoado?
2. Quanto tempo sua família mora na comunidade ou povoado?
3. Qual a origem de sua família e como chegou até a comunidade ou povoado?
4. Qual tipo de uso sua família faz da terra?
5. Como você participou do trabalho na terra e no núcleo familiar?
6. Qual o tamanho da propriedade?
7. Onde estudou antes de cursar à Universidade?
8. Como descreve sua experiência educacional antes da Universidade?
9. Possui irmãos?
10. Alguém mais na casa estudou além do ensino básico?
11. Seus pais estudaram?
12. Qual sua história de vida no campo?
13. Qual sua visão das políticas públicas relacionadas ao campo?
14. Já participou de algum movimento social ou político do campo?
15. Qual o motivo para ingressar na universidade?
16. Qual a sua expectativa ao ingressar na universidade?
17. Por que escolheu o curso que está matriculado?
18. Quais experiências vocês têm vivenciado na universidade?
19. Como essas experiências tem transformado sua vida?
20. Essas experiências alteraram a sua visão sobre o campo?
21. Você trabalha atualmente?
22. Poderia dizer qual a sua análise sobre as diferenças entre o modo de vida no campo e o da cidade?
23. Qual sua análise sobre os saberes não escolares compartilhados no campo em relação àqueles saberes vivenciados na universidade?

24. Quando concluir o curso você pensa em voltar para o campo?
25. Quais as suas perspectivas de vida futura?
26. Na sua análise você compartilha as mesmas expectativas sobre o trabalho e a educação em relação aos colegas oriundos da cidade?

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E
SOCIEDADE
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu _____, declaro suficientemente esclarecido(a) sobre os objetivos, as características e possíveis benefícios provenientes da pesquisa realizada por Alano José Soares Sandes, intitulada “MEMÓRIAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO CAMPO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA E TRABALHO NO MUNDO RURAL”, fui informado(a) e estou ciente, dos cuidados que o pesquisador irá tomar para a garantia do sigilo que assegure a minha privacidade, e decido, por livre e espontânea vontade, participar como voluntário(a) dessa investigação, por meio da concessão de depoimentos em reunião de grupo focal e entrevistas com aplicação de questionário semiestruturado para fornecimento de informações necessárias à pesquisa.

Vitória da Conquista, ____ de _____ de 20__ .

Assinatura do (a) participante

Alano José Soares Sandes